

Organizadora
Sileide Mendes da Silva

Educa ação

Reflexões e Transformações



Organizadora
Sileide Mendes da Silva

Educa ação

Reflexões e Transformações



© 2022 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadora

Sileide Mendes da Silva

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Arte - Egli Brito / Freepik / MultiAtual

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Sileide Mendes da
Educação: Reflexões e Transformações / Sileide Mendes da Silva
(organizadora). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022. 213 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89976-84-4

DOI: 10.5281/zenodo.7402406

1. Educação. 2. Reflexões. 3. Transformações. 4. Processo de
Ensino e Aprendizagem. I. Silva, Sileide Mendes da. II. Título.

CDD: 371.302 81

CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/12/educacao-reflexoes-e-transformacoes.html>



AUTORES

**ADRIANO EVANGELISTA ARAÚJO
ANDERSON NONATO DOS SANTOS
ANDREA PAULA DA SILVA LIMA
EGLI DA SILVA SANTOS BRITO
EUGENE OLIVEIRA DE LUNA SANTOS,
FRANCISCO AVELICIO LEAL JUNIOR
HUDMILLA DE SOUSA ARAGÃO
ILANA ALVES BARBOSA
IRACEMA CAMPOS CUSATI
JULIA DE CARVALHO BRITO
LAÍSA BRITO DA SILVA SANTOS
LARISSA RODRIGUES SOUZA
LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS
MARCUS VINICIUS DE SOUZA CAMPOS
NAIANNE LOPES DE SOUZA
PAULINA DOS PASSOS JORDÃO SANTANA
REGIQUELI FONSECA TORRES
SAMUEL DOS SANTOS NASCIMENTO
SILEIDE MENDES DA SILVA
VALÉRIA AMORIM TORRES
VANUZIA SOUZA DE JESUS
ZAYNE NUNES DA SILVA LIMA DE ALMEIDA**

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação vai além daquilo que é aprendido na escola, em que o indivíduo adquire conhecimentos sobre diversas áreas do conhecimento. A Educação é o exercício do conhecimento estabelecida por meio das interações sociais, fundamentais para a vida em sociedade. Ela é uma prática existente em qualquer sociedade ou cultura, desde os primórdios da humanidade, uma vez que é responsável pela manutenção, organização, perpetuação, transformação e evolução da sociedade.

A Educação é um processo de socialização que visa aprimorar a integração do indivíduo na sociedade ou em seu próprio grupo, promovendo melhor qualidade de vida. Assim, a Educação é essencial para a formação do cidadão e transformação da sociedade. Ela é a responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis para a atuação do indivíduo em sua comunidade.

“Educar é semear com sabedoria e colher com paciência.” (Augusto Cury). Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Esta obra conta com trabalhos científicos de diferentes áreas da Educação, contabilizando contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização de muitas metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL <i>Adriano Evangelista Araújo; Sileide Mendes da Silva</i>	9
Capítulo 2 AS DIFICULDADES NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL <i>Regieli Fonseca Torres; Sileide Mendes da Silva</i>	21
Capítulo 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAÇOS IDENTITÁRIOS EM BUSCA DE INCLUSÃO SOCIAL <i>Vanuzia Souza de Jesus; Sileide Mendes da Silva</i>	36
Capítulo 4 A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO: DESAFIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Naiianne Lopes de Souza; Sileide Mendes da Silva</i>	47
Capítulo 5 ADAPTANDO A ESCOLA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA <i>Eugene Oliveira de Luna Santos; Sileide Mendes da Silva</i>	55
Capítulo 6 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS <i>Francisco Avelicio Leal Junior; Sileide Mendes da Silva</i>	64
Capítulo 7 DISLEXIA: UM JEITO DIFERENTE DE SER E APRENDER <i>Ilana Alves Barbosa; Sileide Mendes da Silva</i>	74
Capítulo 8 A RELAÇÃO ENTRE O CUIDAR, BRINCAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Julia de Carvalho Brito; Sileide Mendes da Silva</i>	82
Capítulo 9 AFETIVIDADE NO MEIO ESCOLAR INCLUSIVO <i>Laísa Brito da Silva Santos; Sileide Mendes da Silva</i>	93
Capítulo 10 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA <i>Larissa Rodrigues Souza; Sileide Mendes da Silva</i>	101
Capítulo 11 A LEI 12.527/2011 ESTRUTURADA COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PRÁTICA <i>Leonardo Rodrigues dos Santos; Sileide Mendes da Silva</i>	110

Capítulo 12 AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Anderson Nonato dos Santos; Sileide Mendes da Silva</i>	123
Capítulo 13 A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO ESSENCIAL NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR <i>Egli da Silva Santos Brito; Sileide Mendes da Silva</i>	130
Capítulo 14 EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA SAÚDE COLETIVA <i>Hudmilla de Sousa Aragão; Andrea Paula da Silva Lima; Sileide Mendes da Silva</i>	141
Capítulo 15 COMO CONCILIAR TRABALHO E ESTUDAR <i>Marcus Vinicius de Souza Campos; Sileide Mendes da Silva</i>	155
Capítulo 16 IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR <i>Paulina dos Passos Jordão Santana; Sileide Mendes da Silva</i>	162
Capítulo 17 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA <i>Sileide Mendes da Silva; Iracema Campos Cusati</i>	169
Capítulo 18 ÉTICA, GESTÃO E LIDERANÇA NA PERSPECTIVA DE MÁRIO SÉRGIO CORTELLA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA <i>Valéria Amorim Torres; Sileide Mendes da Silva</i>	179
Capítulo 19 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS NOS ANOS INICIAIS <i>Samuel dos Santos Nascimento; Sileide Mendes da Silva</i>	190
Capítulo 20 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS <i>Zayne Nunes da Silva Lima de Almeida; Sileide Mendes da Silva</i>	198
AUTORES	209

Capítulo 1
LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL
Adriano Evangelista Araújo
Sileide Mendes da Silva



LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL

Adriano Evangelista Araújo

Professor da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (Remanso Bahia).

Gerente Comercial das lojas Americanas – Remanso Bahia

Especialização em MBA Gestão empresarial e Inovação. E-mail:

adrianoaraujo328@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica

no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-](https://orcid.org/0000-0002-5833-2695)

5833-2695. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas

Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail:

sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: Tendo em vista as várias mudanças globais e tecnológicas que impactam diretamente no mercado de trabalho e em todos os cenários que envolvem a liderança organizacional, esse artigo tem por objetivo debater a temática e a influência dessas mudanças no mercado de trabalho que vem ocorrendo ao longo desses últimos anos. A metodologia utilizada para elaboração desse artigo foi desenvolvida por meio de pesquisas bibliográficas e conta com citações de estudiosos e líderes de épocas diferentes dando o seu ponto de vista sobre a liderança organizacional. Assim, dentro do determinado artigo surge o debate de ideias e os conceitos de liderança e administração passam a ser descritos com relação ao poder que os mesmos exercem dentro das organizações. No levantamento desses aspectos organizacionais, surgem as diferentes perspectivas para exercer a liderança e motivar os seus seguidores nas organizações. A intenção é propor não só um estilo de liderança, mais sim analisar os vários modelos de líderes que usam seus métodos para influenciar a sua equipe e motivá-los para alcançar os objetivos e metas da organização. Após análise, destacou-se também a capacidade que os líderes possuem dentro das organizações para se chegar aos objetivos principais da empresas e saber lidar com situações do cotidiano em sua equipe, pois a realidade do mercado pode fornecer uma melhor condição para a conquista efetiva de toda sua equipe para que eles cheguem ao sucesso.

Palavras-chaves: Liderança organizacional. Líder. Seguidores.

INTRODUÇÃO

Liderar e motivar é algo traçado desde o planejamento estratégico de uma organização. Dentro desse assunto toda e qualquer instituição seja ela de iniciativa pública ou privada, necessita de líderes e de pessoas motivadas para desempenhar o projeto da organização.

O espírito de liderar é influenciar um grupo com novas ideias, alcançar as metas e objetivos desejados e ter a sensibilidade de abranger todos da mesma forma e sempre potencializando os pontos fortes de cada um e ajudando-os a melhorar seus pontos fracos. Por sua vez, um bom líder precisa manter a sincronia de sua equipe, mantendo os mesmos motivados com o planejamento da organização e instigá-los a alcançar seus desejos pessoais, seja ele no campo profissional como também os desejos pessoais, como bens materiais.

Com isso, o pesquisador decidiu abranger o assunto com a finalidade de mostrar a importância de um bom líder e de uma equipe motivada. Dentro desse assunto, discute-se ideias, ouve-se sugestões de diversos autores e abre-se um leque de informações da importância de ter profissionais satisfeitos e motivados dentro da organização e em contrapartida a organização ganha com isso, capital humano cem por cento focado em dar o máximo dentro da organização.

O trabalho como um todo, tem finalidade de mobilizar as pessoas e organizações que todo bom planejamento para ser colocado em prática não necessita apenas de capital financeiro, e sim de pessoas com capacidade e empenho para fazer com aquele projeto saia do papel e seja colocado na prática. O tema proposto tem por sua vez fazer com que organizações passem a valorizar mais os seus profissionais, tendo bons líderes motivados e que motivem o grupo com uma visão estratégica sempre focado na direção dos objetivos profissionais da organização para que em contrapartida os profissionais também alcancem os seus propósitos pessoais.

Nesse trabalho, discorre-se sobre os problemas recorrente sobre o tema proposto e que serão respondidas no decorrer do trabalho, tais como: Como motivar uma equipe? Como fazer sua equipe se engajar com o projeto e se doar ao máximo? E assim, outros tantos assuntos que iremos tratar ao desenvolver do trabalho.

O objetivo geral do trabalho é analisar o comportamento de um líder que por sua vez tem a responsabilidade de gerir sua equipe e seus seguidores para que os mesmos

consigam chegar aos objetivos e metas da organização, visando sempre fazer toda a diferença. Como objetivos específicos: analisar os estilos de liderança, habilidades, técnicas, visão futura, gestão de pessoas, seguidores, liderança carismática, adquirir poder, discutir a importância do processo de liderar e administrar.

ESTILOS DE LIDERANÇA

Estilo de liderança e as formas de liderar e motivar uma equipe é algo que depende de quem lidera aquela equipe de pessoas. Dentre os estudos sobre a teoria e os modos de estilos de liderança, refere-se a três estilos e suas características, são eles: Autocrático, democrático e Liberal (CHIAVENATO, 2006).

Conforme as pessoas ou a determinada situação a tarefa a ser executada, o líder utiliza umas dessas características aliadas com a sua personalidade moldada por um desses estilos.

Cada um desses modos de liderar, varia muito de acordo com quem está atuando como líder, pois cabe ao estilo de cada um coordenar a equipe usando os seus métodos e ferramentas de trabalho. Há líderes que usam discursos para motivar a equipe, nos dias de hoje os famosos 'COACH' (Treinador) vem trazendo inovações com palestras motivacionais, com histórias reais de pessoas que chegaram ao sucesso através de esforço e dedicação, de pessoas que faliram e voltaram a criar projetos e empresas começando do zero, ou seja, todos esses meios de chegar ao público é algo que depende de um espírito de liderança e motivação, para com quem vivencia aquele momento.

Para Roberto A. Trinconi o papel do Coach é o de um técnico que sugere, aconselha assessora, discute, instiga à reflexão e oferece meios e estratégias dirigidas às situações de necessidade do executivo, sem interações com a empresa e o seu meio.

Assim afirma Adair (2000, p.12),

O líder deve ter um forte entusiasmo. Você já viu um bom líder desanimado, preguiçoso? Assim, por exemplo, Fidel Castro sempre demonstrou um grande entusiasmo em seus discursos. O líder precisa então desenvolver esta importante qualidade. Um líder desanimado transmite o seu desânimo para seus subordinados. Você prefere assistir uma aula de um professor que demonstra entusiasmo ou desânimo? A qual dos dois você prestaria mais atenção?

Liderar nos dias de hoje é algo que é determinante para o sucesso organizacional, porém, como o mercado sempre está em evolução, as empresas e seus gestores precisam também dar suporte a sua equipe. Como já foi citado no trabalho, os estilos de liderar passam pela personalidade de seu líder, de sua equipe, de seus gestores e assim por diante, possa ser que determinada pessoa obteve êxito em determinada empresa com seu estilo de trabalhar, mais já em outra empresa ou seus métodos e suas teorias já não conseguem ter o mesmo desempenho. Com isso, surgem as perguntas. Será que a pessoa está ultrapassada? Seus métodos já não tem o mesmo efeito? Ou a empresa que tem uma visão diferente da sua?

São perguntas que surgem ao decorrer de um trabalho que a pessoa almeja executar com excelência, pois, há casos que os mesmos métodos sejam eles motivacionais ou em prol da organização não surgem efeitos como o esperado.

Isso quer dizer que o líder ou a equipe estar ultrapassada no mercado? Ou a empresa que tem uma visão diferente do que o líder está propondo para o projeto? Portanto, são dois pesos e duas medidas para serem avaliadas.

Esses debates podem ser sempre feitos, pois existem vários cenários que a sociedade oferece, com isso, o líder tem que se dispor a melhorar e se aprimorar para que ele esteja sempre com uma visão de crescimento e se mantendo concentrado com os seus objetivos e mantendo o foco.

No mundo de hoje com o acesso às informações, todas as pessoas têm uma visão de negócio e de como atuar no mercado, quanto mais pessoas a procura de soluções surgem novas ideias e a chance de um bom líder aproveitar e tirar o máximo de seus seguidores, fazendo com que se sintam parte do projeto e satisfeitos por terem dado sugestões que foram ouvidas pelo seu líder e assim se sentem inseridos com o projeto e com a organização.

Habilidades de liderança

Segundo Bergamini (1994, p.36), a liderança e seus traços constituem “[...] conjuntos de comportamentos que podem configurar aquilo que passa a ser chamado de habilidades de liderança”.

Liderar um conjunto de pessoas onde cada uma tem seu ponto forte e características diferentes umas das outras é algo que pode ser chamado de habilidades de

liderança, pois, de certa forma uma pessoa irá completar a outra ao desenvolver do seu trabalho e das suas atividades e funções designadas a elas.

Motivação é um dos aspectos mais discutidos no ambiente organizacional. As organizações entendem que para se manter em um mercado que se torna cada vez mais competitivo, existe a necessidade de conhecer as necessidades humanas, de modo manter uma boa relação com seus colaboradores.

Cada pessoa possui suas necessidades, algumas bem diferentes umas das outras, mas todos têm as suas necessidades e é necessário compreender cada uma delas e o que é importante para cada um de seus colaboradores.

Cabe ao líder explorar cada um desses fatos. Para o líder sobrecarrega uma grande responsabilidade, pois cabe a ele explorar os pontos fortes dos seus colaboradores e minimizar os seus pontos fracos, ele como líder é o responsável por chegar ao sucesso ou a chegar ao fracasso.

Um líder é responsável pelo erro da sua equipe, pelos desentendimentos e assim por diante, pois, ele é o coordenador da equipe. Então, ser gestor de pessoas é muito complexo e precisa-se ter muito conhecimento e sabedoria para liderar uma equipe.

Técnicas de liderança

Liderar é muito mais do que mandar subordinados. A liderança exige muitas habilidades e técnicas para ser exercida com maestria, coerência e muito empenho. Um bom líder deve ter qualidades como visão e a capacidade para motivar as pessoas. Com isso, torna-se um processo de evolução, transformação e mudanças em prol de melhor performance e melhores resultados da equipe, e conseqüentemente da organização.

Conforme Drummond (2007), uma dessas técnicas é a Confiança, a sua equipe tem que confiar em você, comprar a sua ideia, comprar sua liderança, o que gera confiança é a coerência sobre o que você diz sobre as ações que você faz, ou seja, se você fala você tem que fazer.

Outro modo para se prestar atenção em um líder é o seu exemplo para com os seus liderados, a sua equipe tem que lhe tratar como um exemplo, seu time segue seu exemplo. O líder deve ter cuidado com seus atos, com quem ele se relaciona, pois, a sua equipe está sempre lhe observando e prestando atenção sobre o que ele faz ou com quem ele anda e como o líder se mantém motivado e motiva a sua equipe. (DRUMMOND, 2007)

Outra técnica é o feedback, fazer uma auto avaliação sobre os seus comportamentos e sempre sinalizar para seus colaboradores se eles estão indo bem ou mal, sempre ser assertivo, chegando aos pontos onde cada um tem que melhorar e mostrar os meios para ele ou ela, melhorar, interagir com a equipe, fazer o feedback com cada um, não ser um líder genérico e sim, um líder original que está junto com a equipe, que é atuante, comprometido e sempre os ajudando a melhorar e se aprimorar (DRUMMOND, 2007).

Muitas equipes, às vezes não sabem o que são esperados delas, então deixe muito claro dentro da equipe o que espera de cada um e o que espera almejar no trabalho como um todo, seja ele trabalho diário ou a médio e longo prazo.

Conforme Rodrigo Santana (2013), outro fator importante é quando for chamar a atenção de um dos seus liderados, nunca fale da pessoa, fale dela mais no sentido do aspecto profissional, ou seja, não bata na pele e sim no uniforme, 'um exemplo, Arthur, a sua atitude de falar mal dos outros está prejudicando a equipe, então preciso que você pare com isso e comece a melhorar esses seus modos'. Com isso, a equipe vai entender que, Arthur tem suas falhas, porém ele irá se auto avaliar e mudar esse seu comportamento diante da equipe.

Ninguém nasce líder, embora possa ter algumas características, mas a oportunidade de ser um líder é algo que gera muita expectativa, pois, equipes não são todas iguais, cada um tem seu modo de agir, trabalhar e de se auto motivar. Existem várias personalidades dentro da equipe, existem as pessoas boas e aquelas mais difíceis, cada uma dessas pessoas é um desafio para o líder.

Dentro de uma equipe um fator importante é livrar-se de rótulos, deixar de nomear pessoas como aquele colaborador é teimoso, ou é arrogante, pois, o seu cérebro já antes da pessoa abrir a boca ele já imagina que dela vem algo arrogante ou algo que a pessoa já imagine que não vá voltar atrás como sintoma de teimosia, então livre-se de rótulos dentro da sua equipe de trabalho.

Processo de liderança e gestão de pessoas

Um líder diante de sua equipe passa por uma constante adaptação até mesmo no seu estilo próprio de ser, levando em conta que os processos para se conduzir uma equipe

possuem uma variedade de variáveis que dependem muito dos seus liderados e dos propósitos que eles almejam alcançar.

Liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas. Proximidade física ou temporal não é importante no processo. Um cientista pode ser influenciado por um colega de profissão que nunca viu ou mesmo que viveu em outra época. Líderes religiosos são capazes de influenciar adeptos que estão muito longe e que têm pouquíssimas chances de vê-los pessoalmente (MAXIMIANO, 2008, p. 277).

Como dito na citação de Maximiano, conduzir e influenciar o comportamento das pessoas é algo que varia de acordo com sua época com o modo que cada colega vê a sua profissão. Para algumas pessoas trabalhar é só uma questão de existência, já para outros a forma de obter reconhecimento, prestígio, chegar ao sucesso profissional de sua organização, e se tornar um influenciador de pessoas dentro de sua organização.

Conforme Blake e Mouton, a preocupação com a produção, a obtenção de resultados, é uma das dimensões do Grid. A segunda dimensão é a preocupação com as pessoas – subordinados e colegas. A “preocupação com” não é um termo mecânico que indique um volume da produção real alcançada ou o comportamento real com relação às pessoas. Ao contrário, ela indica o caráter e a força dos pressupostos presentes na base de qualquer tipo indicado de estilo de liderança (BLAKE; MOUTON, 2000, p. 11).

Pode até parecer difícil, mas muitos conflitos sejam eles pequenos ou mais complicados podem ser resolvidos com base no diálogo e de uma conversa tête-à-tête. Assim que cada colaborador expõe seus argumentos e mostra o que ele tem em mente e que impactam um determinado projeto, fica muito mais fácil entender e lidar com a situação.

Toda e qualquer comunicação precisa ser eficiente caso contrário, de nada irá adiantar. A não ser perder tempo. E, como bem se sabe, a premissa é verdadeira, tempo é dinheiro.

Por isso, reuniões constantes, sem pautas e, não costumam trazer bons resultados. Ao convocar reuniões com equipes de diferentes departamentos tenha um objetivo muito bem definido. Faça encontros rápidos, ouça todos os lados e busque a solução para um “problema” preestabelecido.

Não apenas as reuniões, mas criar canais de comunicação que seja de modo direta com o profissional fará com que ele se sinta peça importante e se sinta uma pessoa fundamental para a organização em que ele atua.

A porta da sala de um líder mesmo que imaginária deve estar sempre aberta para seu seguidor e colaborador, por sua vez criar canais de comunicação para os departamentos entrarem em contato direto entre si e resolverem questões sem necessariamente precisarem da intervenção do gestor. Estimule o uso inteligente do e-mail, aplicativos de comunicação, telefone e, principalmente, encoraje os encontros pessoais entre as áreas sempre quando for possível.

Os líderes tratam seus seguidores da mesma forma?

Pense nas suas experiências em grupos, notoriamente nota-se uma diferença no modo de agir de cada pessoa, uns gostam de atuar com determinada pessoa, outro já gosta da forma que o outro atua, e assim cada um vai destacando suas preferências e seus preferidos pode se dizer assim Desse modo percebesse que dentro de uma equipe isso pode ocorrer da mesma maneira, o líder possui os seus preferidos, sabem as qualidades de todos e do mesmo modo os defeitos também e com isso ele passa a fazer as suas distinções entre os seus subordinados.

De acordo com Maximiliano,

A liderança ocorre quando há líderes que induzem seguidores a realizar certos objetivos que representam os valores e as motivações, desejos, necessidades, aspirações e expectativas, tanto dos líderes quanto dos seguidores. A genialidade da liderança está na forma como líderes enxergam e trabalha os valores e motivações tanto seu quanto de seus seguidores. (2004, p. 289)

Os líderes passam a investir seus recursos naqueles que para eles esperam que irão desempenhar melhor o seu trabalho. Além também das características e das experiências que o seu subordinado já passou ao longo de sua trajetória profissional e de seu comportamento também sobre determinadas situações do cotidiano.

Dentre isso, um líder tem que estar atento ao seu grupo criando modelos de interação mostrando confiança em todos, acreditando nas suas competências e ter o

controle de toda a sua equipe mantendo a harmonia e a confiabilidade em todos os seus seguidores.

Eficácia da liderança

O líder tem a responsabilidade de gerir sua equipe e coordenar as ações da mesma para chegar aos objetivos. A eficácia na liderança representa o quão o líder tem poder de chegar aos objetivos, pois, eficácia é a virtude ou a causa de determinada ação ou planejamento obterem um bom resultado e êxito no que lhe foi proposto. Eficácia é fazer a coisa certa, atingir os resultados e metas para que seu trabalho como líder seja eficaz e atinja os seus objetivos (ROBBINS,2010).

Portanto, atingir suas metas e objetivos é um dos principais fatores que fazem o líder desempenhar seu papel com excelência, no mercado de trabalho de hoje onde equipes e lideranças se destacam por estarem sempre à frente dos outros sendo melhores cada dia e se aperfeiçoando para que possam se destacar no mercado, um bom líder deve se comprometer a fazer a coisa correta, chegar aos objetivos da empresa e fazer com que sua equipe seja a mais eficaz possível para que ambos atinjam seus objetivos.

A liderança é verdadeiramente o ato de influenciar as pessoas, motivando-as a chegar as suas metas e objetivos. Administrar é fazer as coisas certas dentro do planejamento, executando as mesmas e chegando aos resultados dentro das variáveis possíveis dentro do seu planejamento.

Então, diante disso, faz-se uma reflexão para a pessoa que é um líder ou um administrador, com certeza ambas se relacionam mais não são a mesma coisa, quando se trata de liderar é lidar com as pessoas, gerir seres humanos e os instiga-los a serem sempre os melhores no que fazem. Administrar está relacionada a recursos, montar um planejamento e executa-lo, e saber trabalhar dentro de vários cenários no mercado, portanto você pode ser um bom administrador mais não um bom líder, contudo, precisamos de ambos para chegar ao sucesso e atingir o propósito (SULIVAN FRANÇA, 2011).

As pessoas ainda confundem liderança com administração. Na maioria das organizações e instituições ainda sofrem um pouco para chegar ao sucesso e ao êxito, pois o problema é que existe muita administração e gerência mais pouca liderança. Sem dúvida, um bom líder é aquela pessoa que sabe colocar as outras na posição certa e melhor na hora certa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho estudou bibliografias de autores especialistas em liderança e motivação, tratando dos vários cenários que um líder deve encarar no mercado de trabalho, visando a motivação constante da sua equipe, fazendo com que seus seguidores almejem o sucesso profissional tanto quanto o sucesso organizacional.

Uma importante característica do trabalho foi mostrar a importância de ter um líder dentro da sua equipe com um planejamento elaborado para o bem comum da empresa e da sua equipe, deixando claro que o capital humano antes de tudo tem mais valor do que o capital financeiro, pois, mesmo havendo capital financeiro para o projeto, porém, sem as pessoas certas para liderar e executar o mesmo, isso tudo não irá sair apenas do papel.

Ao desenvolver do trabalho surgiram perguntas ao respeito do líder, onde o mesmo deveria se aprimorar para estar sempre motivando a sua equipe e atingindo as suas metas e objetivos, pois, cabe ao líder explorar o potencial da sua equipe utilizando métodos, habilidades e técnicas para se aprimorar e aprimorar a todos da sua equipe, visando obter êxito e sucesso dentro da organização.

Um líder dentro da organização e de fundamental importância para que a sincronia do projeto consiga se desenvolver, pois, o administrador tem a capacidade para gerir os recursos e o líder para gerir as pessoas.

O líder estar inserido em todos os lugares no mundo, não somente dentro de uma organização, mais dentro de casa, sendo o líder da família, na igreja, sendo o líder daqueles que creem na fé, na política desempenhando papel de democracia e atuando pelo povo que lhe deu o poder de tomar decisões em benefícios de todos, dentro de instituições sem fins lucrativos que lutam por suas razões, dentro das universidades passando seu aprendizado para aqueles que desejam ter conhecimento sobre determinada área ou segmento, dentro do esporte motivando as pessoas a acreditar nos seus sonhos e passando a sua experiência de vida e de aprendizado que ele possui, ou seja, o líder estar ao nosso redor, do nosso lado, sempre motivando quem está ao seu redor e desempenhando seu papel de liderança.

Assim, não existe um perfil de um líder, e sim estilos de líderes que possuem as suas próprias características para gerir as pessoas podendo se utilizar de maneiras diferentes para chegar aos resultados, mais sempre no intuito de se adequar as

necessidades da organização, relacionado sempre a manutenção contínua para se adequar a dinâmica no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Makron, 1993, vol. 1.
- CRAINER Stuart. **Os revolucionários da administração**. São Paulo: Negócio. 1999.
- BENNIS, W. **A formação do líder**. São Paulo: Atlas, 1996.
- BERGAMINI, C. W. **O líder eficaz**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHIAVANETO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. São Paulo: Elsevier, 2010
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. ed. Campus, 2007.
- DRUCKER, Peter F. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- DRUMMOND. **Confiança e Liderança nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2007.
- REVISTA EXAME. **Liderança de Resultados**. Painel Executivo. São Paulo: Abril, 2004. Edição 823, ano 38, número 15, p. 106.
- ROBBINS, S. P. **Administração: Mudanças e Perspectivas**. Editora Saraiva, 2.000.
- ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson, 2006.
- ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009
- TEIXEIRA, Alexandre. **Como se tornar um líder do século 21**. Editora Saraiva, 2010.
- TOZZI, E. **As atitudes de sucesso**. Você s/a, São Paulo, Ed. 149, p. 29-31, novembro de 2010.

Capítulo 2
AS DIFICULDADES NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E
APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Regiqueli Fonseca Torres
Sileide Mendes da Silva



AS DIFICULDADES NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Regieli Fonseca Torres

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso – Bahia. E-mail: fonsecatorresregieli@gmail.com.

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso – Bahia. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) (PPGFPP) – Universidade de Pernambuco (UPE).

E-mail: sileide.mendes@upe.br

sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: O referido trabalho objetiva conhecer, analisar e compreender as dificuldades que dificultam ou impedem a aquisição e a aprendizagem da leitura e escrita no processo de alfabetização. O objeto de estudo dessa abordagem é a discussão, investigação e a reflexão a respeito das dificuldades presentes nos processos de aquisição da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, alusivas ao período de alfabetização, compreendendo o estudo das causas, fatores que influenciam no desenvolvimento das mesmas e a forma para detectá-las. A metodologia do artigo é pautada em uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo e qualitativo, respaldada nas obras de teóricos como: Ferreiro (1996), Vygotsky (1991), Piaget (1998), Bossa (2000), Garcia (1998), Freire (1989), dentre outros. A temática aponta que essas obstruções que surgem no processo de aprendizagem devem após o diagnóstico, analisar e traçar estratégias com a finalidade de auxiliar e suprir essas barreiras no aprendizado do educando.

Palavras-chave: Dificuldade. Aprendizagem. Aquisição. Alfabetização. Leitura. Escrita.

INTRODUÇÃO

As dificuldades nos processos de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental no que se refere ao processo de alfabetização é um problema presente no contexto escolar tanto público quanto privado no Brasil, essas obstruções causam um comprometimento significativo no percurso escolar.

Essas objeções comumente manifestam-se na infância e podem perdurar uma vida inteira, além de acarretar malefícios em diversas áreas da vida. Identificar essas dificuldades que surgem durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita configura-se como um desafio, em que é preciso referir-se a essa questão de forma compreensiva, o docente deve analisar o desenvolvimento e o rendimento dos educandos prestando atenção se os resultados estão sendo satisfatórios ou se estão apresentando objeções nesse processo.

As dificuldades de aprendizagem que aparecem no decorrer da trajetória escolar de um indivíduo são inúmeras, ocasionadas por diferentes fatores que interferem diretamente no aprendizado dos alunos, mais especificamente nos âmbitos da leitura e escrita, o aparecimento desses obstáculos é mais recorrente nos anos iniciais do ensino fundamental e relacionam-se com diversas razões, entre elas podemos citar: problemas pessoais e/ou familiares, a metodologia empregada nas aulas, a sala de aula com superlotação, o despreparo de alguns profissionais da educação para lidar com essas adversidades, a ausência de políticas públicas que propiciem a formação continuada dos professores, também podem ser manifestas em decorrência de disfuncionalidades neurológicas, entre outras.

É possível reconhecer os problemas de aprendizagem do aluno a partir da identificação do modo de falar e expressar-se, na compreensão dos conteúdos trabalhados durante as aulas, na aparição de dificuldades na realização das leituras e na escrita, no uso da ortografia inapropriada, no modo de se relacionar e no desenvolvimento de habilidades. Ao analisar esses aspectos e suspeitar que o aluno tenha alguma disfunção de aprendizagem, o professor deve investigar e procurar soluções para a resolução desse problema, se necessário deverá contar com o apoio de outros profissionais capacitados para tratar dessas situações. Essas falhas de aprendizagem englobam a ação de quatro aspectos, sendo eles: o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo.

Nessa perspectiva, surgiu a seguinte problemática como identificar, investigar e compreender os tipos, a causa, o desenvolvimento, os fatores e os efeitos causados pelas dificuldades na aquisição e aprendizagem nas esferas da leitura e escrita nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no tocante a alfabetização?

As dificuldades de aprendizagem estão presentes em diversas situações do cotidiano educacional, desse modo, surge à necessidade de detectar quais são os problemas de aprendizagem que estão interferindo no processo de alfabetização dos

alunos, identificar as práticas pedagógicas para lidar com essas situações. Portanto, este artigo propôs-se entender e apresentar as dificuldades enfrentadas pelos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental no transcorrer do processo de alfabetização, no que concerne à leitura e a escrita.

Na maior parte dos casos, os impasses de aquisição e aprendizagem nas áreas da leitura e escrita podem manifestar-se nos primeiros anos e ir avançando com o tempo e causando danos em outros âmbitos da vida humana. A leitura e a escrita são aquisições imprescindíveis para o aprendizado do indivíduo, entretanto, durante esse processo se faz necessário considerar que embora a aprendizagem seja uma etapa natural de cada aluno e devem aprender a ler e escrever na idade certa existem pessoas que possuem bastante dificuldade na leitura e escrita nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

É preciso considerar diversos aspectos no processo de aprendizagem, entre eles: conhecer a realidade do aluno, investigar e detectar as limitações na leitura e escrita, essas complicações prejudicam o desenvolvimento escolar dos indivíduos, afetando diretamente o progresso escolar dos educandos. Essas dificuldades podem ser superadas no perpassar da trajetória educacional do estudante com o auxílio de profissionais qualificados e dispostos em ajudar o aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem na etapa da alfabetização, dando-lhes orientações pertinentes para a solução do caso.

Vale ressaltar que essa temática é recorrente nas instituições de ensino. Dessa forma, os profissionais da área da educação precisam ter conhecimento para saber lidar com situações desse tipo para ser possível propiciar o aprendizado efetivo do educando e que ele consiga superar essa barreira que intervém no seu processo educativo. As metodologias utilizadas pelos docentes nas aulas causam implicações na aprendizagem e na formação dos alunos.

A leitura e a escrita são pilares fundamentais para a formação, desenvolvimento e o aperfeiçoamento do conhecimento dos sujeitos, através dessas esferas é possível desenvolver os aspectos, cognitivo, intelectual, social, criativo, entre outros. O processo de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita é complexo e requer atenção, cautela, estímulos e experiências, esses elementos possuem ligação direta com a alfabetização e o letramento dos sujeitos, entendidos como ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e comunicativas.

A escolha da temática justifica-se pela necessidade de compreender, investigar e identificar as dificuldades no processo de alfabetização, especificamente, nos campos da

leitura e da escrita. Esse problema afeta muitos educandos, sendo frequente no âmbito escolar. É necessário detectar essas dificuldades e procurar meios para superá-las, visto que, não é feito um diagnóstico dos problemas de aprendizagem, o aluno pode ser rotulado com adjetivos negativos, provocando desconforto, insegurança, autoestima baixa, entre outros agravamentos.

É de extrema importância a identificação desses impasses, após o diagnóstico o aluno precisa de compreensão, cooperação e apoio dos pais, professores, escola, isto é, por todas as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades.

O presente artigo possui como objetivo geral compreender as dificuldades que dificultam ou impedem a aquisição e a aprendizagem da leitura e escrita no processo de alfabetização. E como objetivos específicos discorrer a importância da aprendizagem dos processos de leitura e escrita que são de suma relevância para a consumação da alfabetização, analisar as dificuldades de aquisição e aprendizagem da leitura e da escrita no período de alfabetização, relatar como se processam as dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, identificar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental e evidenciar os fatores que influenciam as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A IMPORTÂNCIA DA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

A aprendizagem advém de uma equilibração progressiva que consiste na mudança de um estado de menos equilíbrio para um estado de equilíbrio mais elevado. Com isso, a aprendizagem é um processo de formação que procede de experiências antecedentes e o sujeito tem o desenvolvimento da sua capacidade de aprendizado estruturada através da organização do esquema cognitivo. O desenvolvimento da aprendizagem é resultante de uma ligação entre a relação do educando com a escola, família, meio social e com o processo de aprendizagem, esses elementos são primordiais e determinantes para o aprimoramento do conhecimento do aluno e pode influenciar também o surgimento de dificuldades de aprendizagem (PIAGET, 1998).

Segundo Vigotsky (1991), a aprendizagem é concretizada em decorrência da interação dinâmica entre o sujeito e o meio social que os sujeitos estão inseridos, desse modo entende-se que o meio social influencia o pensamento e a linguagem. Conforme

Gómez e Téran (2008), a aprendizagem é um processo interno, que provém de cada pessoa, entretanto é consolidada e estruturada através das interações que ocorrem ao longo da vida das pessoas.

Os sujeitos apresentam no cérebro períodos que são propícios e destinados para o desenvolvimento de estímulos, esses períodos são caracterizados como janelas de oportunidades, em que aos três anos a criança passa a ter controle emocional, com quatro anos passa a desenvolver o raciocínio lógico e matemático, aos seis anos adquire e aprimora as habilidades motoras e desenvolve o vocabulário e com dez anos o sujeito vai requintar a sua linguagem. Convém salientar, que cada indivíduo aprende de forma singular, pois essa dinâmica depende da estrutura cerebral, psíquica, cognitiva e afetiva de cada um.

De acordo com Bossa (2000), a aprendizagem e a construção do conhecimento são apontadas como processos motores do ser humano, e, se não está acontecendo, torna-se necessário investigar as razões dessas falhas para que possa solucionar esses lapsos no aprendizado.

Conforme Soares (2003), o indivíduo encontra-se pronto para o processo de alfabetização quando possui um grau considerável de aspectos propícios para a aquisição e aprendizagem da leitura e escrita. A aprendizagem desses sistemas não se processa igualmente para todas as pessoas, isso requer dos educandos o domínio de novas habilidades e competências preponderantes para a alfabetização e letramento, vale ressaltar que nem todos os indivíduos têm as mesmas ideias, conhecimentos, experiências e principalmente o mesmo ritmo de aprendizagem. Quem apresenta dificuldades de aprendizagem é capaz sim, de aprender e torna-se um sujeito alfabetizado e letrado, porém, isso acontece em um ritmo mais lento.

Para Alves (2007), a aprendizagem pode ser traduzida como um processo complexo por meio do qual os indivíduos apreendem novos aprendizados, intervém no comportamento e proporciona o desenvolvimento de competências. A construção do aprendizado da leitura e da escrita no ambiente educacional deve ocorrer paulatinamente e o professor é o profissional responsável pelo ensino adequado desses competentes que possuem extrema importância e são indispensáveis para a vida de todo ser humano.

Segundo Vygotsky (1998), o processo de aprendizagem é caracterizado como a absorção de uma série de conteúdos construídos historicamente e estão disponíveis na sociedade, sendo transmitidos socialmente mutualmente. A estruturação da

aprendizagem é viabilizada pela mediação, para o autor o desenvolvimento humano se revela primeiro no plano social e depois no individual.

Dificuldades de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita no período alfabetização

As crianças chegam à instituição escolar possuindo diversos saberes relacionados à leitura e a escrita, dessa forma, cabe ao professor analisar e avaliar esses conhecimentos prévios e traçar estratégias para iniciar o processo de alfabetização. A referida autora enfatiza que embora a criança seja a responsável pela construção do seu próprio conhecimento no que corresponde a alfabetização, incumbe ao docente à organização de procedimentos metodológicos que favoreçam o desenvolvimento da leitura e da escrita (FERREIRO, 2001).

De acordo com Ferreiro (1996), o processo de aprendizagem da leitura e escrita é a resultância da construção que ocorre gradativamente no meio social, desse modo, a alfabetização abarca a aprendizagem concreta da leitura e escrita, tornando os educandos seres alfabetizados e letrados.

Consoante às pesquisas consumadas por Ferreiro e Teberosky (1999), o processo de construção da lecto-escrita acontece antes do ensino fundamental, isto posto, é na etapa de alfabetização que se cria um espaço de interações da criança com as produções correspondentes as esferas da leitura e da escrita.

A alfabetização é entendida como ações específicas que proporcionam o ensino da leitura e escrita, entretanto podem surgir dificuldades no transcorrer do processo de aprendizagem (PAMPLONA, 2003).

Para Ferreiro (1996), as crianças já chegam à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos na sociedade em que estão inseridos. A alfabetização da criança é iniciada antes mesmo dela entrar em uma instituição escolar, porque desde o seu nascimento ela já tem contato com outras pessoas e fazem parte de uma sociedade composta por uma quantidade considerável de pessoas alfabetizadas e letradas.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a aquisição e aprendizagem da leitura e da escrita atende níveis bem definidos, enfatizam também que o processo de alfabetização permite que o aluno seja capaz de expressar-se, comunicar-se, questionar, buscar

soluções para problemas, ser um sujeito ativo, consciente, responsável e, sobretudo, o construtor do seu saber.

A aprendizagem da leitura e da escrita são elementos intrínsecos da alfabetização e com isso não podem ser considerados como um aprendizado que ocorre somente no âmbito escolar, levando em conta que os sujeitos desde o seu nascimento são construtores de conhecimento, inclusive no que se refere aos sistemas de leitura e escrita (FERREIRO, 2001).

As dificuldades de aprendizagem desencadeadas nos processos de aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita são impasses assíduos no período de alfabetização, portanto nessa etapa o professor deve manter-se atento a diversos fatores que causam irregularidades no aprendizado, bem como deve conhecer o aluno, analisar o seu nível de aprendizagem, identificar e procurar alternativas válidas para sanar essas adversidades de aprendizagem, se houver falta de informações por parte da escola e professores, no que diz respeito, as dificuldades na aquisição e aprendizagem nos processos de leitura e escrita podem ser intensificados podendo levar o aluno ao fracasso escolar.

As dificuldades de aprendizagem no contexto escolar

Quando detectamos que uma criança tem dificuldade de aprendizagem é preciso fazer uma análise completa das causas que compõem esse problema, a aprendizagem é desenvolvida naturalmente pelos indivíduos, contudo, implica na ligação entre elementos como o pensamento, emoção, memória, percepção, mediação, motricidade e conhecimentos prévios (BOSSA, 2000).

Portanto, o ideal é que assim que for dado o diagnóstico que o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, os envolvidos no processo de escolarização que ele faz parte, ou seja, todos aqueles que constituem a comunidade escolar, elaborem métodos que visem auxiliar na superação dos problemas de aprendizagem, assim como devem buscar orientações pertinentes para lidar com essas situações, pois se não houver uma interseção adequada os alunos podem sofrer consequências futuras.

No contexto escolar, as dificuldades de aprendizagem são mais evidentes, considerando que a escola explora e avalia o processamento e as funções operativas do conhecimento. O docente precisa ter atenção, cautela e paciência para lidar com os alunos

que apresentam dificuldades de aprendizagem, entretanto nem sempre os profissionais da educação estão dispostos e preparados para enfrentar esses desafios e começam a rotular os discentes que apresentam dificuldades de aprendizagem como preguiçosos, desinteressados, mal comportados, isto é, como um fardo e não fazem nenhuma intervenção pedagógica com o intuito de ajudá-los a superar essa barreira que acarreta tantos prejuízos para a sua trajetória estudantil.

Para Kirk (1996), as crianças com dificuldades em aprender a ler e escrever não devem ser consideradas como pessoas sem inteligência, tendo em vista, que esses sujeitos podem apresentar problemas causados por fatores internos e/ou externos ao processo de aprendizagem, sendo eles os causadores do insucesso escolar de muitos estudantes. A defasagem da leitura e escrita, em relação à alfabetização é mais evidente nas séries iniciais do ensino fundamental, a escola deve ser o ambiente que cria oportunidades e possibilidades para que o indivíduo consiga desenvolver os aspectos físico e intelectual, dado que nesse espaço o sujeito convive com várias pessoas, compreende a importância do respeito às diferenças, tem um contato com a diversidade cultural e social presente na sociedade em que está inserido.

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos precisam de uma análise reflexiva da vida do aluno, dando ênfase à rotina familiar, as interações, o cotidiano, os fatores internos e externos, a realidade, entre outros pormenores. A instituição escolar deve ter um olhar atento, cuidadoso e incluso para com esses sujeitos que apresentam dificuldades de aprendizagem que tanto comprometem a alfabetização e o letramento, visando ajudá-los a escola deve desenvolver atividades pedagógicas que atendam as necessidades e forneça oportunidades para a construção do conhecimento.

A prática pedagógica adotada pelos professores durante as aulas que contemplam todo o ano letivo é um fator decisivo na aquisição das habilidades de leitura e escrita e nas possíveis dificuldades provindas do processo de alfabetização.

Portanto, o ideal é que assim que for dado o diagnóstico que o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, os envolvidos no processo de escolarização que ele faz parte, ou seja, todos aqueles que constituem a comunidade escolar, elaborem métodos que visem auxiliar na superação dos problemas de aprendizagem, assim como devem buscar orientações pertinentes para lidar com essas situações, pois se não houver uma interseção adequada os alunos podem sofrer consequências futuras.

Para Pain (1985), a aprendizagem é um processo que advém da junção de aspectos internos e externos do indivíduo. Os internos relacionam-se com o funcionamento do corpo e são responsáveis pelas articulações, coordenações e automatismos, enquanto os aspectos externos são aqueles que precisam das condições do meio social em que o sujeito vive.

A identificação de uma dificuldade de aprendizagem deve ser feita depois de um período de observação, investigação e avaliação do aluno, dando importância a aspectos preponderantes para o processo de aprendizagem, a partir disso o diagnóstico pode ser concluído e pode-se elaborar um plano de intervenção pedagógica para auxiliar o aluno e ajudá-lo a superar os empecilhos de aprendizagem.

Dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental

Conforme Freire (1989), a leitura e a escrita são pilares de extrema importância para nós, visto que, a partir dessas práticas podemos avaliar a forma que enxergamos o mundo. Afirma que embora a aprendizagem seja uma atividade socialmente consolidada, nem todos os sujeitos a dominam. Nos anos iniciais do ensino fundamental, no que se refere ao prosseguimento da alfabetização, podem surgir dificuldades na aquisição e aprendizagem da língua escrita e falada (SANTOS 1993).

No transcorrer do processo de alfabetização, o indivíduo é incitado a identificar e decodificar as letras, símbolos gráficos, desse modo, entende-se que os anos iniciais do ensino fundamental é um período em que os sujeitos sofrem mudanças e fazem descobertas importantes, todavia é nessa etapa que as dificuldades de aprendizagem se manifestam as dificuldades de aprendizagem relacionam-se com fatores psicológicos, físicos, cognitivos, afetivos e a interação social.

As dificuldades apresentadas nas esferas da leitura e da escrita são mais notórias nos anos iniciais do ensino fundamental, no que tange ao período de alfabetização é uma discussão de relevância ímpar. É preciso investigar e analisar se o aluno que possui problemas de aprendizagem teve o seu desenvolvimento adequado nos campos emocional, intelectual, físico, social, afetivo, como também das funções, habilidades e competências que são cruciais e norteiam o aprendizado. Esses problemas podem ser externados tanto no início quanto no decorrer período escolar e demanda a averiguação

para descobrir a causa, o desenvolvimento e as interferências na aprendizagem dos educandos.

As dificuldades de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita no período de alfabetização, na maioria das vezes, são mais evidentes nas primeiras séries do Ensino Fundamental, consideradas como os principais entraves enfrentados nas instituições escolares.

Leitura e escrita: fatores que influenciam nas dificuldades de aprendizagem desses sistemas

Fernández (1990), afirma que as dificuldades de aprendizagem são irregularidades provocadas no período de alfabetização e estão relacionadas com quatro fatores relevantes para a formação do aprendizado do alunado, sendo eles: o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo.

De acordo com Grigorenko e Sternemberg (2003), dificuldade de aprendizagem configura-se como um distúrbio que pode está relacionado com um ou mais processos psicológicos que fazem parte do processo de entendimento e uso da linguagem, tanto falada quanto escrita, que pode provocar irregularidades nas habilidades de ouvir, falar, ler, escrever, pensar, resolver cálculos matemáticos, entre outros.

A dificuldade de aprendizagem possui ligação direta com diversas razões e podem manifestar-se de vários modos: problemas significativos nos campos da leitura e da escrita, no modo de falar, expressar, relacionar, raciocinar, no desenvolvimento de habilidades matemáticas, como também podem ser decorrentes de transtornos (GARCIA, 1998).

Para que a aprendizagem seja satisfatória são tidos como princípios fundamentais o desenvolvimento cerebral, psíquico, social, cognitivo e afetivo, dessa forma, se faz necessário reforçar as relações e as vivências no meio social que fazemos parte, pois a sociedade estimula a aprendizagem, o conhecimento e o desenvolvimento progressivo dos indivíduos.

Os problemas de aprendizagem enfrentados pelos alunos têm ligação direta com a realidade socioeconômica que ele se encontra, assim como está associada a aspectos como a precariedade da infraestrutura da escola, salas superlotadas, metodologias obsoletas,

professores que não se preocupam com o aprendizado dos seus discentes, entre outros motivos (LEITE, 1998).

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas com várias fontes, entre elas: transtornos de linguagem, transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), falhas nas habilidades motoras, dificuldades acadêmicas da leitura, escrita e cálculos matemáticos, transtornos da fala. Para o autor, os problemas de aprendizagem não devem ser vistos como procedentes de outros transtornos, mas sim como transtornos autônomos que podem surgir associados a outros (PARREIRA, 1998).

Para Citoler (1996), as dificuldades de aprendizagem podem significar a resultância da falta de conhecimento, falhas da memória, falhas no processo de decodificação, irregularidades na captação, entre outros.

METODOLOGIA

O referido artigo foi concebido através de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, com fundamento em informações de cunho científico, adquiridas a partir de livros, revistas acadêmicas, artigos científicos, sites, teses e dissertações.

A metodologia dessa abordagem consiste em uma revisão bibliográfica, que compreende como referencial teórico as obras de autores como: Freire (1989), Garcia (1998), Ferreiro (1996), Vygotsk (1998), Fernández (1990), Santos (1993), Leite (1998), entre outros.

Essa gama de informações que compõem o trabalho foi refletida e analisada de maneira neutra e concisa, que resultou na reunião de conhecimentos pertinentes para a pesquisa, em contribuições valiosas concernentes à temática em ênfase e permitiu expor para o leitor uma visão clara e abrangente sobre as dificuldades nos processos de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que as dificuldades nos processos e aquisição e aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental no tocante a alfabetização, caracteriza-se como um dos problemas mais frequentes no contexto educacional, cabe salientar que a leitura e a escrita são pilares importantes e

indispensáveis para a formação e aperfeiçoamento do conhecimento e a aquisição desses sistemas contribuem significativamente para o aprendizado dos sujeitos.

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas com diversos aspectos, desse modo os educadores e familiares precisam ter um olhar atento para as crianças, para ser possível detectar qualquer irregularidade que venha surgir impedindo o bom rendimento escola e comprometa o aprendizado do educando. É de suma relevância que ocorra uma investigação abrangente, de modo a descobrir os tipos e as causas que cooperam para o aparecimento das adversidades na aprendizagem.

Por meio deste artigo, foi possível fazer uma pesquisa, análise e reflexão acerca do tema, contando com o respaldo alicerçado em concepções, reflexões e obras de teóricos que tratam dessa abordagem, com a finalidade de compreender esse vasto tema. O estudo aponta ser cabível que haja uma parceria entre a escola, o docente e a família, pois estes são considerados os responsáveis pela identificação dos pontos que impedem o desenvolvimento da aprendizagem, habilidades e potencialidades da criança e para buscar formas de intervir nessa situação, visando suprir essa problemática.

Com a temática abordada, verificou-se que os problemas de aprendizagem refletem mais explicitamente nas séries iniciais do ensino fundamental, especificamente no decurso da alfabetização, esses impasses devem ser observados, averiguados, analisados e tratados para que o alunado tenha um aprendizado exímio.

As dificuldades de aprendizagem podem ocasionar o fracasso escolar, dessa forma é preciso que o educador tenha uma ação pedagógica pautada em estratégias, atividades e metodologias que favoreçam a aprendizagem e a superação das falhas presentes, para isso devem ser bem planejadas, diversificadas e executadas adequadamente. As áreas relativas à cognição e a psicomotricidade devem ser trabalhadas, uma vez que proporcionam o desenvolvimento do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.

CITOLER, S. D. **Las dificultades de aprendizaje**: Un enfoque cognitivo. Lectura, escritura e matemáticas. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emília. **Cultura escrita e educação**: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Biblioteca da Educação, v. 2).

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FONSECA, V. **Uma introdução às dificuldades de aprendizagem**. Editorial Notícias: Lisboa, 1984.

FONSECA, Vitor. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, J.N. **Manual de dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GÓMEZ, A. M. S.; TERÁN, N. E. **Dificuldades de Aprendizagem**: Detecção e estratégias de ajuda. São Paulo: Cultural, 2009.

GRIGORENKO, Elena L. STERNBERG, Robert J. Crianças Rotuladas. **O que é Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KIRK, Samuel . A; GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. (M..Z. Sanvicente, trad) São Paulo: Martins Fontes.1996.

LEITE, S. A. da S. O fracasso escolar no ensino de primeiro grau. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**, v.69, n.163, p.510-540, setembro/dezembro, 1988.

LEITE, V. A. M. **Dimensões da Não Aprendizagem**. Curitiba, PR: IESDE, 2012. Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PAMPLOMA, M. Alfabetização e cultura escrita. **Revista Nova Escola**, São Paulo, 2003. (n. 162)

PARREIRA, Vera Lúcia Casari. Dificuldade de aprendizagem: conceituação e intervenção. **Revista Uniclar**, Batatais, n.7, p.85-90. Jan/dez, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: história de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. Tradução de Os Pensadores. Abril Cultural, 1970.

SANTOS, A. **Alfabetização**: a escrita espontânea. São Paulo: Contexto, 1991.

SISTO, F. F. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

SISTO, F. F. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo, Contexto, 2003. BAGNO, Marcos, STUBBS Michael, GAGNÉ Gilles.

VYGOTSKY, L.S.A. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

Capítulo 3
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAÇOS
IDENTITÁRIOS EM BUSCA DE INCLUSÃO SOCIAL

Vanuzia Souza de Jesus
Sileide Mendes da Silva



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAÇOS IDENTITÁRIOS EM BUSCA DE INCLUSÃO SOCIAL

Vanuzia Souza de Jesus

*Estudante do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser e auxiliar de secretaria no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso/Bahia;
E-mail vanuziasouzadejesus@hotmail.com*

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma compreensão sobre a educação de jovens e adultos reconhecendo a sua importância para que assim os futuros educadores, independentemente da sua formação e experiências prévias, adquiram o conhecimento científico e pedagógico necessários a um ensino com olhares aguçados com suas especificidades de aprendizagem, colaborando para o estabelecimentos de práticas pedagógicas embasadas para a promoção e a equidade promovendo um ensino voltado às necessidade da sociedade atual a fim de promover estratégias de aprendizagem, desenvolvimento da criatividade, capacidades e habilidades e que esses indivíduos são reconhecidos e que seu trabalho faz diferença contribuindo para uma formação integral dos estudantes. O trabalho foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, assim os autores elencados abordam para a necessidade de respeitar as características do adulto analfabeto envolvendo assuntos significativos das vivências. Hoje, o alerta é de que precisamos falar de uma modalidade de educação em sua pluralidade não esquecendo das diferenças e desigualdades que atravessam gerações. Dessa forma, os resultados deixam claro a educação é a melhor e maior mecanismo de mudanças, através dela o homem consegue compreender a si mesmo e o mundo a sua volta.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Vivências. Direitos. Dificuldades e superação. Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A Educação de jovens e adultos (EJA), é uma modalidade de educação caracterizada como educação básica destinada predominantemente a correção de fluxo e também a redução do analfabetismo. A interrupção dos estudos desses alunos nos espaços escolares se dar por situações diversas. São pessoas trabalhadoras, pobres, moradores de áreas periféricas, adolescentes que se tornaram mães, excluídos e oprimidos. Esses sujeitos têm suas vidas marcadas pela desigualdade e por falta de oportunidades.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil alicerçou uma consciência social do direito a educação na infância, mas não estabeleceu uma consciência para lidar com essa diversidade, reconhecer e valorizar a bagagem cultural desses alunos da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos.

Além disso, as vivências individuais e coletivas que emergem e são experimentadas fora da escola que influenciam nas perspectivas do projeto de vida desses alunos. Questões como futuro, emergem cada vez mais no cotidiano desses grupos tanto por pressões impostas pela família, pela sociedade, e por eles mesmos. Muitos voltam a sala de aula para concluírem seus estudos, esse é visto como meio de se conseguir realizar seus sonhos, conseguir um bom trabalho, ajudar a família para concretizar esse propósito de vida.

Independentemente de idade, todos têm seus sonhos, um objetivo de vida, até mesmo aqueles considerados alunos “problemáticos” tem uma visão que a escola é muito importante para seu futuro, busca por meio dos estudos adquirir maior capacitação e melhores condições de disputar espaço no concorrido mercado de trabalho trazendo consigo elementos presentes em vivências individuais e coletivas que são também experimentadas fora da escola. Com isso, não podemos deixar de notar que as vivências escolares se relacionam com as vivências não escolares, homens e mulheres se educam dentro e fora da escola, aprendem na escola com as que trazem de fora e vice-versa.

A escola e o fora da escola estão presentes na vida o tempo todo. Sabemos que na adolescência os sonhos e desejos encontram-se numa fase de transição e mudanças. Os adolescentes e jovens estão vulneráveis a diversos tipos de influências durante esta fase da vida, que dependendo da maneira que forem vivenciadas, vão definindo como é seu presente e como será seu futuro.

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta após um tempo afastada da escola, chega com histórias reais e ricas em experiências vividas, geralmente são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho com responsabilidades sociais e familiares com valores éticos e morais já formados a partir das experiências reais.

Diante do exposto, constata-se que existe um grande número de estudante da modalidade da educação de jovens e adultos que querem retomar seus estudos ou aqueles que se depararam com situações do cotidiano que amadureceram um objetivo de vida, outros com baixa autoestima da função que desempenha, assim como precisando fazer intervenções nesse contexto e visando uma formação profissional buscando assim, a escolarização nas salas de aula de educação de adultos.

Dessa forma, enfatizou a seguinte problemática: Por que os alunos e alunas da educação de jovens e adultos que buscam uma qualificação profissional tem acesso a matrícula e não a permanência?

Diante de inúmeras hipóteses para a não permanência desse público alvo, precisamos fazer com que a população entenda que o estudo está ligado não só a questão profissional, mais as necessidades básicas do ser humano como pegar um ônibus ir ao banco, ler e contar. Alunos da EJA são plenos de um saber sensível pelas suas experiências de vida. Outra característica frequente é a baixa autoestima a sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, marcada pela exclusão ou pelo insucesso escolar.

O interesse na elaboração desse artigo surgiu a partir de discussões e vivências da pesquisadora desde o ensino médio prolongando para o curso de pedagogia, onde percebi que a sensibilidade de compreender quem são esses alunos da modalidade de educação de Jovens e Adultos é diferente do ensino regular.

Durante o contato com a disciplina de educação de Jovens e Adultos no curso de pedagogia, foi percebido que dentro das instituições que trabalham o conhecimento e que formam cidadãos, os debates trazem discussões a fim de romper as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA, mas o que é dialogado, entre teoria e prática existe uma enorme lacuna. É notório que essa modalidade não contempla a importância que deveria ter. Essa afirmação foi sendo vinculada em todo processo acadêmico uma vez que consolida a importância do fazer docente na educação infantil e não se estende a educação de jovens e adultos.

Pensar na inclusão social é pensar em todos os níveis de ensino, principalmente para um público que não teve oportunidades de escolarização na idade certa conforme preconiza a LDB, o retorno desse público que busca a sala de aula para qualificação profissional. É nessa perspectiva, que a escola necessita de uma grande contribuição na aquisição desse conhecimento, desse pensamento crítico em busca de mudanças significativas para um público que necessita de um olhar e uma metodologia diferenciada.

Em 1945, Lourenço filho alertava também para a necessidade de respeitar as características do adulto analfabeto, especialmente no seu processo de ensino e aprendizagem e a falta de treino para aprender, ou seja, para esse grupo, uma metodologia deve contemplar o interesse do aluno, envolvendo assuntos de significado nas vivências.

Assim, como objetivo geral, o trabalho apresenta: compreender a educação de Jovens e Adultos, reconhecendo a sua importância para a formação e a necessidade de uma atividade condicionada a vida social, política e o reconhecimento de um grupo de sujeitos que buscam o reconhecimento como cidadãos identitários que buscam nos seus limites e possibilidades inclusão social. Norteados pelos seguintes objetivos específicos: analisar a modalidade de ensino da educação de jovens e adultos e suas especificidades e articular a dinamização curricular nos ambientes educativos da EJA, por meio da integração das vivências com os saberes sociais historicamente desenvolvidos

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DIREITOS, FUNÇÕES E PRINCÍPIOS QUE ORIENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os conhecimentos de uma pessoa que procura tardiamente a escola são inúmeros e adquiridos ao longo de sua história de vida, originados das experiências de vida que trazem consigo, o saber sensível e o saber cotidiano. O saber sensível diz respeito aquele saber do corpo, originado na relação primeira com o mundo e fundado na percepção das coisas e do outro, caracterizado pela Filosofia como um saber pré-reflexivo, que nos leva à ideia de que existe um conhecimento essencial, acessível a toda a humanidade: uma verdade mais antiga que todas as verdades conquistadas pela ciência, anterior a todas as construções realizadas pela cultura humana (BRASIL, 2006).

Os alunos jovens e adultos, pela sua experiência de vida, são plenos deste saber sensível. A grande maioria deles é especialmente receptiva às situações de aprendizagem:

manifestam encantamento com os procedimentos, com os saberes novos e com as vivências proporcionadas pela escola. Essa atitude de deslumbramento com o conhecimento é extremamente positiva e precisa ser cultivada e valorizada pelo (a) professor (a) porque representa a porta de entrada para exercitar o raciocínio lógico, a reflexão, a análise, a abstração e assim construir um outro tipo de saber: o conhecimento científico.

Freire afirma que, “para ser válida” toda educação deve promover o próprio indivíduo onde aluno e professor buscam superar uma primeira visão crítica do mundo partindo do homem, buscando assim consciência do mundo vivido. O pensamento reflexivo traz valores ético, sociais e políticos (FREIRE, 1980).

A EJA, orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, do respeito ao bem comum, dos princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática, dos princípios estéticos da sensibilidade da criatividade e das manifestações artísticas e culturais (RONDÔNIA, 2013).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), o Ensino de Jovens e Adultos deve desempenhar três funções sendo ela reparadora, equalizadora e qualificadora ou permanente.

A função reparadora refere-se à possibilidade de acesso ao ensino de qualidade proporcionando um serviço público, baseado na escola democrática que promove a igualdade a liberdade a toda população uma oportunidade concreta da presença de jovens e adultos nas escolas com efetiva atuação nas políticas públicas sociais, uma reinserção na vida social e aumentar a possibilidade de ser inserido no mercado de trabalho.

Função equalizadora da cobertura a trabalhadores e outros segmentos sociais como donas de casa, aposentados e outras classe que tiveram sua escolaridade interrompida por diversos motivos.

Função permanente essa função pode ser chamada de qualificadora essa função ela traz o próprio sentido da modalidade EJA, possui um apelo para a sociedade letrada para o universalismo, solidariedade, igualdade e diversidade. É possível se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transformam os espaços formais da escolaridade.

Beiseigel (2010), concluem que o progredimento do homem e da sociedade criada pelos homens; mas, sob essas novas visões de compreensão do social, entendia, agora, que

este aprimoramento seria o produto da atuação libertadora dos oprimidos. Em outras palavras, trata-se da obtenção do entendimento, que surge ao se confrontar com o mundo. Os conhecimentos que os alunos e alunas trazem estão diretamente relacionados às suas práticas sociais. Essas práticas norteiam não somente os saberes do dia a dia, como também os saberes aprendidos na escola.

A escola como espaço educativos deve ter uma ligação entre a teoria e a prática propondo alternativas passível a serem realizadas pelos educandos pensando nessa proposta de ensino e a ação pedagógica Freire vai nos dizer “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 12), gerando assim agentes multiplicadores para a comunidade, seu bairro e para os demais agentes sociais

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar” (FREIRE, 1977, p. 48).

O educador Paulo Freire (1977), aborda que é preciso uma compreensão e dar importância ao sujeito quando não se mede a realidade do que vive e quando acha que a realidade não pode ser modificada, mostrando que ele pode sim participar ativamente na sociedade provocando atitudes de reflexões com comprometimento de ações para transformar sua realidade.

A Educação de jovens e Adultos está assistida na lei de diretrizes de base da educação artigo 22 e 37. Os referidos artigos contemplam a educação básica que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A Educação de jovens e Adultos está assistida na Lei de Diretrizes de Base da Educação artigos 22 e 37 os referidos artigo (BRASIL, 1996)

Essa definição dessa modalidade no artigo 37 é de grande relevância e protegida por lei para esse grupo de pessoas que possui acima de tudo uma capacidade inclusiva e compensatória que ultrapassa todas os níveis educativo para se tornar uma obrigatoriedade de cunho social.

Segundo Ribeiro (2001), a alfabetização de adultos e uma prática de caráter político, com adesão a valores democráticos para resolver uma situação de exclusão de cidadãos que na maioria das vezes faz parte de um quadro de desclassificadas ou seja, significa esta separados do resto da sociedade.

No Brasil, pensar na educação de jovens e adultos é pensar no educador pernambucano Paulo Freire como referência maior de conhecimento, experiências e o legado do mais célebre educador brasileiro considerado o pai da educação; responsável por alfabetizar aproximadamente 300 pessoas na cidade de Angico em Rio Grande do Norte esse método foi denominada como “experiência de Angicos” (CORTEZ, 1996).

Esse método inspirou o Plano Nacional de Alfabetização, que começou a ser executado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no governo de João Goulart (1961-1964), um governo dilatado pelo golpe civil-militar de 1964, que resultou em 21 anos de ditadura e no exílio de Paulo Freire (BEISEIGEL, 2010).

Nesse contexto da educação, traz uma pedagogia fundada entre a problemática educacional e a problemática social, era preciso então uma alfabetização de adultos a partir sempre de exame crítico e da realidade existencial dos educandos, da identificação, das origens e de seus problemas sendo reconhecidos como seres produtivos e que possuem cultura. Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos numa frase que ficou consagrada: “ a leitura do mundo procede a leitura da palavra”.

Paulo Freire trabalhava de um modo assinalado, usando o contexto da vida do aluno como um portador de texto. Em grupos de conversas tirava temática para uma aula inteira, discutia vários assuntos dos quais geravam momentos educativos e proveitosos, em meios dessas conversas saíam palavras do cotidiano das pessoas produziam um estudo melhor de seu significado, e assim por diante. Nesse método, desenvolvido por Paulo Freire, além da palavra geradora, também eram utilizadas ilustrações, cartazes, imagens ou mesmo slides, para melhor acompanhamento e aprendizado na alfabetização.

Com isto, o educador que dizer que o apoio na realidade vivida e historicamente construída é base para a construção do conhecimento. A leitura da palavra está vinculada o ato de escrever, o sujeito que lê escreve o que passa no mundo concreto; sendo assim as necessidades e condições singulares desses jovens e adultos são reconhecida como sujeitos históricos

Seguindo as leis estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil que preveem a educação como direito social ao alcance de todos os brasileiros, foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criada para regulamentar a educação em âmbito nacional, de forma a garantir um padrão de qualidade de ensino, a LDB estabeleceu direitos como igualdade de condições

de acesso e permanência, ensino gratuito, além de estabelecer a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, inclusive para jovens e adultos (BRASIL, 1996).

Uma das mais significativas conquistas da sociedade brasileira, na área educacional, foi o reconhecimento dos direitos dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental e Médio públicos e gratuitos, não frequentados na idade própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, o alerta é de que precisamos falar de uma modalidade de educação em sua pluralidade, não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam gerações. A educação é a melhor e o maior mecanismo de mudanças, através dela o homem consegue compreender a si mesmo e o mundo a sua volta, dessa forma a educação como fator primordial deve aceitar e acompanhar suas especificidades de sujeitos marcados por grandes distâncias sociais que possibilitam uma percepção ingênua da realidade da qual resulta uma postura fatalista.

A EJA como modalidade de ensino, reforça a compreensão da complexidade da educação e do caráter de humanização e sensibilização de que o ato educativo se reveste.

Para tanto, é necessário destacar importantes fatores que contribuem para uma alfabetização de sujeitos capazes de agir em função da transformação de suas realidades. Quando falamos de transformação, falamos no reconhecimento, na autoestima na independência, nas conquistas e realizações, admitir que ser alfabetizado transforma uma pessoa, é a mais pura verdade, pois, por exemplo, um jovem adulto só sabia carpir, plantar e colher no roçado, hoje ele se encontra com plena capacidade de dominar as páginas de um livro, por isso, a alfabetização de jovens e adultos é um ato transformador.

Compreendendo que a EJA está prevista por lei que preveem a educação como direito social dando condições de acesso e permanência assegurando o direito de educação primária e secundária aqueles que não tiveram a oportunidade de realizá-las ou concluí-las em seu devido tempo, porém, percebe-se que na prática ainda há muito o que se fazer.

Vivemos em um mundo predominantemente letrado, por isso, aqueles que não tem o domínio da língua escrita ficam via as regras, as exigências educativas de uma sociedade contemporânea e que estão relacionadas as diferentes dimensões da vida familiar, trabalho, participação social e política, consumo e desenvolvimento cultural.

É nesse sentido que o educador Paulo Freire oferece condições de educação para alunos desta modalidade de ensino que alfabetizar não é algo mecânico e de memorização, compreende-se que a educação deve partir do universo cultural de cada indivíduo.

Para esses jovens e adultos, voltar a estudar muitas vezes representa um desafio a ser superado, pois, demanda tempo, força de vontade, dedicação em condições nem sempre favoráveis. Ao retomar a sala de aula, geralmente esses alunos demonstram desejo de vivenciar novas experiências buscando não só trocas de saber e conhecimentos, mas um espaço de socialização e inclusão.

Alguns desses alunos da EJA são motivados pelo fato de aprender a ler e escrever seja seu próprio nome, ler uma receita, outros almejam empregos melhores, terminar o ensino médio para poder realizar o sonho de frequentar uma faculdade e inserir numa sociedade letrada, porém excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Resolução Nº. 1/2000, de 3 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

SOUZA, Cássia Leslie Garcia de; M. M. P. **É bom aprender.** FTDS: S.A, 2003.

CELEPAR. **Educadores.** Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>>. Acesso em: 6 set. 2022.

CONFÚCIO, A., Airton, P., GURGACZ, V., & Gaio, V. C. ([s.d.]). **Estado de Rondônia Secretaria de Estado da Educação.** Net.br. Recuperado 22 de setembro de 2022, de <https://educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/04/EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-EJA.pdf>. Acesso em: 22 agos. 2022

DA SILVA, N. N. **Juventude Negra Na EJA: O Direito À Diferença.** [S.L.] Mazza Edições: Ltda, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** [S.L.] Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coord.). **Educação para Jovens e Adultos**. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

Capítulo 4

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO: DESAFIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Naianne Lopes de Souza
Sileide Mendes da Silva



A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO: DESAFIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Naianne Lopes de Souza

Secretária Escolar no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE Remanso Bahia. Estudante de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-Bahia. E-mail: nayane-lopees@hotmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: A inclusão escolar é uma prática que consiste no acesso igualitário e participativo para todos, proporcionando um ambiente de aprendizagens. Desse modo, a Educação Inclusiva vem de tempos buscando uma equidade no conceito social, infelizmente ainda é muito comum que o preconceito ainda persista, por mais que já venha alcançados ganhos, ainda merece que seja mais discutida e aceita pelo meio social. Assim, as crianças com autismo têm o direito de estarem incluídas no processo educacional de forma eficiente, em que suas singularidades sejam respeitadas possibilitando uma educação de qualidade. O artigo tem como objetivo geral compreender como acontece a inclusão escolar de crianças com autismo na Educação Infantil. Para embasar esse estudo realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de autores que ajudaram na compreensão da temática como Cunha (2012), Gaiato e Teixeira (2018), Orrú (2013) e Brasil (2008). Conclui-se que o Autismo é uma temática relevante a ser discutida em nossa sociedade, pois esse público precisa de visibilidade, e para que essas crianças tenham seus espaços de conquistas na educação escolar e na sociedade. O tema em questão é de suma importância fazendo-se necessário o desenvolvimento de novas estratégias educacionais a fim de estimular as habilidades e potencialidades dos alunos com autismo, superando suas limitações.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão escolar. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é uma prática que consiste no acesso igualitário e participativo para todos, proporcionando um ambiente de aprendizagens. Desse modo, a Educação Inclusiva vem de tempos buscando uma equidade no conceito social, infelizmente ainda é muito comum que o preconceito ainda persista, por mais que já venham alcançados ganhos, ainda merece que seja mais discutida e aceita pelo meio social.

As crianças com autismo vêm em uma luta constante para a garantia dos seus direitos no âmbito escolar, pois é da prática pedagógica que aconteça uma relação entre a escola regular com o Atendimento Educacional Especializado – AEE proporcionando um momento de estimulação para aperfeiçoar as habilidades dos alunos, e não somente ter a sua presença na escola.

O processo educativo é de fundamental importância para que exista um bom desenvolvimento da criança, principalmente na primeira infância, que é um momento de descobertas, sendo o ensino infantil um segmento educacional altamente promissor que estimula uma série de questões da criança, na implementação de práticas interventivas focadas nesse contingente infantil. Essa fase da educação infantil contempla alunos de zero a cinco anos, em horário de regime integral ou parcial, tendo como propósitos promover o desenvolvimento integral do educando, contendo como características os aspectos físicos, psicológicos, sociais, afetivos e intelectuais.

A temática traz uma maior abrangência em torno dessas questões que são comuns diariamente e que por muitas vezes não existem ações que viabilize a importância de respeitar e demonstrar que somos iguais na diferença. Mediante a realidade das crianças com autismo nas escolas do ensino regular, quais ações podem facilitar a equidade desses alunos na fase da Educação Infantil?

Diante disso, as crianças com autismo têm o direito de estarem incluídas no processo educacional de forma eficiente, em que suas singularidades sejam respeitadas possibilitando uma educação de qualidade. O professor precisa conhecer as habilidades que o aluno possui e usar de seus interesses para promover seu desenvolvimento integral através de práticas interventivas. Nesse sentido, o educador deve estimular as potencialidades dos alunos criando estratégias para um ensino de qualidade.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é compreender como acontece a inclusão escolar de crianças com autismo na Educação Infantil. Os objetivos específicos foram assim definidos: Descrever as características do transtorno do espectro autista e

analisar como o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir com o desenvolvimento dos alunos autistas. Para embasar esse estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de autores que ajudaram na compreensão da temática como Cunha (2012), Gaiato e Teixeira (2018), Orrú (2013) e Brasil (2008).

O interesse na elaboração desse artigo surgiu devido à pesquisadora já ter trabalhado como auxiliar de uma criança com autismo e percebeu a necessidade de buscar mais informações para desenvolver uma educação inclusiva que atenda a necessidade dos alunos. E conseqüentemente, da importância da futura professora estar capacitada para trabalhar com esse público garantindo à aprendizagem.

ENTENDENDO O AUTISMO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento da criança denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013), que implica em suas relações sociais e cognitivas, é identificado desde a infância, pois suas características são bem específicas. O pioneiro em utilizar o termo autismo foi o psiquiatra Bleuler em 1911, para descrever a falta de contato com a realidade e dificuldades em se comunicar (CUNHA, 2012).

No entanto, foi em 1943 que Kanner observou em seus estudos onze crianças que tinham comportamentos incomuns para se relacionar com as pessoas, e descreveu as análises realizadas em sua obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” (CUNHA, 2012). Observou-se uma série de características comportamentais bastantes particulares, são elas: perturbações das relações afetivas, solidão autística extrema, isolamento, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino, o que não significa que seja exclusivo nos meninos apenas uma incidência de casos constatados.

Nesse viés, Asperger em 1944 traz uma nova definição do distúrbio denominando o mesmo de Psicopatia Autística, manifestada por transtorno severo na interação social, uso pedante da fala, atribuições psicomotoras comprometidas, assim como constatação de que mais meninos possuem o transtorno. O autor utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de colocar em pauta a preocupação com a

abordagem educacional destes indivíduos, já que suas limitações são maiores do que as crianças atípicas (CUNHA, 2012).

Ambos autores tem uma co-relação do conceito de autismo, as características são comuns e bem específicas, com algumas diferenças, possibilitando desde cedo que a família identifique os sinais de autismo.

Segundo Gaiato e Teixeira (2018), o autismo pode ser definido como um transtorno do desenvolvimento comportamental em que a criança apresenta prejuízos significativos a exemplo: na interação social, atrasos na fala, interesses restritos, ações repetitivas, e esses comportamentos são percebidos na criança durante seus primeiros anos de vida.

Em continuidade com as definições, Orrú (2011), diz que o termo autismo é originado do grego autós, que significa “por si mesmo”. Esse termo é usado para designar, dentro da psiquiatria, indivíduos com comportamentos centralizados em si mesmo.

Atualmente a sociedade já deu alguns saltos relativos em relação a inclusão de crianças que possuem o transtorno, as escolas comuns devem fazer a adequação de acordo ao nível que a criança se encontra, o autismo passou por uma atualização em seu CID, sendo agora Autismo na CID-11, identificado pelo código 6A02.

Conforme as subdivisões, o TEA (6A02), na CID 11, é classificado como:

- 6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- 6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- 6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- 6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
- 6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

(Atualizado em 21/09/2018 com a listagem de todos os códigos CID-10 e CID-11).
(Atualizado em 15/11/2021 com o código de síndrome de Rett e link para artigo “O último dia da Síndrome de Asperger ”). (Atualizado em 03/01/2022, excluindo-se o código

“6A02.4 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;” que ficou de fora da versão final da CID-11)

Diante da nova atualização, é bem descrito as definições que são atribuídas, pois o transtorno tem características parecidas mais não significa que sejam iguais, diante do estudo é possível ver os níveis e saber qual é o melhor caminho para fazer a interferência com uma equipe multidisciplinar para evitar que a criança tenha tantos prejuízos na frente.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ALUNO COM AUTISMO

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um atendimento direcionado aos alunos que precisam de estimulação, com caráter de complementar e/ou suplementar a sua formação com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dessa forma, o AEE perpassa por todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Esse atendimento é ofertado em salas de recursos multifuncionais e o aluno para estar inserido deve estar matriculado no turno oposto na escola comum. (BRASIL, 2008).

O serviço do AEE tem como função: “identificar, elaborar, organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades” (BRASIL, 2008). Dessa maneira, o AEE ofertado especificamente para os alunos com TEA, mobiliza a escola e envolve a família no processo da inclusão escolar do aluno, contribuindo de forma significativa para a sua aprendizagem.

Não precisamos de esquemas complexos ou inusitados para aplicar ideias pedagógicas. O nosso cotidiano é feito de coisas simples e são elas que devem ser trabalhadas e estimuladas. Quanto mais associamos a prática escolar, familiar e social mais resultados significantes alcançaremos, a experiência do aprendizado profícua (CUNHA, 2015).

O professor de AEE deve elaborar e executar o plano de atendimento do aluno, sendo necessária a articulação com os professores da escola comum. O AEE possui como base para os alunos um Plano Especializado Individual a cada educando, já que atende dentro das perspectivas particulares de cada um. Deve ser construído o PDI- Plano de Desenvolvimento Individual, onde é explorado as áreas mais afetadas, assim como os

métodos de estimulação e recursos didáticos para favorecer o desenvolvimento do estudante (BRASIL,1994).

No entanto, ainda é comum ver associações da sala de AEE ao reforço escolar, por mais que as informações já sejam disseminadas de diversas maneiras, a sociedade ainda vive no achismo em relação a esse trabalho.

Orrú (2013), descreve que o AEE do aluno com autismo, apoiado nas relações sociais com os demais colegas, poderá desenvolver diferentes possibilidades de aprendizagem. Portanto, o foco deve estar nas potencialidades que podem ser desenvolvidas por um sujeito que aprende.

Através das contribuições do Atendimento Educacional Especializado – AEE pode ser estimulado no aluno com autismo a memória, coordenação motora, concentração, atenção, percepção sensorial, linguagem, socialização dentre outras áreas que são essenciais para a aprendizagem do educando. Além de promover o desenvolvimento integral do educando, em seus aspectos físicos, psicológicos, sociais, afetivos e intelectuais.

Segundo a LDB, art. 59, parágrafo 2º: “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas escolas comuns do ensino regular” (BRASIL, 1996).

Mediante o que assegura a lei, o atendimento garante aos alunos uma melhor condição de inserção social já que possibilita estimulação dentro das perspectivas de cada um. O aluno com autismo deve ser compreendido como sujeito que aprende, sem desconsiderar sua singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das colocações feitas, pode-se compreender o autismo como um conjunto de comportamentos que surge precocemente, caracterizados por comprometer na comunicação, na interação social e nos comportamentos restritos repetitivos.

Verificou-se a importância do Atendimento Educacional Especializado para os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no processo de inclusão escolar e, a necessidade de o professor identificar as dificuldades de cada indivíduo e as áreas mais

afetadas, buscando desenvolver suas competências e potencialidades dentro do processo educativo através da estimulação.

Desse modo, a educação inclusiva para as crianças com autismo na educação infantil não acontece apenas colocando o aluno na escola, mas é necessário que sejam feitas adaptações ou adequações curriculares com o objetivo de proporcionar uma inclusão em sua plenitude, com que aconteçam mudanças positivas durante o processo de aprendizagem da criança.

Assim, o autismo é uma temática relevante a ser discutida em nossa sociedade, pois esse público precisa de visibilidade, para que essas crianças tenham seus espaços de conquistas na educação escolar e na sociedade. O tema em questão é de suma importância fazendo-se necessário o desenvolvimento de novas estratégias educacionais a fim de estimular as habilidades e potencialidades dos alunos com autismo, superando suas limitações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Linhas programáticas para o atendimento educacional especializado na sala de apoio pedagógico específico**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial- Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**. Brasília. Mec,1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação/SEE, 2008.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Autismo e inclusão**. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro. Editora Wak. 2012.

CUNHA. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. **O reizinho Autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Autismo**, OMS, 2022.

ORRÚ, Ester Silva. **Autismo: o que os pais devem saber?** – 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

ORRÚ. O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar... **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Vol.04, Nº. 01, Ano 2013 p.1699- 1709.

Capítulo 5
ADAPTANDO A ESCOLA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Eugene Oliveira de Luna Santos,
Sileide Mendes da Silva



ADAPTANDO A ESCOLA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Eugene Oliveira de Luna Santos,

Acadêmica da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Agente de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Remanso Bahia. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica – Faculdade Prima. E-mail: eugene.luna@hotmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo analisar ferramentas que possibilitem adaptar a escola a educação inclusiva para envolver todos os alunos de forma equitativa, sendo um desafio oferecer a todos os alunos uma oportunidade igual de aprender. O estudo foi um levantamento bibliográfico com a finalidade de investigar os problemas e desafios vivenciados pelas escolas para que aconteça a inclusão, a fim de expor a realidade em sala de aula nas escolas públicas e privadas. Os resultados apontam a importância dos benefícios de salas de aulas inclusivas, que em vez de tirar as crianças da sala de para oferecer-lhes instrução especializada em uma sala de aula inclusiva, os professores de educação especial entram na sala, permitindo que professores da educação regular e especialistas trabalhem juntos. Para concretizar esse processo, é fundamental que se favoreçam momentos e espaços específicos para uma formação continuada e sistemática dentro do espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Escola. Inclusão. Adaptação.

INTRODUÇÃO

Busca-se com o presente estudo esclarecer a importância de se adaptar a escola a educação inclusiva, sendo um desafio oferecer a todos os alunos uma oportunidade igual de aprender, baseado na ideia de que cada pessoa tem seu estilo próprio de aprendizagem.

Os professores da educação especial e da educação regular estão reconhecendo os benefícios da educação inclusiva que permite uma aprendizagem em ambientes justos e estimulantes para todos os alunos.

A educação inclusiva é algo desejável e esperado por todos, diante do exposto o estudo relata os desafios das pessoas com deficiência, para que a inclusão tivesse seu destaque hoje, houve uma luta que teve início com as famílias das pessoas com deficiência, entidades como a UNESCO e do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanham os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

No Brasil, a história da educação em vigor desde 2016, a Lei brasileira de inclusão Site externo (LBI), também conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania.

A UNESCO apoia vários tratados e convenções internacionais de direitos humanos que defendem o direito à educação de todas as pessoas, incluindo o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1946), Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Na atualidade a pessoa com deficiência tem o reconhecimento enquanto uma comunidade com atenção especial, as leis para essas pessoas são determinantes para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Assim, torna-se cada vez mais importante compreender o porquê de uma educação inclusiva, pois está relacionada com a interação comunicativa social e cultural para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, devido as exigências em lei, também veio a necessidade do educador que trabalha com pessoas com deficiência ter uma formação adequada para atuar nesta modalidade.

Nesse contexto, tem-se como objetivo geral refletir sobre a importância da inclusão na educação, com sentido dinâmico de produção do conhecimento, compromisso social e democratização da escola e inclusão das pessoas com deficiência.

Justificando-se o estudo em mostrar como ocorre a inclusão na escola e os métodos de ensino adequados, para renovar as práticas pedagógicas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com a finalidade de investigar os problemas e desafios vivenciados pelas pessoas com deficiência nas escolas da rede pública e privada, com revisão de literatura, com pesquisas de artigos, sites da internet e livros, que falam sobre a importância da educação inclusiva no Brasil se tornar uma realidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A História das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional

Compreender a luta pela inclusão na educação brasileira exige conhecer um pouco da história das pessoas com deficiência no contexto educacional com uma breve retrospectiva em torno das filosofias educacionais a essas pessoas e profissionais da área. Em diversos momentos as pessoas com deficiência foram colocadas à margem da sociedade, tanto por ignorância dos demais quanto por incompreensão de suas necessidades e capacidades. Isso acontecia nos diversos contextos de convivência econômico, social, cultural, educacional e político. Dessa forma, é importante conhecer o histórico da inclusão na escola e as Políticas Públicas Educacionais em busca de elementos acerca da Educação Inclusiva no Brasil na contemporaneidade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96 especialmente o capítulo III, Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal, a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e preparo para o trabalho. A Constituição Federal em seu (Art. 206, inciso I) traz princípios norteadores para a educação, sendo o primeiro deles a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e também determina atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, realizado preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208 CF), tanto na rede pública quanto particular. Essas condições de igualdade significam dar, para pessoas com maior ou menor dificuldade e acessibilidade, meios para a realização e obtenção de direitos e tratamentos que permitam resultados semelhantes.

A inclusão escolar deve atender a diversidade e alcançar conhecimentos sobre as particularidades de todos os alunos. Então, no decorrer dos anos, o Brasil vem implementando leis para que, de algum modo, torne a educação um direito de todos, incluindo um vasto processo de formação de gestores e educadores para garantir, principalmente, atendimento educacional especializado e acessibilidade.

Ao longo do percurso educacional inclusivo, foram destacadas leis são elas: 1994 – Declaração de Salamanca: Define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influenciou nas Políticas Públicas da Educação. A partir daí, passou-se a considerar a inclusão de estudantes com deficiência, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aulas regulares, como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, considerando as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação.

Neste mesmo ano, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração nacional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. Essa política condiciona o acesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais às classes comuns do ensino regular, no entanto, não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém apenas a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial.

Estudantes com deficiência têm direitos garantidos na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996). Mas, para que a lei se cumpra, precisa haver fiscalização e apoio do poder público e da sociedade. Quando esses direitos forem desrespeitados, o estabelecimento de ensino pode ser denunciado à polícia, às autoridades do setor e à Justiça os pais que vejam seus filhos prejudicados pelo não cumprimento da lei devem agir e denunciar, pois é crime e procurar as autoridades competentes.

Por ser a educação um direito fundamental da pessoa com deficiência, em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida faz-se necessário que todas as barreiras físicas e comportamentais sejam extintas para não causar a exclusão da pessoa com deficiência, como comportamentos e atitudes individuais ou coletivas que prejudiquem a inclusão.

Perante a lei, qualquer tipo de discriminação contra crianças e adolescentes com deficiência é inaceitável devendo os mesmos terem seus direitos respeitados em condições de igualdade.

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A referida lei permite visualizar a educação como um todo, não de forma particularizada, desenvolvendo ações para que pessoas com deficiência possam exercer seu direito na educação superior, profissional e tecnológica.

Sassaki (2006), ao explicar uma sociedade inclusiva enfatiza que [...] “vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos”. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e desvalorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Assim, o sistema educacional deve ser inclusivo e apoiar a diversidade entre todos os estudantes, tendo como objetivo eliminar a exclusão social, o aluno com deficiência deve ser tratado de forma igual sendo garantido seu direito de efetiva educação, que envolve todos professores, direção, coordenação e funcionários com todos os recursos e estrutura adequados as especificidades de cada um.

Vivenciamos uma evolução relacionada a educação inclusiva, ainda que nos deparamos com muitas coisas que ainda precisam ser ajustadas. Mesmo nos dias atuais, com bastante inovação no ensino, as escolas inclusivas se debatem com dificuldades na realização do trabalho, mas em pequenos passos vai se construindo uma política de inclusão desejada por todos e as leis que foram criadas para proteger as pessoas com deficiência com o auxílio de profissionais capacitados e uma boa estrutura vai e concretizando.

Art. 28, item III, da Lei Brasileira de Inclusão, determina que a escola regular deve se adaptar ao aluno, exige um projeto pedagógico para o atendimento educacional

especializado que atenda às necessidades e características individuais dos alunos, para que o aluno com deficiência tenha acesso ao currículo escolar em condições de igualdade.

De forma sutil, a aceitação e inclusão deve acontecer na escola, pois é o segundo lugar mais importante para uma adequação, pois o primeiro momento se dá na esfera familiar, onde a família recebe, cuida e ama a pessoa com deficiência da maneira como ela é. Na escola, exige-se toda uma adoção de medidas adaptativas para os estudantes com deficiência serem inseridos no ensino regular dando-se condições de acesso, aprendizagem, sociabilização e permanência (SASSAKI, 2006).

O Material deve ser adaptado, estrutura e as provas adaptadas de acordo com suas necessidades, o questionamento deverá ser ajustado especificamente para o estudante com deficiência, o tempo para a realização da prova também deve-se adaptar ao aluno, o estudante também tem o direito de realizar a prova em local distinto da sala de aula, quando houver necessidade. A inclusão escolar oferece benefícios ao promover a diversidade e garantir o acesso de todas as crianças à educação, tenham elas deficiências ou não. No entanto, apresenta desafios que esbarram em diferentes obstáculos, que devem ser detectados para serem ultrapassados.

Referente aos aspectos da legislação, as tutelas resguardadas pela lei no oferecimento dos direitos as pessoas com deficiência deveriam ser destinadas a todos indistintamente. Porquanto, embora existam as leis, sozinhas elas não conseguem dar conta de todo o serviço, pois a sociedade deve exigir o cumprimento das mesmas, exemplos como: a lei de Cotas para pessoas com deficiência foi publicada em 2016. Desde então, universidades brasileiras têm-se organizado para realização de alguns procedimentos, como aplicação das provas, estruturação de comissões para atuar nos processos de avaliação e acompanhamento dos cotistas e possibilitar a sua permanência.

Os professores, principais agentes dessa transformação, são também os que lidam com esses desafios diariamente em sala de aula. Isso porque recebem alunos com diferentes níveis de desenvolvimento, assim como com transtornos e deficiências graves. Assim buscando as melhores estratégias e metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos exige treinamento, estudo e apoio da família, da escola e de profissionais especializados (LACERDA, 2006).

Dessa forma, deve ser levado em consideração na sala de aula: Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com a finalidade de investigar os problemas e desafios vivenciados pelas pessoas com deficiência nas escolas da rede pública e privada, com revisão de literatura, com pesquisas de artigos, sites da internet e livros, que falam sobre a importância da educação inclusiva no Brasil se tornar uma realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer a história das pessoas com deficiências e as suas relações sociais percebe-se que são passagens de muita luta e dificuldades. Porém, ao se identificar as atuais conquistas, tanto no que se refere às relações sociais quanto ao contexto escolar, percebe-se que existe uma considerável evolução. Através deste estudo, foi possível compreender que as leis que protegem as pessoas com deficiência são de grande relevância no contexto da escola regular. Entretanto, alguns pontos da inclusão ainda precisam ser repensados.

Ainda faltam profissionais capacitados, qualificados na área. Além disso, é essencial que a pessoa surda seja compreendida dentro de suas limitações e potencialidades e que a sua aprendizagem aconteça com qualidade e respeito.

É preciso que essa compreensão parta primeiramente da própria família e, posteriormente da escola e da comunidade. Assim, como a escola tem papel de essencialidade na formação do indivíduo, o intérprete juntamente com a professora tem papel fundamental para que aconteça a inclusão escolar. A professora regente que recebe o apoio para efetivar o processo de inclusão e, por fim, toda a comunidade que compreende que a pessoa deficiente precisa de oportunidades.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 61, LDA, 2000.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência. **Caderno Cedes**, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p. 163- 184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: Coleção UAB – UFSCar. Língua de Sinais Brasileira: uma introdução. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.

NASCIMENTO, Henrique. Educação de Surdos: Entenda os Desafios no Brasil. Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.uninassau.edu.br/noticias/educacao-de-surdos-entenda-os-desafios-nobrasil>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério do Emprego e do Trabalho. **Lei 8.213 de 24 de julho de 1991**. Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea. Brasília: TEM SIT/DSST, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. <https://www.camarainclusao.com.br/noticias/dez-direitos-fundamentais-do-aluno-com-deficiencia-naescola/#:~:text=Estudantes%20com%20deficiência%20têm%20direitos,Lei%20Esta dual%20nº%2016.925%2F2019>. Acesso em: 15 de set. 2022.

Capítulo 6

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS

Francisco Avelicio Leal Junior
Sileide Mendes da Silva



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS

Francisco Avelicio Leal Junior

Marceneiro, acadêmico do Curso de Pedagogia Pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, E-mail: franciscoaveliciojunior@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser-UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso-BA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-graduação Em formação de professores e práticas interdisciplinares) (PPGFPPPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: O artigo vai abordar o tema de educação física nos anos iniciais. Nesse sentido, será feito um breve relato do surgimento dessa disciplina no Brasil, como era utilizada essa pratica e sobre as leis que foram constituídos durante os anos como os PCNs e a LDB. Com isso, vamos entender um pouco sobre esse componente curricular no ensino fundamental e como ele atua atualmente nas escolas e sobre a desvalorização desse ensino dentro das escolas. Nesse contexto, através da pesquisa bibliográfica, serão explicados quais são os benefícios que a educação física proporciona para os alunos envolvendo a mente e corpo, e também como é a metodologia da educação física nas escolas, como são feitas as avaliações do ensino fundamental. Dentro dessa perspectiva, serão mostrados quais são os jogos que mais são utilizados para as práticas das atividades físicas, visando as grandes variedades que podem ser utilizadas e os objetivos da disciplina dentro do ensino escolar.

Palavras-chave: Educação física. Anos iniciais. PCNs.

INTRODUÇÃO

A educação física tem um grande papel na construção corporal e intelectual do homem, promovendo uma vida mais saudável. Portanto, o tema abordado tem como finalidade analisar a importância da pratica de exercícios físicos nas escolas, mostrando a contribuição que ela tem para o corpo e intelecto do aluno, mostrando como ela promover

um maior desenvolvimento do aluno por meio da prática de exercícios físicos, e também de brincadeiras que envolvam a movimentação do aluno assim trabalhando o corpo.

A prática de atividades físicas nos anos iniciais traz grandes benefícios para o corpo da criança desde cedo, atividades como dança, jogos esportivos, e brincadeiras que envolvam correr e pular possibilita um desenvolvimento corporal, além de estimular o sentimento como afeto e emoções, desta forma, a criança aumentará o seu desempenho físico e mental.

Mesmo a educação física sendo valiosa, por que desvalorizam a ponto de colocar professores sem formação na área para ministrar essa disciplina?

Nesse contexto, pode-se trazer uma aula mais organizada e interessante, e para isso ser feito tem que buscar um docente qualificado para a realização das aulas, onde esse professor traga um ensino que tenha planejamento, conteúdo, prática didático-pedagógica, e logicamente que o educando busque sempre o desenvolvimento do aluno individualmente e coletivamente.

Levando em consideração que o professor tem que ser qualificado e capaz de trazer uma aula interessante, ele ainda tem que analisar os seus alunos para saber quais são os que têm desinteresse em praticar exercícios, e buscar trazer um ensino onde ele motive os alunos e mostre a importância dos exercícios para a saúde corporal e intelectual.

O tema escolhido pelo pesquisador se deve ao fato de que a prática de exercícios físicos é primordial para a vida das pessoas, com ela podemos desenvolver o senso crítico, além de aprender sobre o respeito e solidariedade com o próximo. Outra contribuição fundamental são as prevenções de doenças e qualidade na saúde física e nos aspectos emocionais, sociais e cognitivos.

A educação física é de grande importância para a saúde corporal e intelectual das pessoas. Por conta disso, deve-se considerar que ela tenha espaço nas instituições de ensino, sendo uma disciplina obrigatória nas grades curriculares de ensino nos anos iniciais para que os alunos tenham práticas esportivas para sua própria saúde, já que nos tempos atuais as pessoas estão se tornando muito sedentárias, o componente curricular se torna mais que valioso para a educação dos alunos.

O objetivo geral do assunto é analisar a importância da educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido os objetivos específicos são: analisar os

benefícios das práticas esportivas; discutir a educação física como componente curricular e educação física nos anos iniciais do fundamental.

O tema escolhido foi baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que abordam sobre o surgimento da educação física e como ela foi sendo utilizada durante cada década no Brasil, quais foram as leis feitas para o aprofundamento da educação física no país, como a lei 5692/71 e os PCNs que estabelecem os objetivos gerais de Educação Física, e como foi o processo para ela entrar no ensino escolar, e quais eram as principais características e para qual finalidade era realizada, e qual o objetivo do regime militar com a pratica da educação física.

E nos tempos atuais se discute qual é a finalidade da prática de exercícios físicos nos anos iniciais e porquê se deve trabalhar e incentivar essa pratica, quais são os obstáculos, e por que a educação física é tão desvalorizada nas escolas públicas, a ponto de serem colocados professores que não tem nenhum tipo de formação especifica para aquela área.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

A educação física no Brasil sempre teve certa influência dos médicos e também militares. Como é visto que no período do regime militar que as práticas esportivas tiveram sua importância para a condição do corporal e saúde física dos alunos. Nesse período, teve o decreto 69.450, de 1971, onde a educação física começou a ser uma atividade para desenvolver a força física, morais, cívicas, sociais e psíquicas do educando. Essa lei tornou a pratica esportiva como algo essencial no ensino fundamental, onde buscava alunos talentosos para participar de competições internacionais, fazendo à representação a pátria. (BRASIL, 1998).

Já foi dito que a atividade física é de grande importância para o desenvolvimento corporal, porém essa mesma também tem outros benefícios como ao praticar exercícios físicos os alunos melhoram sua saúde, diminuindo os riscos de colesterol alto, doenças respiratórias, obesidade e pressão arterial, além de ajudar no raciocínio lógico, e capacidade de concentração. O ideal que as práticas sejam feitas desde a infância, é o que

recomenda o coordenador de atividades complementares do colégio Marista Champagnat em Ribeirão Preto (SP). (EVERTON SOUZA, 2019)

Os PCNs de 1997 também trazem uma afirmação sobre o quanto é valioso as práticas esportivas no ensino fundamental, pois com ela os alunos desenvolvem certas habilidades corporais participando das atividades, como os esportes, jogos, danças, ginásticas, luta, corrida, dentro desse aspecto o indivíduo vai ter um estímulo no corpo e na mente (BRASIL, 1998).

A educação física sem dúvida tem um grande papel dentro do ensino fundamental. Brito (1997), fala que a disciplina de educação física tem o papel para a construção da justiça e traz consigo a igualdade e felicidade nas dimensões culturais e corporais. Com isso, percebe-se que esse componente curricular não é simplesmente uma matéria que deve ser colocar de lado.

O componente de educação física tem como uma das suas prioridades a saúde dos alunos. Gallahue e Ozmun (2003), dizem que a prática esportiva estimula a crianças nos meios afetivos e sociais, ajudando na edificação de novas afeições. Com isso, é papel da escola e do professor orientar os alunos sobre os privilégios de criar uma vida mais saudável. Nesse contexto, a educação física não é apenas treinar o corpo, mas também trazendo mudança na vida tornando um tipo de cultura.

EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A educação física passou por mudanças durante os anos e também por conta dos aspectos políticos das épocas como é dito no PCNs. Durante as décadas de 50, nesse período a educação física teve influências da medicina e do militarismo onde veio surgir a ideia da escola nova. Mas década de 70, a disciplina teve uma grande influência no aspecto político militar da época, pois teve um grande investimento na disciplina com pautas relacionadas ao nacionalismo. No âmbito escolar teve um decreto nº 69.450, de 1971, nessa lei a educação física passou a promover atividades que desenvolviam a força física, morais, cívicas e sociais do educando. Nesse processo, o decreto trouxe ênfase na questão física, e iniciação esportiva, e a partir da quinta série, tornou-se um dos eixos do ensino fundamental.

Nos anos 80, tiveram-se algumas contestações sobre o modelo de educação física nas escolas, e com isso teve-se a criação de um novo ensino, onde a educação física parou

de promover aulas com esportes de alto rendimento, e começou a trazer aulas com o objetivo de desenvolvimento psicomotor. A disciplina passou a quinta a oitava série, para a primeira e quarta series e pré-escola. Nesse período, a educação física teve a sua crise de identidade, muitos profissionais tiveram que trabalhar suas aulas de forma espontânea, pois não tinham conteúdos, objetivos sobre como deveriam ser as práticas educativas (BRASIL,1998).

Um marco na disciplina foi o surgimento da LDB, Lei nº 9.394/96 no artigo 26, § 3º, que traz a educação física como proposta pedagógica, sendo obrigatória na educação básica do aluno. Dentro desse contexto, o componente curricular deve ser ajustado de acordo com o a faixa etária dos alunos, em suas fases de ensino infantil, fundamental e médio. No caso dos anos iniciais, o professor não precisa ter uma formação específica na área de educação física para atuar nesse componente. No caso do ensino médio é obrigatório que o professor tenha a formação adequada específica. A orientação está na resolução de 7 de dezembro de 2010 no (CNE), no artigo 31 o qual afirma que o professor que passar a maior parte do tempo com os alunos pode está no cargo do componente curricular.

Foi visto que no contexto histórico a educação física teve várias alterações durante a jornada. Nos tempos atuais essa disciplina por mais que seja obrigatória, ainda se percebe que não é colocada no patamar dos outros componentes curriculares. Com isso se entende que o componente curricular está no currículo da educação básica não é o suficiente, e necessário que tenha uma construção adequada da disciplinar. Para Moreira e Pereira (2009), ela deve ser integrada dentro do projeto político pedagógico, colocando como um plano de ação igual as demais, possibilitando que seja compreendida pelo campo escolar como uma disciplina fundamental para a construção da educação.

EDUCAÇÃO FÍSICA OS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL

O foco principal dos Parâmetros Curriculares Nacionais na educação física nos anos iniciais são as habilidades motoras e os fundamentos nos esportes, e também o aperfeiçoamento dos conteúdos. Porém, existem outros conceitos abordados como o desempenho, eficiência e a construção de um indivíduo responsável perante a si e ao outro trazendo assim um desenvolvimento de valores e atitudes por meio do ensino de educação física (BRASIL,1998).

A prática dos movimentos nas series iniciais do fundamental é uma maneira das crianças entenderem e melhorarem suas habilidades e também de se adaptar com outras atividades dentro e fora do campo escolar. Canfield (2000), diz que a importância do trabalho esportivo não pode ser negada, pois ela é importante para a infância, assim a escola como meio educacional, é responsável pela oportunidade de proporcionar uma boa experiência esportiva, pois será fator decisivo no desenvolvimento da criança.

De acordo com Buczek (2009), em seu livro Movimento Expressão e Criatividade pela Educação Física, os principais conteúdos a serem desenvolvidos no ensino fundamental são os jogos, dança, ginástica e os esportes. Dentro desse contexto, são trabalhados a psicomotricidade, percepção do corpo no espaço, coordenação motora, equilíbrio, velocidade, força, flexibilidade.

Segundo Kaefer e Assis (2008), a educação física nos anos iniciais se torna uma ferramenta para identificar suas próprias limitações, conquistas e problemas usando atividades de movimento que são importantes para o desenvolvimento de uma maneira divertida para o crescimento do aluno, dessa forma, experimentando uma variedade de sensações com seu corpo. Nesse sentido, os alunos têm uma troca de diferentes experiências e aprendizados sobre o movimento corporal.

Dentro dos PCNs existem objetivos a serem alcançados no primeiro e segundo ciclo da educação física. Nesse sentido, o primeiro ciclo busca o ensino voltado para atividades corporais para que a criança comece a entender sobre os movimentos do seu corpo, envolvendo o lúdico utilizando brincadeiras como corridas em obstáculos, esconde-esconde, além de atividades que envolvam o equilíbrio e coordenação.

Dessa forma, o aluno vai identificar algumas possibilidades e limitações do seu corpo, e também criar espírito esportivo e ser tornar coletivos com os colegas. Nesse sentido, as avaliações são feitas através da participação dos alunos dentro das aulas, respeitando as regras das brincadeiras e desafios, e também de interagir com os colegas sem nenhum tipo de preconceito com cultural, raça ou sexo. (BRASIL 1997).

No segundo ciclo da educação física, se espera que os alunos já tenham uma maior autonomia e certos conhecimentos. Para que eles desenvolvam suas habilidades de forma mais rápida, pois é nessa etapa que começar a trazer as regras dos jogos com mais clareza, e por conta disso é essencial que os alunos tenham mais independência. Dessa forma, eles podem se aprofundar e criar uma abordagem mais sofisticada do que sabem sobre jogos, brincadeiras, esportes, luta, dança e ginástica. Nesse ciclo, como os alunos já estão mais

desenvolvidos, os assuntos e atividades físicas tem que ser mais complexo. Então praticas dos exercícios seriam, por exemplo: saltar e arremessar objetos, equilibrar, pular obstáculos, correr e quicar uma bola, girar- saltar, seriam atividades com um grau maior.

Nesse ciclo, o estilo de avaliação consta da participação dos alunos em enfrentar os desafios e obstáculos dentro do esporte proposto pelo educador, e sempre respeitando as regras dos jogos. Outro tipo de avaliação é observar os avanços dos alunos em questão da movimentação corporal e saúde, analisar como o discente está se desenvolvendo durante as aulas e avaliá-lo pelo seu respeito aos colegas, sem discriminar por conta da cultura, religião, gênero de cada aluno, assim a sala se torna democrática as diferenças. (BRASIL 1997).

Dentro desse contexto, os PCNs trazem conteúdos para educação física nos anos iniciais sobre o conhecimento do corpo, no qual trazem conceitos sobre a movimentação corporal, como o corpo funciona e como ele reage as atividades físicas, e esses conteúdos serão abordados pela percepção do aluno sobre o seu próprio corpo. Com isso a criança vai perceber quais são as alterações que seu corpo teve durante as práticas de atividades físicas. Desse modo, o aluno começa a entender como são seus movimentos no espaço-tempo, como por exemplo: seu deslocamento e sua velocidade de um local ao outro. Um outro conteúdo abordado é os esportes, jogos, lutas e ginástica, neles serão abordados a parte das regras e a competitividade dos alunos dentro dos esportes em geral. Nesses jogos, seria analisada a parte técnica e estratégica dos alunos, além do conhecimento com o seu corpo. (BRASIL 1997).

O Brasil é um país imenso, contendo uma grande variedade de esporte e jogos diferentes para ser utilizado na disciplina de educação física. Nessa gama de esportes, lutas, ginástica e jogos os parâmetros curriculares nacionais citam: queimada, gol a gol, dois toques; amarelinha, cabo de guerra, pular corda, pega-pega; corrida de resistência e de velocidade, arremessos de peso, saltos a distância; futsal, vôlei, handebol, futebol e basquete. Essas são algumas das atividades que devem ser desenvolvidas dentro do ensino de educação física. (BRASIL 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no texto, a educação física teve uma grande trajetória de mudanças até os dias atuais. Dessa maneira foi descrito que a principal função no início era para aspectos físicos, que buscavam preparar as pessoas para a área militar, e também para se

envolverem em esportes de alto rendimento como as olimpíadas, porém esse modelo foi tendo com um tempo outras influências já que a educação física sempre esteve envolvida no meio político.

No Brasil, o decreto em 1971 colocou a educação física como um ensino obrigatório nas escolas, dessa maneira a disciplina trazia metodologias para desenvolver as questões morais, cívicas, sociais, psíquicas e a força física dos alunos. Nesse período, ela se tornou essencial nas escolas para trazer a representação da pátria. Contudo com o passar dos anos esse componente curricular foi se modificando até chegar nos dias atuais, que foi criado a lei de diretrizes de bases de 1996 da educação nacional, e com isso se tornou componente obrigatório no ensino escolar, nesse modelo a disciplina tem que ser adequada de acordo com a faixa etária do aluno.

Na questão da saúde, percebemos que a pratica esportiva é de grande importância para o aluno desde a infância, já que ela traz benefícios para a diminuição de colesterol alto, evita a obesidade, a pressão arterial, melhora os problemas de doenças respiratórias, traz a capacidade de concentração, e também ajuda no raciocínio lógico do indivíduo. Além disso, os PCNs de 1997 vem trazendo uma afirmação de que a pratica esportiva é valiosa para o ensino escolar, e nesse sentido as atividades envolvem os esportes, jogos, danças, corrida, ginástica, para assim desenvolver o corpo e a mente dos alunos.

A educação física é de grande importância para os alunos, porém mesmo nos tempos atuais ela ainda sofre preconceito e é deixada como disciplina sem muita importância. Contudo, devemos entender que essa disciplina é valiosa para o ensino, com ela os alunos conseguem entender como são os movimentos do seu próprio corpo, e entendem a importância de manter um corpo saudável, além de que a educação física tem a capacidade de melhorar a concentração e o raciocínio lógico dos discentes, e dessa forma, eles aprendem mais nos outros componentes curriculares.

No ensino dos anos iniciais do fundamental o principal objetivo é desenvolver as habilidades motoras e os fundamentos dos esportes que são estudados durante as aulas. Nesse foco, a escola traz a oportunidade de passar para os alunos boas experiências esportivas, trazendo uma construção no estímulo na criança, e esse desenvolvimento será feito por meios das atividades como jogos, dança, ginástica e esportes, e elas iram trabalhar a percepção do corpo, coordenação motora, equilíbrio, velocidade, força, psicomotricidade.

Voltando para os PCNs, vimos que eles trazem um ensino voltado para atividades corporais, envolvendo o lúdico, utilizando brincadeiras de corrida em obstáculos, esconde-esconde, para entenderem como funcionam os movimentos do corpo de cada um. E dentro desse ensino, trazem o espírito esportivo entre os alunos, mas com respeito ao adversário. Outras propostas que os PCNs trazem é um ensino que os alunos respeitem as regras dos jogos, não discriminar os colegas por conta de cor, gênero ou cultura. Sobre o corpo tem a questão do como ele reage as atividades físicas, para percebem as mudanças que seu corpo mostra ao praticar esportes. Portanto, foi considerado que a educação física tem papel importante e que ela deve ser mais valorizada no meio escolar, de forma igual as demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física.** Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=art.+26%2C+%C2%A7+3+da+lei+9394%2F96>. Acesso: 06 de setembro de 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MECSEF, 1997.

BUCZEK, Maria do Rocio Marinho. **Movimento expressão e criativa pela Educação Física.** Metodologia Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano. 1ª ed. Curitiba: Base editorial, 2009.

CANFIELD, M. S. **A Educação Física nas séries iniciais:** paralelo entre 15 anos. Revista Kinesis, Santa Maria, n. 23, 2000.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2003.

KAEFER, Rita de Cassia Lindner; ASSIS, Ana Leonora Sebrão. **A importância da Educação Física na Educação Infantil.** Disponível em: <<https://efdeportes.com/efd190/a-educacao-fisica-do-ensino-fundamental.htm>>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR: ATIVIDADE FÍSICA MELHORA APRENDIZAGEM. **Direcional escolas,** 2019. Disponível em: <<https://direcionalescolas.com.br/saude-desenvolvimento-e-bem-estar-atividade-fisica-melhora-aprendizagem/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

Capítulo 7
DISLEXIA: UM JEITO DIFERENTE DE SER E APRENDER
Ilana Alves Barbosa
Sileide Mendes da Silva



DISLEXIA: UM JEITO DIFERENTE DE SER E APRENDER

Ilana Alves Barbosa

Graduanda de Pedagogia, 8º período pela Faculdade Alfredo Nasser- UNIFAN, Remanso-Ba. E-mail: ilanaalvesb68@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender e aprender como lidar com a dislexia, pois é um distúrbio de aprendizagem que irá se manifestar com maior força dentro da sala de aula. A escola sendo um dos principais lugares onde é desenvolvido as potencialidades educativas das crianças, deve ter em seu quadro de docentes e equipe pedagógica, profissionais capacitados para que transtornos de aprendizagem sejam notados o mais cedo possível e serem encaminhados para um tratamento com profissionais especializados para diagnosticar e tomar iniciativas que propiciem atividades pedagógicas que façam parte da realidade do aluno com dislexia. O presente trabalho foi de cunho bibliográfico que contou com pesquisas em trabalhos acadêmicos e de autores com profundos conhecimentos sobre o tema proposto. Os autores são unânimes em afirmar que todo processo e todo procedimento escolar é conduzir o aluno com dislexia a vencer as barreiras que lhes aparecerem em relação à aprendizagem onde o professor deverá ter uma postura de acolhimento, paciência, tolerância, insistência e nunca desistir de tal aluno para que tanto o docente, o aluno e a família do mesmo alcance um nível de contentamento e satisfação sendo incentivados a nunca desistirem de lutar por uma educação para todos.

Palavras-chave: Dislexia. Transtorno. Aprendizagem. Família. Escola.

INTRODUÇÃO

A dislexia é um distúrbio genético que afeta a forma que o ser humano irá aprender e principalmente ler. O cérebro de uma pessoa que possui esse transtorno tem dificuldade de formar palavras e distinguir os sons das sílabas, sendo assim acontece uma desordem

das letras em algumas palavras dificultando a leitura e também a escrita, assim a dislexia é um transtorno de aprendizagem.

Por ser um transtorno, é necessário um diagnóstico e tratamento com profissionais e métodos específicos, mas devido à falta de conhecimento e condições financeiras esse processo pode afetar negativamente na vida de alguns indivíduos e seus familiares gerando um grande desgaste psicológico, constrangimento e traumas de estarem inclusos na sociedade.

Assim, como qualquer problema precisa de uma solução através de pesquisas e estudo, a dislexia não é diferente e com o passar do tempo ela tem sido pauta de muitos estudos para chegar à sua solução ou como tornar mais leve a vida de uma pessoa disléxica. Mas, diante de milhares de pesquisas, esse transtorno ainda é uma dificuldade principalmente no contexto escolar, um emaranhado de situações que estão ligadas uma a outra como falta de profissionais qualificados que se dá por falta da existência de políticas públicas para a preparação desses profissionais.

O trabalho traz como problemática: Quais metodologias um professor poderia desenvolver para melhor incluir uma criança disléxica na escola regular?

Como qualquer outra criança com ou sem algum distúrbio ou transtorno, a criança disléxica deve ser tratada com naturalidade e respeito. A criança com a disfunção não deve passar por constrangimento, então sabendo que ela tem tal dificuldade não colocar em situações difíceis, como ler em voz alta e fazer o uso de atividades práticas e lúdicas.

A escolha do tema deu-se após uma conversa entre a pesquisadora e outra acadêmica onde a mesma deu algumas orientações para a pesquisadora encontrar um tema que despertasse o seu interesse para estudar, pesquisar e escrever. Ao parar para pensar em algo que gostasse e onde queria fazer a diferença, logo se lembrou de crianças com transtornos de aprendizagem e logo chegou à dislexia.

Escrever sobre a dislexia trará benefícios grandiosos para a pesquisadora e mais ainda para professores, uma vez que as crianças disléxicas precisam ser vistas e apoiadas dentro de uma sala de aula, a intenção da pesquisadora é tornar a escola um lugar mais confortável para todos conviverem e se desenvolverem, pois na maioria das vezes essas crianças são deixadas de lado por não aprenderem da forma convencional como outras e não enxergam seus talentos em outras áreas e que existem outras formas de aprender.

Outro objetivo da pesquisadora é publicar seu artigo para que o máximo de pessoas possam saber que existe mais alguém que se dedicou a estudar, conhecer e se

apaixonar por esse tema e que futuramente possa ser mais um vínculo entre crianças disléxicas e o mundo maravilhoso que elas podem descobrir através do seu transtorno, sem ser ignorado e negligenciado.

O trabalho traz como objetivo geral: Compreender como a Dislexia interfere no processo de ensino-aprendizagem contribuindo para que exista superação dentro da sala de aula e no meio de. Especificamente, conhecer a dislexia desde sua origem e descobrir formas de ensinar uma criança disléxica.

O artigo foi elaborado mediante pesquisas bibliográficas, cujos autores selecionados foram essenciais para o desenvolvimento da produção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

COMPREENDENDO A DISLEXIA

A palavra dislexia vem do grego, “dis” significa “distúrbio” ou “disfunção”, “lexis” significa “palavra” ou “leitura”, podendo concluir que dislexia é um distúrbio na leitura.

A disfunção afeta principalmente crianças do sexo masculino, são três meninos para uma menina. Ianhez e Nico (2002), mencionam que aproximadamente 15% da população mundial é disléxica. A principal característica dos indivíduos disléxicos é que apresentam inteligência média à superior. No entanto, há uma falha no processo de aquisição de linguagem, tornando-a silábica, hesitante, sem ritmo, com erros de antecipações. Conhecer o significado e os sintomas da dislexia favorece educadores, pais e demais profissionais da área educacional que lidam com as crianças e precisam de informações para compreender as dificuldades específicas de aprendizagens daquelas que apresentam distúrbios.

O diagnóstico é feito ainda na infância já que a forma de falar é prejudicada e no período escolar simples erros ortográficos não conseguem ser reparados quando a criança chega na metade dos anos iniciais. O transtorno não possui relação com o QI da criança, ou signifique que ela seja “preguiçosa”, muito pelo contrário, pessoas com dislexia tem um grande desejo de aprendizagem, do conhecimento, apenas sua forma de alcançá-los que são diferentes das formas convencionais.

Para Coelho e Assunção (1999), a dislexia geralmente está associada à disortografia (presença de erros ortográficos), disgrafia (caligrafia irregular) e discalculia (dificuldade na capacidade aritmética).

A dislexia apresenta sinais precoces, mas podem ser confundidos com o desenvolvimento das crianças, porém, quando é feito o diagnóstico muitas coisas são explicadas. Shaywitz (2006) e Ianhez (2002) ressaltam que o primeiro sinal indicativo da dislexia pode ser um atraso na fala. Shaywitz (2006), assinala que nos problemas de leitura, apresentam persistência de dificuldades precoces da linguagem oral; pronúncia equivocada de nomes de pessoas e de lugares; ignoram partes de uma palavra; dificuldades para lembrar nomes de pessoas, lugares e confusão quando estes aparecem; o vocabulário é expressivo e oralizado, mas consegue compreender quando ouve.

Outros sinais de alerta aparecem durante a vida escolar e precisam ser observados, são eles: trocar letras, principalmente quando elas possuem sons parecidos, como “f” e “v”, “b” e “p”, “d” e “t”, pular ou inverter sílabas na hora de ler ou escrever, não conseguir associar letras e sons, confundir palavras que soam parecidos, como macarrão e camarão, erros constantes de ortografia, lentidão na leitura, problemas de localização de esquerda e direita, dificuldade em aprender rimas (PONÇANO, 2007).

As manifestações mais habituais são a pronúncia arritmia, sincopada, silabada não respeitada; interpretação prejudicada ou impossibilitada; síntese e análise prejudicada ou impossibilitada; resumos ou relatos dificultados (FONSECA, 2011, p. 36).

As pessoas com dislexia possuem algumas dificuldades cognitivas que fazem com que elas demorem para fazer associações que envolvam símbolos, metáforas, construção de palavras e orientação espacial. Cabe ao professor fazer algumas alterações na sua forma de ensinar criando estratégias para que esse aluno assim como os outros desfrutem da aprendizagem.

O currículo das escolas regulares devem ser o máximo flexíveis, pois é no período escolar que a dislexia será descoberta e os professores, diretores, coordenadores devem estar preparados para a qualquer momento precisar fazer mudanças.

A lei 9.394, de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), por exemplo, prevê: Que a escola o faça a partir do artigo 12, inciso I, no que diz respeito à elaboração e à execução da sua Proposta Pedagógica; Que a escola deve prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento (inciso V); Que se permita à escola organizar a educação básica em séries anuais, períodos semestrais e ciclos, alternância

regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização (artigo 23); e que a avaliação seja contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período (artigo 24, inciso V, a alínea a).

Ao ser confirmado um diagnóstico de dislexia ou até mesmo notar que algum aluno possui dificuldade na aprendizagem ou alguma suspeita do transtorno, o educador deve reformular sua forma de ensino, tirar o foco de atividades onde o mais avaliado será a escrita, dando mais enfoque a atividades orais, deixar o aluno disléxico mais próximo durante as aulas, utilizar do lúdico e das tecnologias que nos é oferecida.

Sempre verificar se ele está atento às explicações na sala de aula e retomar do início se for preciso, perceber se ele tem ligação a arte, música e a partir da descoberta oferecer formas fáceis de aprender algum conteúdo, como por exemplo através de uma paródia de uma música que está tendo grande repercussão para ajudar na fixação.

Diz Moura (2013), que cabe ao orientador pedagógico juntamente com a equipe, pesquisar, estudar, refletir e levar ao educando o processo do conhecimento, observando quais as habilidades e interesses dos alunos, sugerindo estratégias e recursos no que diz respeito às dificuldades que o aluno poderá apresentar em relação à dislexia.

A criança também precisa estar ciente do transtorno que ela possui para quando ela perceber que não está no mesmo nível de aprendizagem de colegas e outras crianças da sua vivência não haver frustração, porém fica critério da mesma se quer ou não compartilhar como seus colegas e amigos.

O transtorno não possui cura, pois não é uma doença, quanto mais cedo diagnosticado mais confortável será conviver com a dislexia. Shaywitz (2006), ressalta que a maior parte dos pais e educadores demoram para fazer a avaliação de uma criança com dificuldades de leitura, porque acreditam que os problemas sejam temporários e que, portanto, serão superados. Ianhez e Nico (2002) recomendam que o diagnóstico seja feito por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo e um neurologista. Em um momento tão crucial não se deve dispensar a participação da família e da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dislexia é um transtorno de aprendizagem, mais precisamente um distúrbio que afeta a leitura e como o indivíduo irá aprender. Mesmo com estudos avançados e tecnologias a nosso favor, diagnosticar esse transtorno ainda demanda tempo e a saúde mental de quem a possui pois essa temática mesmo sendo comum não é muito conhecida e infelizmente os alunos que possuem o transtorno ainda são tratados por temas pejorativos como “burro”, “levado”, sem “futuro” levando o aluno a um grau de desconforto tão grande gerando até problemas psicológicos, medo de ir à escola, de determinado professor e de realizar atividades por vergonha do que irá ouvir.

Pensando nessas questões, surgiu a necessidade da escrita desse artigo para que ele possa chegar em professores e até mesmo a outros profissionais, pais e mães para se atentarem aos sinais que as crianças dão desde a primeira palavra.

Com um enfoque maior nos professores, são citadas formas como incluir uma criança disléxica na escola regular onde ela possa ter as experiências o mais próximo possível de todas as crianças, os pais também são alvos nessa pesquisa, pois também são incentivados a buscar um diagnóstico.

Nós como seres humanos devemos quebrar o conceito de que existe apenas um meio de chegar em determinado objetivo ou resultado, pois iremos deparar com situações que provarão que a vida não é uma receita de bolo (mesmo que até seguindo passo a passo pode algo dar errado) e a dislexia é uma delas.

A dislexia vem nos mostrando que para a aprendizagem não existe um caminho reto, em alguns momentos iremos precisar desviar e fazer diferente. Como professora, nunca devemos deixar uma criança com algum distúrbio de aprendizagem de lado pois talvez elas tenham mais a nos oferecer do que qualquer um. Aos pais, nunca desmotivar os filhos, uma vez que não sabemos a mente brilhante que está ali dentro, não sabemos o tamanho da árvore que crescerá a partir dali, nunca desestimular ou deixar de acreditar

Escrever esse artigo foi de grande importância para a pesquisadora, pois através de sua escrita foi possível conhecer detalhadamente a dislexia em formas que não sabia que existia, como por exemplo, não existe somente um tipo de dislexia ou ela sempre irá afetar sempre a mesma área do cérebro em todos os disléxicos.

Que esse artigo possa contribuir para os professores aprenderem a lidar com alunos disléxicos em sala de aula, que eles possam sempre estar envolvidos nas aulas e

estimulados a conhecerem o melhor de si e também ajudar outros pesquisadores que tenham a mesma temática.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, J. E.; COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. 10^a.ed. São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

FONSECA, Rosamaria Maria Reboredo Martins da. **O desenvolvimento da competência linguística na Dislexia**. Especialização em Psicopedagogia Institucional. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2011. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/G200735.pdf. Acesso em: 26/09/2022.

IANHEZ, M. E.; NICO, M. A. **Nem sempre é o que parece**: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. São Paulo: Elsevier, 2002

MOURA, Suzana Paula Pedreira Tavares de. **A dislexia e os desafios pedagógicos**. Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N205864.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

PONÇANO, Neuza Aparecida Gibim. **A Dislexia como dificuldade de aprendizagem sob a ótica do professor** – um estudo de caso. 98 f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo. 2007.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia**: novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Capítulo 8

A RELAÇÃO ENTRE O CUIDAR, BRINCAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Julia de Carvalho Brito
Sileide Mendes da Silva



A RELAÇÃO ENTRE O CUIDAR, BRINCAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Julia de Carvalho Brito

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso Bahia. E-mail: julia.c.brito@gmail.com.

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Ocid. <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>, Mestranda do Curso de Mestrado (Pós- Graduação Em Formação de Professores e Praticas Interdisciplinares) (PPGFPP) - Universidade de Pernambuco (upe), E-mail: sileide.mendes@upe.br, sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: O presente artigo surgiu das experiências obtidas durante os estágios vivenciados no decorrer da formação em pedagogia, das indagações existentes entre a relação do cuidar, brincar e educar na Educação Infantil e do papel fundamental dessas práticas combinadas em sala de aula. O objetivo da pesquisa é compreender como os cuidados e brincadeiras relacionam-se com a educação das crianças no ensino infantil. A compreensão dessa relação é essencial para o rompimento das concepções que viam as instituições de ensino infantil como um local assistencialista, onde os profissionais exerciam a função de entreter e zelar pelo bem-estar das crianças durante o período de trabalho dos pais. Diante das considerações realizadas através do estudo de teóricos, foi possível perceber o quão essencial para o desenvolvimento das crianças, torna-se a interação entre essas práticas e o papel fundamental do professor em trabalhar os cuidados e brincadeiras, visando à aprendizagem integral dos alunos.

Palavras-chave: Educar. Cuidar. Brincar. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O ato de cuidar, brincar e educar são indissociáveis na Educação Infantil. Essas práticas possuem valor educativo e não devem ser trabalhadas separadamente no contexto da sala de aula nessa fase escolar. Esta relação vai além das ações assistencialistas e higienistas habituais no contexto da escola de educação infantil, mas

promove situações de aprendizagem em que ao mesmo tempo em que a criança é cuidada, é educada, aprende a socializar com outras crianças, conhece mais de si mesma, desenvolvendo a autonomia, responsabilidade e sua própria personalidade.

Por muito tempo, as creches e escolas de educação infantil foram vistas apenas como locais para prestar assistência às crianças enquanto os pais as deixavam lá sob o cuidado das “tias” enquanto iam trabalhar não se atentando para a questão da aprendizagem delas. No entanto, essa visão tem sido desconstruída através de estudos, trazendo uma nova concepção reconhecendo essas instituições de ensino como capazes de criar condições para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, ético, estético, de relação interpessoal e inserção social.

Com base nas colocações acima, surge o seguinte questionamento: de que forma o cuidar, o brincar e o educar estão relacionados na Educação Infantil?

A relação existente entre o ato de cuidar, brincar e educar na Educação Infantil está no processo que envolve o desenvolvimento integral das crianças (físico, mental, afetivo, cognitivo, social, entre outros). Essas habilidades só serão desenvolvidas através da interação entre professor e aluno no contexto cotidiano da sala de aula, durante as atividades propostas e os momentos de recreação tão importantes nessa fase da infância.

Assim, a escolha da temática ocorreu das indagações sobre a relação existente entre o ato de cuidar, brincar e educar na Educação Infantil, uma vez é essencial essas práticas no processo educativo, e como elas complementam-se no desenvolvimento das habilidades, não apenas “passatempos” para entreter as crianças na escola, sendo necessária para a compreensão que no contexto da Educação Infantil tem uma finalidade muito maior que o entretenimento e funções assistencialistas.

O objetivo geral do trabalho é compreender como os cuidados e brincadeiras relacionam-se com a educação das crianças no ensino infantil. Quanto aos objetivos específicos: analisar o quanto essas práticas contribuem para a aprendizagem dos alunos, o desenvolvimento das habilidades necessárias para a vida escolar deles e discutir o papel do professor na relação dos processos de educar, cuidar e brincar em sala de aula.

A metodologia utilizada foi fundamentada em pesquisas bibliográficas envolvendo artigos de pesquisadores com assuntos semelhantes, experiências adquiridas pela pesquisadora durante os períodos de estágio na Educação Infantil, sites da internet, tais como: Google Acadêmico e *Scielo*, com relatos de experiência de pedagogos relacionados ao tema.

A CONTRIBUIÇÃO DO ATO DE CUIDAR E BRINCAR NO PROCESSO EDUCATIVO DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o ato de cuidar na Educação Infantil está ligado à assistência de cuidados básicos para com as crianças, como as práticas de higiene pessoal na hora de lavar as mãos antes de se alimentar, escovar os dentes após a refeição e tomar banho. No entanto, para cuidar é necessário conhecer a criança, compreender suas necessidades e fases de desenvolvimento. O cuidar, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), refere-se a, sobretudo dar atenção à criança, compreendendo que ela se encontra em um processo de contínuo crescimento e desenvolvimento, possuindo singularidades e necessidades que precisam ser atendidas.

O brincar na Educação Infantil é fundamental, através das brincadeiras, do ensino lúdico, dos jogos, da participação das crianças que elas se desenvolvem culturalmente e socialmente, construindo novos conhecimentos. A interação gerada durante o período das brincadeiras é essencial para o desenvolvimento das habilidades afetivas, cognitivas e motoras. Enquanto se divertem, aprendem a conviver em sociedade e o funcionamento das relações entre os seres humanos. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1988, p. 23):

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer as crianças condição para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Segundo Romanelli (1960), a palavra educar vem do latim *educare*, que é uma forma derivada de *educere* que contém a ideia de conduzir, criar, nutrir, fazer crescer. O ato de educar significa propiciar situações de aprendizagem em que a criança possa desenvolver suas habilidades e autonomia necessárias para a vida. Na Educação Infantil essa ação torna-se ainda mais importante por ser a fase inicial do desenvolvimento da criança. O professor enquanto mediador do processo de aquisição do conhecimento em sala de aula precisa pensar em metodologias que envolvam o ensino lúdico para o aprendizado e desenvolvimento das habilidades infantis.

Após o conhecimento dos conceitos de educar, cuidar e brincar, é necessário refletir sobre como essas práticas relacionam-se e complementam-se no contexto da Educação Infantil e de que maneira contribuem para o desenvolvimento integral das crianças.

O denominado tripé educar, cuidar e brincar, segundo França (2018), é de fundamental importância por se tratar de ações que conversam entre si e promovem uma boa educação, desconstruindo o conceito de que as escolas de Educação Infantil ou as famosas creches são apenas depósitos em que as crianças são colocadas por um período do dia ou em tempo integral para que os pais possam trabalhar tranquilamente, sabendo que seus filhos estão sendo atendidos por “cuidadoras” que estão na escola apenas para suprir as necessidades das crianças e entretê-los. Mais do que simples “cuidadores” ou “babás”, os profissionais que trabalham na Educação Infantil são educadores e a escola um ambiente de aprendizagem, onde suas práticas são devidamente analisadas para promover assimilação de conhecimentos em todas as ações realizadas, desde o momento da rodinha de música ao ato de lavar as mãos para se alimentar, do brincar com pecinhas coloridas ao momento do banho.

Segundo Vygotsky (1991), a brincadeira proporciona saltos qualitativos no desenvolvimento e na aprendizagem infantil por criar zonas de desenvolvimento proximal. A criança é educada enquanto cuidada e aprende brincando, se divertindo, explorando o mundo ao seu redor, conhecendo o próprio corpo, seus limites e habilidades. Durante essas práticas combinadas é possível perceber o desenvolvimento ocorrendo paulatinamente no seu modo de ver e perceber a si mesma e ao outro, no ato de saber ouvir, esperar a vez dela durante as brincadeiras, respeitar os colegas, aprendendo a lidar consigo mesma e com os demais.

Por esse motivo, o educar, cuidar e brincar estão relacionados, pois fazem parte do universo das crianças, todas necessitam de cuidados com a higiene e alimentação, o momento da brincadeira que se faz extremamente necessário para ocorra a interação com o meio social, o desenvolvimento da criatividade e principalmente, elas precisam ser educadas enquanto realizam essas ações para saberem como lidar com diferentes situações em seu cotidiano, respeitar as pessoas e ter uma boa convivência em sociedade.

HABILIDADES ADQUIRIDAS ATRAVÉS DO CUIDADO E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As práticas pedagógicas realizadas na Educação Infantil estão embasadas no tripé educar, cuidar e brincar, com o objetivo de propiciar um ambiente de aprendizagem em que os alunos possam adquirir o conhecimento através das atividades cotidianas, da rotina realizada em sala de aula com seus professores. As habilidades adquiridas estão intrinsecamente ligadas a essas práticas e contribuem para a vida escolar dos alunos.

Segundo Signorette (2002), educar é abranger todos os aspectos da vida do aluno, essa perspectiva relaciona-se ao atendimento das suas necessidades, das mais básicas às mais elaboradas. A assistência prestada às crianças durante o momento do cuidado é uma ótima oportunidade para promover o autoconhecimento, o autocuidado e até mesmo a autovalorização, pois no processo de cuidar a criança se conhece, passa a ter noção dos cuidados que o seu corpo precisa todos os dias, percebe os próprios limites e desenvolve a autonomia de aprender a cuidar de si mesma.

Ao decorrer do período de descoberta, a presença do educador é fundamental, pois é necessário que haja a instigação do aluno a se autoconhecer, como por exemplo, na hora do banho em que as partes do corpo podem ser indicadas e solicitada a ajuda da criança; nos horários das refeições, o educador não dará a comida na boca da criança, mas vai ajudá-la no manuseio correto dos talheres para levar a comida a própria boca; após a refeição, o momento de escovar os dentes em que o educador indicará como é a maneira correta de segurar a escova e limpar os dentes corretamente. Dessa forma, o educador torna-se a peça chave no desenvolvimento da autonomia em relação às ações cotidianas de cuidados pessoais.

A brincadeira, o momento da recreação são imprescindíveis na Educação Infantil. Toseti (1997), afirma que as atividades recreativas devem ser espontâneas, criativas, que tragam prazer às crianças, já que para elas é a maneira de liberar energias. Elas constroem no sujeito as noções de cidadania, aprendendo a lidar com pessoas de diferentes classes e culturas, a esperar a vez de participar da brincadeira, saber comemorar as vitórias e encarar as derrotas com civilidade e respeito. De uma forma simples, as brincadeiras realizadas através do uso de recursos lúdicos em sala de aula buscam aplicar esses conceitos e amplificar essas habilidades entre as crianças.

De acordo com Oliveira (1984), a criança aprende a se expressar no mundo, participando de novas experiências através da criação ou recriação de brinquedos e no

convívio com outras crianças ocorre à sociabilidade espontânea que proporciona novas sensações, ou seja, por meio das brincadeiras, as crianças tornam-se protagonistas do processo de aprendizagem, pois o momento da diversão não é voltado apenas para o entretenimento, e sim para a assimilação dos conhecimentos de uma forma interativa e dinâmica. Ao brincar, são desenvolvidas a concentração, cooperação, criatividade, agilidade e sua concentração. Essas habilidades são indispensáveis para a evolução da criança enquanto sujeito integrante da sociedade.

Diante das considerações apresentadas, é possível perceber que a educação está ligada aos processos de cuidar e brincar no contexto da Educação Infantil. Essas práticas complementam-se com o objetivo de proporcionar um ensino de qualidade e o desenvolvimento integral das crianças que envolvem o campo afetivo, intelectual, cognitivo, motor, sensorial e social. Pensar em Educação Infantil é relacionar essas ações para obter o bom desenvolvimento dos alunos.

O PAPEL DO PROFESSOR NA RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE EDUCAR, CUIDAR E BRINCAR EM SALA DE AULA

Por muitos anos, acreditou-se que o professor era o detentor do conhecimento em sala de aula e os alunos meros receptores passivos dos conteúdos. Porém, essa ideia foi desconstruída e atualmente ele é visto como o mediador, aquele que instiga os alunos a se inteirarem dos assuntos, pesquisarem, fazerem parte da construção do conhecimento, tornando-se protagonista do processo educativo. Para Paulo Freire (1991), professor e aluno aprendem juntos, em uma relação dialógica e democrática, em que todos podem se expressar.

Na Educação Infantil, o professor era visto também de maneira estereotipada, acreditando-se que eram apenas “cuidadores” ou “babás” por um turno do dia ou período integral para que as crianças fossem atendidas em suas necessidades, tivessem com quem ficar para passar o tempo, enquanto seus pais trabalhavam. Essas concepções falaciosas com o passar dos anos e da divulgação das informações estão sendo desfeitas. O educador da Educação Infantil atualmente é compreendido como aquele que utiliza de recursos lúdicos enquanto ensina, realiza brincadeiras e relaciona a rotina de cuidados com a educação de seus alunos. De acordo com Kramer (2005), a educação requer um

profissional que reconheça as características, que valorize os conhecimentos da criança e garantam a aquisição de novos conhecimentos.

O professor enquanto mediador do conhecimento em sala de aula precisa pensar em metodologias que envolvam brincadeiras e situações de cuidado com as crianças para o aprendizado e desenvolvimento das habilidades infantis, como afirma a RCNEI (1998), educar significa integrar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens que contribuam para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, com atitudes de aceitação, respeito e confiança, e o acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O trabalho realizado pelos educadores da educação infantil deve a princípio valorizar o contexto social e a história de cada criança, percebendo e buscando suprir suas necessidades em sua prática pedagógica. Diante disso, a prática docente precisa ser pensada em atividades que envolvam o cotidiano dos educandos, para ter uma função real e resultados significativos.

A ludicidade é uma peça fundamental no processo de construção do conhecimento das crianças. Friedmann (1996), ressalta que a atividade lúdica fornece informações elementares sobre a criança, entre elas estão as suas emoções, refletidas no modo de interagir com os colegas, seu desempenho físico-motor, estágio de desenvolvimento, nível linguístico e formação moral. Por meio de recursos lúdicos elas interagem com o meio em que estão inseridas facilitando a aquisição das informações.

A educação precisa refletir o cotidiano da criança, produzindo uma rotina que envolva os cuidados com a higiene, alimentação e brincadeiras em que ocorre a interação entre as crianças e o professor. Dessa forma, a aprendizagem é promovida de maneira dinâmica e interativa, alcançando melhores resultados.

Portanto, sob a perspectiva dessas considerações, é indispensável à reflexão contínua do professor sobre suas práticas e metodologias aplicadas em sala de aula, buscando os métodos mais eficazes para garantir uma aprendizagem de qualidade e o desenvolvimento das habilidades necessárias para a vida escolar de seus alunos. Como afirma Campos (1986), se o professor pensar e questionar sobre sua forma de ensinar, a ludicidade pode ser a ponte facilitadora da aprendizagem, sendo o fator motivador de qualquer aula. Sendo assim, novamente é enfatizada a importância do ensino lúdico na atuação do professor em sala de aula, especialmente na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das considerações apresentadas, é notória a relação entre o cuidar, brincar e educar na Educação Infantil. Essas práticas relacionam-se por se tratarem de processos contínuos que devem ser aplicados em sala de aula a fim de proporcionar situações de aprendizado e desenvolvimento integral das crianças.

As práticas que envolvem cuidados quanto à higiene, alimentação das crianças e as brincadeiras têm uma finalidade muito maior do que a função assistencialista que grande parte da sociedade acreditava que as creches ou escolas de ensino infantil prestavam. O objetivo principal é a aprendizagem, adquirida através destes processos. As escolas de Educação Infantil não substituem o papel da família na vida das crianças e não devem ser vistas apenas como instituições assistencialistas. Essas instituições são locais de aprendizado, socialização e desenvolvimento.

A Educação Infantil é a etapa da Educação Básica mais importante, pois nesse período ocorrerá o desenvolvimento integral da criança e das habilidades necessárias para toda a vida escolar do aluno. Por esse motivo, os profissionais atuantes nessa etapa da educação precisam de uma boa formação, métodos pedagógicos e criticidade quanto às próprias práticas para a construção o processo de aprendizagem.

Dentre as habilidades desenvolvidas por meio da relação entre o cuidar, brincar e educar, estão à capacidade de interagir com outras pessoas, aprender a lidar com as diferenças sociais, raciais e culturais, praticando a valorização e o respeito ao próximo. Também se destaca o autoconhecimento, tão fundamental para as relações futuras dos seres humanos, afinal é necessário conhecer os limites do próprio corpo, seus pontos fortes e fracos, buscando aperfeiçoar-se. Habilidades como o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo também são aprimoradas com o uso desse método educativo.

Diante da relação do cuidar, brincar e educar encontra-se o professor que desempenha um papel importantíssimo para que essas práticas produzam resultados significativos no desempenho de seus alunos. O professor enquanto mediador do conhecimento em sala de aula precisa constantemente avaliar suas práticas pedagógicas, considerando o que funciona, o que pode ser melhorado e o que deve ser mantido. Sendo indispensável à utilização de recursos lúdicos que possuem função auxiliadora na Educação Infantil.

O educador do ensino infantil precisa ter o perfil de um profissional que valoriza o conhecimento, a experiência e o contexto em que seus alunos estão inseridos para promover uma educação que condiga com a realidade das crianças. Além disso, compreender que os cuidados e as brincadeiras, são partes integrantes da Educação Infantil por se tratar de uma maneira de envolver os alunos na construção do conhecimento, tornando-os protagonistas do saber.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da Aprendizagem**, 19^o ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

FRANÇA, Sylvania dos S., **A Importância do Cuidar, Educar e Brincar para o Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil**. Faculdade Campos Elíseos, São Paulo, jul. 2018. Disponível em: <<https://fce.edu.br/blog/a-importancia-do-cuidar-educar-e-brincar-para-o-desenvolvimento-da-crianca-na-educacao-infantil/>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

FREINET, Célestin. **Para uma Escola do Povo**: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Das relações entre a educadora e os educandos**, São Paulo: Olho d'água, 1991.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. In: PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, Maria C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR Online Artigo**, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>. Acesso em 06 set. 2022.

OLIVEIRA, Z. de M. R., **Educação Infantil muitos olhares**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ROMANELLI, R. C. **O vocabulário indo-europeu e o seu desenvolvimento semântico**. In: *Kriterion*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1959

SIGNORETTE, A. E. R. S. *et al.* Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. **Revista do Professor**. Porto Alegre, n. 72, p. 5-8, out./dez. 2002.

TOSETI, Solange. **A Educação Física**. Rio Grande do Sul: Edelbra, 1977.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Capítulo 9
AFETIVIDADE NO MEIO ESCOLAR INCLUSIVO
Laísa Brito da Silva Santos
Sileide Mendes da Silva



AFETIVIDADE NO MEIO ESCOLAR INCLUSIVO

Laísa Brito da Silva Santos

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso Bahia.

E-mail: britolaisa48@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>.

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas

Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail:

sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: A afetividade como função de facilitar o processo do ensinar do professor e o aprender do aluno meio escolar inclusivo, juntamente com a escola para desenvolver um ambiente de confiança, incentivo e respeito as dificuldades e necessidades do alunado, considerando suas particularidades e contextos sociais diversos. O trabalho enfatiza a importância da inclusão no contexto sala de aula, com o objetivo de destacar o papel da escola no meio escolar inclusivo e seus benefícios. Embasado na pesquisa bibliográfica, os autores abordam que não se deve incluir não só os alunos com deficiência sendo ela física e intelectual, mas a inclusão social de pessoas independente de sua cor, etnia, religião ou questões sociais e culturais, apresentando a importância do aluno e as transformações que a sua vida pode causar no seu meio social através do respeito, confiança e motivação. Os resultados apontam que o aluno tem a liberdade de compartilhar as suas vivências sendo elas positivas ou não. O professor age como mediador para auxiliar através do diálogo, e ter o diagnóstico sobre as dificuldades dos alunos, levando em consideração as particularidades e diversos contextos sociais e afetivos que se manifestarão em uma sala de aula, pois mesmo lidando com um conjunto é necessário um olhar diferenciado e particular para cada um visto que são diferentes realidades e histórias.

Palavras-chave: Afetividade. Inclusão. Ensinar. Wallon.

INTRODUÇÃO

A afetividade no meio escolar tem como função facilitar o processo de ensino e aprendizagem, escutar o educando e não apenas transmitir conhecimento como uma mera reprodução, mas proporcionar através dela possibilidades e o despertar do

interesse de uma aprendizagem efetiva e eficaz. É prudente apontar, diante disso, o papel considerável que a afetividade tem no processo do aprender do indivíduo, pois está presente em todas as áreas e momentos da vida, potencializando a revelar seus sentimentos para com o outro e meio social a sua volta e a forma de agir nele.

A interação se torna indispensável no meio escolar inclusivo, visto que é a partir das relações com o outro que o ser humano interage e expressa seus sentimentos. O professor deve estar atento às necessidades, as dificuldades e aos conhecimentos que o seu aluno já possui no processo de aprendizagem.

E para isso, é de extrema importância que haja uma boa relação entre o aluno e o seu professor, relação esta que estimulará a vontade de aprender do discente e o professor juntamente com a escola precisa desenvolver um ambiente que proporcione ao aluno sentimentos de confiança e desejo em aprender, um ambiente onde haja respeito e as necessidades e dificuldades do alunado sejam respeitadas e ouvidas.

O professor precisa estar atento e desenvolver o hábito de ver o comportamento de seu aluno e suas expressões, trocando saberes, lidando com as diferenças, vivências e sentimentos manifestados que mesmo na escola com os diversos desafios esse discente possa desenvolver sua aprendizagem com entusiasmo.

Dessa forma, é preciso levar em consideração as particularidades e diversos contextos sociais e afetivos que se manifestarão em uma sala de aula, pois mesmo lidando com um conjunto é necessário um olhar diferenciado e particular para cada um visto que são diferentes realidades e histórias.

Com base nas colocações acima, como a inclusão pode influenciar no contexto sala de aula e na escolarização?

Na teoria, trabalhar com a inclusão no meio escolar é simples, mas na prática infelizmente é encontrado diversos desafios, pois não é somente a inclusão de pessoas com deficiência sendo ela física ou intelectual, mas também a inclusão social de pessoas independente da sua raça, etnia, religião ou gênero.

No meio escolar não pode existir discriminação e exclusão. Portanto, é necessária a colaboração de todos e para isso, podem ser realizadas diversas atividades de conscientização e de conhecimento para que todos os envolvidos possam estar cientes da sua responsabilidade para com o outro, em sua posição e sala de aula os professores podem oferecer atividades colaborativas que incentivem o respeito ao próximo, como atividades em grupo, palestras, atividades para trabalhar a socialização e conscientização.

Assim, haverá um ambiente que proporcionará o entendimento de que todos têm o mesmo valor e importância, pois por mais do que momentos de entretenimento é necessário que o aluno se sinta acolhido e que faça parte daquele meio no qual ele está inserido.

Os sistemas de ensino devem promover mudanças em sua organização, a partir das adaptações no Projeto Político Pedagógico (PPP), como Atendimento Educacional Especializado, e a participação da comunidade na construção do documento, das escolas com o objetivo de oferecer um atendimento educacional com qualidade a todos, eliminando barreiras de atitudes, preconceitos, físicas ou de comunicação proporcionando um processo educacional inclusivo, um ambiente afetivo e acolhedor para a comunidade escolar.

A escolha do tema ocorreu devido à pesquisadora se identificar com a temática por fazer parte da sua formação acadêmica e meio social a qual está inserida, do aprender a conviver e respeitar as diferenças através da aprendizagem de forma afetiva significativa por meio das próprias experiências. Também como uma forma de abranger os conhecimentos a respeito da temática e agregar na formação acadêmica.

Como objetivo geral, esse artigo visa destacar o papel da escola no processo afetivo no meio escolar inclusivo. Utilizando como objetivos específicos: Discutir a afetividade como ferramenta de grande importância na educação inclusiva; analisar afetividade e inclusão no meio escolar e apontar os benefícios da afetividade no meio escolar inclusivo.

Afetividade como ferramenta na educação inclusiva

A afetividade é um caminho de inclusão para qualquer educando no ambiente escolar, mediando entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula. Piaget (1994), afirma que “a afetividade é uma condição necessária na formação da inteligência, mas, não é suficiente”, pois a inteligência se desenvolve também através da interação social do indivíduo, a afetividade é um conjunto de funções como o ato motor e a cognição, e onde o indivíduo pode ser afetado negativamente ou positivamente (SALLA, 2011).

A escola tem um papel importante no desenvolvimento sócio afetivo além de ser segundo ambiente socializador do indivíduo, onde o aluno estabelece relações com o outro e assim desenvolve na aprendizagem o respeito ao próximo e suas particularidades,

relações essas que serão uma das primeiras que irão formar o cidadão que ele será um dia. Ao escutar o aluno, a confiança aumenta em relação ao docente e daí, parte a necessidade de ter um professor afetivo que se importa com as suas dificuldades e carências de forma que não as deixa estagnadas, mas que traz à tona como forma de superá-las almejando o sucesso e produtividade daquele aluno (SILVA, 2008).

A educação inclusiva busca melhorias, adequar a estrutura física determinada para cada aluno de acordo com a sua deficiência, qualificação de profissionais, para promover o acesso à educação a todos, incentivando a inclusão e o respeito às diversidades sendo uma forma de aperfeiçoamento, para gerar resultados positivos e impactar outros fatores da sociedade (CURI, 2021).

A Declaração de Salamanca (1994) assume que:

[...] as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado (BUENO, 2006, p. 16).

Dessa forma, o espaço escolar afetivo, torna-se um ambiente confortável para os discentes e docentes, sendo indispensável à afetividade como ferramenta acolhedora. Piaget (2004, p.34) destaca que, “nunca há ação permanente intelectual, assim como também não há atos que sejam puramente afetivos”. A inclusão começa a partir do respeito à diversidade, o ambiente no qual o indivíduo está inserido influencia no seu desenvolvimento tanto pessoal como profissional.

O professor deve repensar seus métodos de ensino e o que ensina, em prol da formação de pessoas que valorizam a diversidade de forma ética na convivência com seus colegas e professores. De acordo com Mantoan (2015, p. 66), “A aprendizagem nesse contexto sobressai ao lógico, o sensorial, a intuição, e os aspectos social e afetivo dos discentes”.

Tornar a afetividade e a cognição ferramentas de complemento faz com que o aluno possa agir através da motivação, podendo influenciar o meio em que vive, e a aprendizagem se dá a partir do impulso da afetividade com o suporte da razão.

Afetividade e inclusão no meio escolar

A inclusão escolar tem o objetivo de incluir não só os alunos com deficiência sendo ela física ou intelectual, mas a inclusão social de pessoas independente da sua etnia, religião ou gênero, e aqueles que são privados de estar em um ambiente escolar por questões sociais, econômicas ou culturais. Sendo assim, a afetividade torna-se necessária na formação do aluno, por não ser apenas um ser pensante, mas que também age conforme o que sente suas emoções e vivências (SILVA, 2008).

O professor é responsável por mediar entre o ensinar e o aprender do discente, criando um espaço afetivo, e confortável para ambos. Trabalhar com a afetividade na educação faz com que os bloqueios com relação à aprendizagem não venham existir e os objetivos de ensino-aprendizagem sejam alcançados com êxito. Segundo Costa e Souza (2006, p. 12) “Um professor que não é afetivo com seus alunos fabrica uma distância perigosa, cria bloqueios com os alunos e deixa de estar criando um ambiente rico e afetivo”. Quando o aluno está inserido em um ambiente afetivo ele tem a liberdade de se expressar com confiança, de forma que a aprendizagem proceda de forma simples.

Nas dificuldades, o professor age como mediador para auxiliar através do diálogo, e ter o diagnóstico de onde está às dificuldades, e é nesses momentos que o afeto está sendo trabalhado que vai ter um reflexo em longo prazo, pois a afetividade que já está presente na criança desde o nascimento vai ser representada nas fases da vida adulta, a inclusão e o afeto no meio escolar (SILVA, 2014).

O que traz o questionamento de como essa afetividade foi evoluindo a partir da infância, e quais os aprendizados esse aluno traz do seu meio social, com o meio escolar afetivo esse aluno tem a liberdade de compartilhar as suas vivências sendo elas positivas ou não. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.25).

Dar a liberdade de aprendizagem ao discente não significa abrir mão do seu aprendizado, mas dar independência para suas próprias vivências e produções tanto individualmente como também com o seu meio social, é abrir oportunidade para incluir a diversidade no meio escolar baseando-se no respeito ao próximo e sua história de vida.

Ao lado da família, a escola assume o papel da educação formal. E se a educação familiar for embasada no afeto e no respeito e a educação formal seguir a mesma linha de equilíbrio e afetividade, facilitando a adaptação de características sociais, formando cidadãos reflexivos, críticos e participativos, provavelmente estará preparando o indivíduo não apenas para o trabalho,

mas contribuindo com a sua formação como pessoa, de equilíbrio e preparo para a vida em todos os seus aspectos (LOPES, 2010, p. 16).

A educação afetiva tem como benefício dar autonomia e desenvolver saberes, através das relações que o aluno demonstra com o seu meio, baseado no respeito ao poder demonstrar suas emoções e ser acolhida, de forma natural possibilitando o desenvolvimento do ser afetivo, social e da cognição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a afetividade no processo de inclusão vem para auxiliar, favorecendo a inclusão de qualquer educando no ambiente escolar com suas habilidades, características e diversidade. Como destaca a Declaração de Salamanca, o fracasso das políticas educacionais ao oferecer educação obrigatória às crianças, sugerindo mudanças nas práticas escolares consolidando a similitude do alunado, contando com a experiência de vida de cada um, e sua realidade social e cultural.

A Afetividade no ambiente escolar tem como objetivo criar um vínculo entre educador e educando como ferramenta de aprendizagem de forma equilibrada para incluir, não restringindo a inclusão apenas ao aluno com deficiência, mas todo e qualquer educando na escola, para garantir a permanência e o alcançar dos conhecimentos e direitos de inclusão social.

O educador mostra a importância do seu aluno, e a transformação que sua vida pode fazer ao meio social no qual está inserido, através do respeito, confiança e motivação, com o objetivo de construir um ambiente confortável e produtivo.

Conforme foi citado no decorrer do trabalho, a inclusão é uma questão de direito que se aplica a todo e qualquer cidadão que estejam vivendo processos de exclusão. O educador torna-se responsável por acolher, cultivar o afeto, a empatia, trabalhar as diferenças, no ensinar e no aprender de cada um com suas diversidades, ao observar, escutar e ao respeitar ao próximo.

A afetividade tem como função estimular o aluno na visão e construção de mundo, para que aquilo que foi desenvolvido seja aplicado diretamente na vida do discente, haja mudança na comunidade escolar beneficiando sua formação cidadã o que nos leva a considerar a importância do papel do professor, e da comunidade escolar de forma geral quando o assunto é afetividade e inclusão no meio escolar.

Com o objetivo de contribuir para construção integral dos alunos, o professor é essencial para o desenvolvimento humano, pois oferece atenção e dedicação aos conhecimentos dos discentes tanto cognitivos quanto na visão de mundo, ofertada pela afetividade um ambiente acolhedor. É no contexto escolar em que o aluno se expressa com as relações dentro do ambiente escolar, que por muitas vezes acaba modificando sua maneira de pensar, sendo essencial para a formação cidadã.

Acredita-se que o imaginário social e coletivo pode ser modificado pelo estímulo da autoestima, autoconfiança, empatia, facilitado pela busca do sistema emocional dessas crianças, para reestruturar os mecanismos de organização do pensamento de modo que podem aprender e permanecer no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. da S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. 2006. Projeto de pesquisa. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao_exclusao_escolar.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

CURI, Renato. **4 Formas de promover diversidade e inclusão nas organizações**. Crescimentum. 2021. Disponível em: <<https://crescimentum.com.br/4-formas-de-promover-diversidade-e-inclusao-nas-organizacoes/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

SALLA, Fernanda. O que o corpo fala. **Revista Nova Escola**, São Paulo: Moderna, ano XXVI, nº 247, p.96 – 98, nov. 2011.

SILVA, Anna Selmira Jardim da. **Afetividade e construção do conhecimento: a produção textual como portadora de conteúdo**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, BR, 2008.

SILVA, Nelma. **A importância da afetividade na relação professor-aluno**. Brasil Escola. 2014. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-afetividade-na-relacao-professor-aluno.htm>>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

SANTOS, M.P. Ressignificando a escola numa proposta inclusiva. Novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

Capítulo 10
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA
Larissa Rodrigues Souza
Sileide Mendes da Silva



A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Larissa Rodrigues Souza

*Estudante do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso-Bahia,
e-mail: laricoordenadora@gmail.com*

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: A escola e a família formam uma parceria primordial no desenvolvimento do aluno, pois o primeiro contato que as crianças têm é com a família é ela que transmite confiança para que as mesmas, sintam-se seguras diante da sociedade na qual convivem. A relação entre família e escola é fundamental, e deve ter uma boa comunicação e parceria entre as duas para que os alunos tenham um bom desenvolvimento na aprendizagem e também na convivência com o outro. Toda criança tem direito a uma educação, sendo assim, é dever do estado e da família oferecer uma educação de qualidade para a formação dos discentes, não é só responsabilidade da escola, as famílias tem que ter um compromisso em participar e conhecer a vida escolar de seus filhos. É visível que os pais, ainda não participam da vida escolar de seus filhos como deveria, talvez por falta de diálogo ou por falta de conhecimento. Sabemos que o tempo dos pais está muito limitado, não tiram um tempo para estar com a família, sendo que muitas vezes nem lembra que deixou seus filhos com pessoas estranhas, é isso que acaba desestruturado no convívio social das crianças e adolescentes. Os resultados apontam que os pais precisam entender que os professores não são pais, isso é preocupante, pois vivemos em uma sociedade com inúmeros desafios. Em vista disso, as escolas precisam abrir mais diálogos e projetos que envolvam os pais, para que possam trazer essas famílias para mais perto possível da escola.

Palavras-chave: Família. Escola. Aluno. Diálogo.

INTRODUÇÃO

A família é o primeiro contato que as crianças têm, é ela que passa segurança para as crianças nos seus primeiros dias de aula e logo em seguida vem a escola, que é local

onde as crianças tem o segundo contato familiar, ela irá passar a metade do seu tempo, por isso, é importante essa parceria entre a escola e família. Vale ressaltar que no incentivo e suporte que a família dá para os seus filhos atuando na formação deles, eles irão se sentir mais seguros e ajudará alcançar seus objetivos juntamente com a escola.

É importante que a escola e família estejam firmando essa parceria com responsabilidade durante a caminhada, ambos devem estar cientes que são responsáveis por formar cidadãos. Assim, elas precisam se unir para buscar forças, superar os obstáculos enfrentados ao longo do caminho, pois a escola sozinha não consegue e a família sozinha também não, ambas precisam andar de mãos dadas durante a vida escolar dos seus filhos.

A família deve se adequar ao que é melhor para seus filhos juntamente com a escola, lembrando que a escola tem vários funcionários, onde cada um tem a sua função e com a sua especificidade deve contribuir com ensino aprendizagem desses alunos e que com certeza é objetivo da escola evitar as consequências que possam ser causadas ao logo do tempo.

Com base nas colocações acima, assim o seguinte questionamento: Quais as consequências que pode causar a falta da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças?

As crianças não irão alcançar bons resultados, logo vai vir a falta de interesse, falta de compromisso com os estudos, a dificuldade e focar em estudar e logo, o fracasso escolar. A família é responsável pela a educação dos seus filhos e incentivar o comportamento dos mesmos no meio social. A escola terá mais chances de oferecer com mais qualidade e segurança o seu trabalho pedagógico, diante disso, as duas trabalhando juntas irão alcançar mais sucesso, pois no momento em que escola e família se unem, os problemas podem ser sanados com mais facilidade, sendo mais relevante diante dos desafios.

Assim, a escolha pelo tema surgiu devido a pesquisadora perceber como necessário se aprofundar na temática, pois é um problema que ainda vivenciamos muito no nosso dia a dia em muitas escolas, e com intuito de sempre mostrar o quanto importante é a participação da família no ambiente escolar do seu filho. Apresentar aos pais o quão importante essa parceria entre escola e família é de suma importância, quando todos estão unidos, os professores conseguem desenvolver uma metodologia de aprendizagem com mais eficácia e de mais proveito, tornando o ambiente escolar mais

aconchegante e bem mais contemplados com os resultados alcançados, sendo assim, vale lembrar que o bem mais beneficiado é o aluno.

O trabalho traz como objetivo geral: compreender a importância e contribuição da participação da família no ambiente escolar de seus filhos. Especificamente, identificar a necessidade do apoio familiar na vida escolar do seu filho e discutir os benefícios da relação família e escola na aprendizagem do aluno.

NECESSIDADE DO APOIO FAMILIAR NA VIDA ESCOLAR DO SEU FILHO

O apoio da família na vida escolar de seus filhos é de suma importância, são os pais que darão o suporte necessário para que a escola possa desenvolver seu trabalho de forma mais eficaz e segura. Em relação a esse ambiente os educadores precisam andar em conjunto com a família, pois todo o conteúdo trabalhado em família eles passam no processo escolar, o que muitas vezes a escola não percebe esse isolamento. Vale ressaltar que a educação não é somente responsabilidade da escola.

Os responsáveis devem participar de reuniões escolares, incentivar a leitura, auxiliar nos deveres de casa, reservar um tempo para estudo, dialogar com seus filhos, esclarecer dúvidas e conhecer os professores dos mesmos (MACEDO, 1994).

As reuniões de pais e mestres, costumam ser momentos onde a escola tem oportunidade de dialogar e ter uma participação entre família e escola, mas na prática percebe-se que esta ação é ainda muito difícil de acontecer, pois os pais ainda sentem um certo desconforto, talvez por não perceberem a sua importância inserida no contexto do espaço escolar.

Educar consiste então, em oferecer condições para que a criança possa situar-se e explorar o mundo, exercitando sua linguagem e construindo seu conhecimento acerca das relações com os adultos, com outras crianças, com o espaço físico, com o tempo, com valores morais da sociedade. (SOUZA, 1996, p. 75).

Os pais precisam ser os primeiros a incentivar o gosto pela escola aos seus filhos, e lembrá-los que é neste espaço de convívio pedagógico e social que eles aprendem a ler, escrever e se perceber diante da sociedade. Dessa forma, é mais do que necessário esse estímulo em casa, pois a escola sozinha não vai conseguir formar um ser pensante, crítico e democrático.

Além disso, existem aquelas famílias as quais não são formadas pela presença de um dos pais, o que acaba interferindo nesse processo, uma vez que, o convívio social, ou seja, a realidade da criança, impacta diretamente na sua formação de aprendizagem.

Toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos (PIAGET, 2007, p. 50).

É indiscutível que a educação é a base de toda a sociedade, sendo assim, é necessário que as mantenedoras de instituições ofereçam os recursos necessários para que esse processo aconteça na integralidade e com qualidade, para que dessa forma os processos e relações interpessoais ganhem impacto positivo.

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES

A escola tem o papel de oferecer um ensino de qualidade para que o discente progrida melhor seus objetivos e habilidades. Nesse espaço, o aluno conhece outras culturas, aprende a lidar com os colegas, respeitar as diferenças.

A partir da família, a escola vai conhecer melhor o aluno, trabalhar as dificuldades que eles têm a insegurança, medo, aflições e fortalecendo vínculos tanto com a criança, quanto com a família.

A educação é um processo pelo qual o indivíduo se formará para a sociedade plural e múltipla a que irá pertencer. Temos de fazer instituições educativas integradas, humanas e pessoais na qual ingressará, com o viático de sua formação escolar (TEIXEIRA, 1967, p. 27).

OS DESAFIOS DA FAMÍLIA E ESCOLA EM TEMPOS DE PÓS PANDEMIA NA EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES

Em meio a pandemia vários impactos foram causados na educação, pois os alunos tiveram que ficar afastados da sala de aula por dois anos, surgido as aulas remotas, dificultado a aprendizagem dos alunos, por muitas vezes não terem acesso à internet, não terem o aparelho tecnológico para assistir as aulas (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Não podemos esquecer das escolas do campo, onde a maioria teve uma defasagem muito grande, pois muitos alunos, não possuíam recursos tecnológicos para assistir as aulas e também não iam até a escola para pegar os blocos de atividades.

As escolas entravam em contato com os familiares e os mesmos não davam retorno, uns diziam que por falta de tempo não podiam acompanhar e nem buscar atividades na escola. E como sabemos as escolas do campo muitas vezes ficam longe da escola, ou até mesmo em outra localidade, mas a responsabilidade de aprendizagem não é só da escola, é dos pais também (LIMA; MACHADO, 2020).

Essa circunstância para alguns pais, tornou-se bastante delicada, pois os filhos não tinham mais as aulas completas como se estivessem na escola, ou seja, não tinham o bom aproveitamento, não conseguiam tirar as dúvidas sempre que necessário com os professores, por muitas vezes o sinal de internet ser franco ou mesmo por não possuírem a internet em casa.

É importante também lembrar que a escola também ficava aflita com essa nova realidade para adaptação, todo o corpo escolar ficava preocupados em não poder fazer muita coisa, alguns professores iam até a casa do aluno, porém não eram recebidos, e quando recebiam, não davam importância para o que era falando. Os professores tiveram que se reconstituir, buscar novas metodologias, se atualizar na tecnologia para melhor atender os seus alunos.

Para os pais que sempre buscavam está presente na vida escolar dos seus filhos, tiveram menos prejuízo e conseguiram auxiliar e lhe dar melhor a situação. Diante disso, podemos sondar, a importância da família no ambiente escolar, e esse contato entre família e escola favorece o bom desempenho no processo educacional dos discentes. Certamente aquele aluno que tem o apoio familiar consegue obter o melhor resultado no ambiente escolar.

Atualmente, a escola enfrenta um mais novo desafio, que é alunos dos anos finais sem saber ler e nem escrever, principalmente alunos do 6 ao 9 ano. Essa realidade é muito preocupante, pois não é possível a escola seguir com os conteúdos adequados para cada turma, ou seja, tem que passar pelo processo de alfabetização. Os professores precisam buscar novas metodologias para alfabetizar esse aluno dentro do seu componente curricular (MAGALHÃES, 2021).

E também temos as turmas dos anos iniciais, onde alunos no início do ano letivo não sabiam pegar no lápis, não conhecia as letras e todo esses desafios a escola teve que

enfrentar, adaptando-se a uma nova realidade na qual nunca foi vivenciada antes. De uma certa forma, algumas escolas sentem-se pressionadas com as cobranças no decorrer do processo educacional.

Vale enfatizar também sobre o emocional dos alunos e todo o corpo escolar, como foi visto, vários professores e até mesmo gestores, coordenadores escolares entrando em depressão, desistido dos seus cargos por conta de problemas psicológicos ou por muitas vezes, a pressão ser grande. Não é diferente com os nossos alunos, onde muitos estão em acompanhamento com psicólogos para tratar do seu emocional, isso acontece desde da educação infantil até os anos finais (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Dessa forma podemos ver o quanto o trabalho em parceria é valioso, principalmente quando é entre família e escola, em meio essa adaptação é notória a importância da presença da família no ambiente escolar de seu filho.

Quando o estímulo vem da família, a aprendizagem dos alunos é maior, pois está contribuído juntamente com a escola para o bom desenvolvimento do indivíduo que está em processo de adaptação e formação. Os alunos estão passando por um processo de adaptação, onde os mesmos precisam estar fazendo uma revisão dos conteúdos que foram trabalhados nos dois anos anteriores, onde alguns alunos foram aprovados automaticamente, sem ter obtido os conhecimentos necessários.

Mesmo diante da nossa realidade, atualmente uma das maiores dificuldades encontradas ainda nas escolas é falta da participação dos pais na vida escolar de seus filhos.

É necessário que os pais ou responsáveis procurem a escola, que o acompanhem e se adequem as necessidades sempre que necessário servindo de apoio na aprendizagem dos seus filhos. A escola precisa preparar o seu ambiente para receber sempre os pais bem. As mudanças no nosso dia a dia são visíveis, principalmente quando se fala das tecnologias, atualmente é comum que planejar e até mesmos resolver vários assuntos por meio de e-mails, mensagens e por ligação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados apresentados, a importância da família e escola é fundamental na vida escolar dos discentes, isto torna a relevante no rendimento escolar dos mesmos.

É necessário haver uma boa comunicação e união entre família e escola, pois essa união contribui muito para o desenvolvimento do aluno. Na escola, cada um tem o seu papel e faz-se necessário que cada um exerça seu papel com muita responsabilidade e de forma que contribua para a formação do indivíduo. Pertence à família assumir com responsabilidade o papel de educar e praticar os primeiros ensinamentos dos seus filhos, transmitindo os principais valores, humildade, empatia, solidariedade, ética e moral. É a partir desse momento que o indivíduo começa a se preparar para o mundo e vai se vincular melhor com o ambiente escolar, participando com frequência e colaborado com os professores.

Podemos afirmar que a escola e família são as peças primordiais para o desempenho do educando. É por isso, que faz se necessário que cada um conheça e acompanhe a realidade a qual seus filhos estão inseridos, lembrando também que a escola tem que conhecer o aluno que está recebendo, por isso, faz-se necessário que as mesmas mantenham uma boa comunicação, fortalecendo uma parceria entre as mesmas.

Sabemos que quando o incentivo vem de casa, e a escola tem todas as informações necessárias o trabalho dos professores é mais proveitoso, facilitado assim os vínculos e a aprendizagem tornam se mais significante. E já sabemos que quando há um trabalho em parceria, as metas e objetivos terão os melhores resultados alcançados dentro da escola.

Quando essas metas são alcançadas dentro da escola, toda a comunidade escolar é beneficiada, para que isso aconteça, é necessário também o incentivo da escola, oferecendo as melhores propostas construtivas e inovadoras para que isso venha acontecer. A contribuição da família na escola é indispensável, é uma das demonstrações e aprendizado de uma constituição emancipadora. Toda comunidade escolar sempre visa por uma educação de qualidade, onde ofereça o aluno, uma formação de cidadãos democráticos e conscientes com seus com deus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

MACEDO, Rosa Maria. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994

LIMA, A. M., & MACHADO, L. B. (2020) Um estudo sobre famílias de alunos de escola pública nas representações sociais construídas por docentes. **Revista Diálogo Educacional**, 20 (66), 1332–1356. <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.20.066.DS17>

MAGALHÃES, R. C. D. S. (2021). Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, 28 (4), 1263–1267. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020.

SOUZA, A. M. C. **Educação infantil**: uma proposta de gestão municipal (2a ed.) Campinas: Papirus, 1996.

TEXEIRA, Anísio Spínola. **Educação é um direito**. São Paulo – Editora nacional, 1967.

Capítulo 11
A LEI 12.527/2011 ESTRUTURADA COMO
FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL:
IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PRÁTICA
Leonardo Rodrigues dos Santos
Sileide Mendes da Silva



A LEI 12.527/2011 ESTRUTURADA COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PRÁTICA

Leonardo Rodrigues dos Santos

Professor da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Pós-graduado em Contabilidade Pública e Auditoria e Docência do Ensino Superior. Cursando Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail: leonardolucas24@yahoo.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: Partindo do interesse pelo tema através das aulas de contabilidade pública, o presente artigo foi elaborado seguindo objetivos relacionados à Lei 11.527/2011, colocando assim, a necessidade de melhor exploração da referida Lei como influenciadora e responsável pela garantia de informações aos cidadãos para que com isso possam exercer a liberdade de participação de tal controle e de suas ações coletivas. A metodologia foi através de embasamento bibliográfico, partindo da própria Lei 11.527/2011, com respaldo e garantia legal na Constituição Federal, claramente assegura o cidadão poder participar destas ações garantindo que possa acessar estas informações. Embasamentos em definições e opiniões de autores como Rosa (2004) e Boccato (2006), fomentaram ainda mais a análise e concretização de argumentos referente ao exposto neste artigo. Com o presente artigo, pode-se concluir que a Lei de Acesso a Informação se tornou uma ferramenta indispensável ao controle social, por apresentar dispositivos que coloca o cidadão como agente ativo nas participações de gestão pública.

Palavras-chaves: Lei 11.527/2011. Cidadão. Participação.

INTRODUÇÃO

Com o fim da Ditadura em 15 de março de 1985 simbolizado pelas Diretas já de 1984 e o começo da Democracia representada pela nova Constituição de 1988, os indivíduos desta sociedade tem ganhado cada vez mais importância, no perante a questão

de transparência e tomada de decisões no poder público, esse fato se teve devido às conquistas alcançadas por meio da Democracia que coloca a sociedade e seus interesses coletivos como o centro da necessidade de gestão pública dentro deste sistema.

Tal destaque foi fundamental para uma melhor organização de necessidades social, uma vez que a mesma passa a receber uma visão mais ampla, não centralizando apenas os olhares dos gestores e sua equipe perante assuntos comuns a este grupo. É importante ainda salientar que a necessidades de participação social, fortalece o controle social uma vez que, a base desta construção é a sociedade de forma geral.

Ainda em relação à participação social nos interesses dos mesmos junto a ações do gestor local e de toda a sua equipe, dentre os contatos direto que os possibilitam de tal atuação é justamente o acesso das informações, proporcionado pela Lei 12.527/2011 que regulamenta este acesso junto aos órgãos públicos, fazendo assim este canal alcance a tais informações sem que em sua essência precise apresentar um motivo específico para receber tais informações junto a estes órgãos através de alguns mecanismos criados pela referida Lei.

Perante a Lei 12.527/2011, a amplitude de envolvimento da mesma vai além da esfera municipal passando por todos os campos públicos dos quais o cidadão poderá ter acesso a documentos públicos à medida que precisar solicitar como nas demais Leis é importante ressaltar que há artigos que a regulamenta dando assim, determinações de prazos e ressalvas quanto a solicitações que o cidadão possa estar solicitando, uma vez que o direito à informação não retira a responsabilidade e compromisso daqueles profissionais que preparam tais informações para apresentação para a sociedade.

O interesse pelo tema surgiu durante as aulas de contabilidade pública ao perceber a importância dos cidadãos na esfera pública, visto que sua participação não se restringe apenas na escolha de seus representantes, dando continuidade ao decorrer de toda gestão seja ela Municipal, Estadual ou Federal.

O presente trabalho foi desenvolvido baseado em pesquisas bibliográficas, na qual retrata a Lei 12.527/2011 e seus respectivos Decretos que os normatizam posteriormente, Decreto Nº 7.724/2012, Decreto 8.777/2016 e o então Decreto Nº 9.690/2019, como uma das partes que compõe o controle social na sua dimensão de possibilitar a sociedade ter domínio a documentos e registros públicos.

O objetivo geral aqui embasado parte da análise da importância da participação do cidadão como a gente essencial dentro de uma sociedade, refletindo sobre esses

conhecimentos serem um direito assegurado ao cidadão. Os objetivos específicos não se distanciam dos objetivos mencionados anteriormente, uma vez que os mesmos trazem o controle social inter-relacionado com a Lei em destaque (Lei 12.527/2011) em sua mais específica funcionalidade como aliado ao controle social.

Partindo dos objetivos apresentados, o artigo aqui elaborado traz como problemática: Como a Lei 12.527/2011 se comporta como uma das ferramentas para reforçar o controle social da sociedade? Percebendo que tal análise será relevante para outros estudos que possam vir a surgir a partir de tal indagação e assim contribuir para uma análise cada vez mais objetiva acerca do assunto.

2 EMBASAMENTOS LEGAIS PARA A LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO - LAI (LEI 12.527/2011)

Partindo das definições de Democracia, pode-se perceber a garantia legal de que todos são iguais perante a Lei, segundo o artigo 5º da Constituição Federal. De acordo com este artigo:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Reforçando a importância da ideia de que o cidadão tem direito aos dados de caráter público, o artigo acima mencionado não deixa dúvidas de que este é um direito fundamental, exposto e determinado pelo seu Inciso XXXIII, uma vez que todos passam a ter direito de receber dos órgãos públicos tais informações tratadas por essa determinação.

Em harmonia com o exposto anteriormente a Constituição federal em seu (art. 5º, inciso XXXIII, e § 3º, inciso II reforça que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - O acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527 de 2011)

O Artigo acima complementa a ideia que, seja qual for à esfera governamental a obrigatoriedade de seguir os princípios que os norteiam é essencial, entre estes princípios o da publicidade é o que mais se aproxima do direito aqui exposto, uma vez que estas informações devem seguir de forma transparente para que o indivíduo possa ter acesso à mesma.

O parágrafo em destaque fortalece a ideia de que o usuário é assegurado a ter acesso aos registros administrativos e a informação sobre atos do governo. Esses destaques enriquecem a eficácia da Lei de Acesso a Informação (LAI) 12.527/2011, perpetuando assim a mesma como direito fundamental indiscutível. Esta Lei é um dispositivo eficiente na sociedade a ponto de manter o controle social mais confiável por servir de complemento ao mesmo.

Ainda no Artigo 216 da Constituição Federal no seu parágrafo 2º, determina a obrigação da gestão pública administrar tais documentos quando determina que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”, delegando assim a obrigação de gestão e fornecimento destes documentos para que todos tenham acesso a elas, tendo assim como objeto a transparência dos atos da gestão pública.

Como visto a Lei de Acesso a Informação (LAI, 2011), é uma composição de diretrizes da Constituição Federal que assegura o indivíduo a ter este direito, porém, é importante destacar que assuntos de segurança do Estado e da sociedade devem ser considerados sigilosos, sendo assim não públicas nem mesmos em solicitação do indivíduo.

3 TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E O ACESSO À INFORMAÇÃO

A transparência da administração pública tem se tornado eficiente no que diz respeito ao combate à corrupção neste setor. Tal eficácia se dá pelo fato de gestores terem que divulgarem seus atos praticados frente à administração pública, configurando assim o direito de o cidadão ter além do alcance destas informações, o poder de decidir junto à gestão, através da Publicidade.

Ainda neste sentido, vale destacar que este acesso tem sido o principal mecanismo para obter resultados essenciais no campo da eficiência contra a prática de corrupção na gestão público.

Segundo Rosa (2004, p. 05-06), “embora seja fundamental a participação do cidadão na efetiva prevenção e combate à corrupção, se faz necessário que se tenha uma visão global da crise que a corrupção conduz, onde verdadeiramente se encontra alojada e quais são seus efeitos mais nefastos”. Além disso, se não houver real comprometimento das instituições e dos Poderes, através de seus dirigentes fazendo uso de políticas de atuação, o combate soa inócuo.

Não basta apenas contar com a participação do cidadão para tal combate, é muito, além disso, desvendar as consequências de práticas que levam a corrupção e principalmente seu ponto de partida é tão importante quanto à efetivação do cidadão nesta fase.

A Lei aqui abordada aborda a transparência ativa e passiva, onde a primeira diz respeito aquelas na qual não necessita de um pedido prévio do cidadão para tal divulgação, responsabilizando seus representantes de promover a divulgação em seus sítios na Internet. O art. 7º da Lei de Acesso a Informação é responsável por delimitar e estruturar o site de publicação de informações que serão publicadas com a finalidade de uma melhor estética virtual para possibilitar da melhor forma possível o entendimento e acesso dos quais o cidadão tem direito.

No entanto, o que se refere à transparência passiva, há tal necessidade de solicitação, estabelecendo que estes representantes deverão criar Serviços de Informações ao Cidadão- SIC, tendo a finalidade de atender e orientar o público ao acesso à informação; informar sobre a tramitação de documentos nas unidades, receber e registrar os pedidos de acessos as informações. Assumir a responsabilidade pelo recebimento dos pedidos das solicitações, fornecendo de forma imediata esta informação, sempre quando for possível, em caso contrário, fazendo o registro do pedido em sistema eletrônico específica e fazendo a entrega do protocolo e encaminhar à unidade responsável.

O art.º 10 da LAI estabelece que o SIC tenha que ser instalado em setor físico identificada, de fácil acesso e aberto ao público, ressalta ainda em seu §1º que nas unidades afastadas em que não houver SIC será oferecido serviço de recebimento e registro dos pedidos destas informações, se esta unidade descentralizada não detiver a

informação solicitada o requerimento será encaminhada para o SIC do órgão ou entidade central que seguira já mencionadas.

3.1 Acesso a informação: pedidos, procedimentos e recursos

A estrutura e procedimentos da Lei tornam-se importante por orientar e conduzir o cidadão da melhor forma para que ele saiba como proceder em situações que não seja atendida sua solicitação.

As informações de caráter público podem ser solicitadas por qualquer pessoa, natural ou jurídica, esta solicitação será evidenciada em formulários padrões, que são disponibilizados em meios eletrônicos e físicos, com prazos de respostas contadas a após a data de solicitação das mesmas, sendo facultativo aos órgãos e entidades também aceitar as solicitações de acesso às informações de outros veículos de comunicações a exemplos de contatos telefônicos e correspondências eletrônicas ou físicas.

As formas de solicitações serão obedecidas desde que contenha a estrutura básica estabelecida no art.12 da referida legislação sejam obedecidas:

I - Nome do requerente; II - número de documento de identificação válido; III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida (DECRETO Nº 7.724/2012).

Os critérios acima estabelecidos tendem tornar a comunicação e controlo dos dados emitidos aos usuários deste serviço, garantindo resposta de forma segura e eficiente. No entanto, não serão aceitas solicitações de acesso a informação genérica, ou seja, que não seja de forma precisa e objetiva, irregulares ou desarrazoados ou ainda que requeiram trabalhos adicionais de análises, interpretações ou estabilização de dados, sendo vedadas exigências relativas aos motivos do pedido deste acesso.

Uma vez recebido a solicitação e havendo disponibilidade da informação, o acesso deve ser imediato, não podendo ser realizado esta disponibilidade imediata terá um prazo de 20 dias para que a mesma possa ser fornecida, contando da data que foi protocolada, ou melhor, solicitada, podendo ser prorrogada por mais 10 dias perante fundamentação prévia ao requisitante antes de terminar o prazo inicial. Nesta segunda hipótese segundo o art. 15º, §1 da LAI, estabelece que o órgão ou entidade assumam a responsabilidade de

enviar as informações, comunicar as datas, local e modo de consulta, indicar as possíveis razões para a negativa seja ela total ou parcial.

Se o pedido destas informações demandarem em cópias de documentos, será disponibilizado dentro do prazo estabelecido ao solicitante Guia de Recolhimento da União- GRU ou documentação equivalente, com a finalidade de custeio da prestação de serviços e das ferramentas utilizados para tais disponibilidades, a reprodução dos mesmos terá um prazo legal de 10 dias partindo da data de comprovação de pagamento ou de envio de declaração de pobreza por ele afirmada, nos termos da Lei de Nº 7.115/83, esta data poderá ser superior, de acordo com o devido volume ou estado dos documentos.

Uma vez que a solicitação de disponibilidade de informações ocorrer, chegará ao requerente, no prazo de resposta uma comunicação informando as razões da que levaram a negativa de acesso, sendo assim as razões legais de tal classificação, e sua justificativa com respaldo legal também deverá conter nesta resposta as possibilidades de prazo de correção e formulário padrão para apresentação deste recurso, contendo a denominação da autoridade que o analisará e a probabilidade de comparecimento de pedido de desclassificação da informação.

No que refere ao recurso, o requerente terá prazo de 10 dias, contando a partir do momento que o mesmo passa a ter conhecimento do parecer do órgão ou entidade a qual negou a informação, em contrapartida o prazo de análise deste recurso será de 5 dias contando da sua apresentação ao estabelecimento. Caso o prazo de análise de recurso seja desrespeitado, o requerente tem uma nova chance de apresentar novamente por 10 dias ao dirigente máximo do órgão ou entidade que deverá se relatar também no prazo de 5 dias a partir do conhecimento desta situação.

No caso de exclusão de parecer ao pedido, o demandante pode se manifestar respeitando os mesmos prazos já apresentados, através de uma reclamação às autoridades de monitoramento do Arquivo Nacional, ao arquivo permanente do órgão público, da entidade pública ou da instituição de caráter público. Se nesta instância, o retorno da solicitação de recurso for omissivo, a Controladoria-Geral deverá se manifestar, podendo determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimento dos fatos, fixando o prazo para cumprimento da decisão do mesmo.

Uma vez negado também nesta competência a tal informação desprovido o embasamento legal pela Controladoria-Geral da União, o requerente ainda poderá apresentar recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que segundo o Art.

46 formada pelos titulares dos seguintes órgãos e cada integrante indicará suplentes ser designado por ato do Presidente Da Comissão:

I - Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; II - Ministério da Justiça e Segurança Pública; III - Ministério das Relações Exteriores; IV - Ministério da Defesa; V - Ministério da Economia; VI - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; VII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; VIII - Advocacia-Geral da União; e IX - Controladoria-Geral da União (DECRETO Nº 9.690/2019).

Entre as competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações se incube o poder de decidir recursos apresentados contra decisão manifestada pela Controladoria-Geral da União, em grau de recurso, sendo a instância de maior grau perante aos recursos omissos.

3.2 Informações de sigilo x informações pessoais

A LAI, não tem como objetivo comprometer a proteção social ou do Estado, para isso a mesma tem determinados cuidados quanto a possibilitar acesso a determinadas informações, não para retirar um direito do cidadão, mas principalmente para assegurar a proteção da segurança tanto da sociedade como do Estado.

Partindo desta colocação e cuidado, a LAI traz em seu art.25 normatização quanto o acesso irrestrito que possuam entre elas caso estas informações ponham em risco a defesa e soberania nacional ou a integridade do território nacional, que prejudique ou imponha riscos a condução de negociações entre as relações internacionais do País, que venha não respeite e possa prejudicar as informações fornecidas que sejam sigilosas, caso as mesmas possam colocar em risco a saúde ou até mesmo a segurança da população entre outros critérios estabelecidos como critérios de cuidado com o mau uso destas informações.

Estes cuidados quanto a não obrigação de publicação destes dados passam a ser tratado na Lei como dados sigilosos que adotam critérios estabelecidos na própria Lei para classificá-los neste grupo de acordo com os prazos máximos de publicação deles, podendo ser agrupado no grau de (LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, 2011).

- Ultrassecreto - informações que serão protegidas por vinte e cinco anos, essa classificação é de atribuição do Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas

prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica; e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

- Secreto – estas serão armazenadas e não expostas pelo período de quinze anos, da autonomia de por tal classificação a representação mencionada no item anterior e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e;
- Reservado – por fim as informações que terão cinco anos de sigilos, todos os representantes mencionados acima e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível DAS 101.5 ou superior, e seus equivalentes.

O pedido para desclassificar ou classificar serão apresentados aos órgãos e entidades sem que precise existir prévio pedido de acesso à informação, destinado ao órgão classificador que indicará no período de 30 dias, uma vez negado este pedido o requerente poderá apresentar recurso no prazo de 10 dias, ao Ministério do Estado ou as autoridades com a competência, tendo 30 dias para decidir.

O art. 55 da LAI retrata das informações pessoais, como informações relacionadas à intimidade, vida privada e imagem detida per esferas públicas, onde as mesmas terão acesso submetido a agentes públicos, legalmente autorizado e a pessoa que se dirigirem independentemente de classificação de sigilo, no prazo máximo de cem anos a contar de sua produção e as mesmas poderão ter sua publicação ou acesso por terceiros habilitados por previsão lícita ou autorização apresentada por pessoa que se mencionarem.

Essas restrições não deverão ser levadas em consideração quando o intuito for pertinente a de prejudicar o processo de levantamento de destruições, guiado pelo Poder Público, em que o dono das informações for parte ou interessado; ou quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Caso o titular destas informações pessoais esteja morto, seu cônjuge ou companheiro assim como os descendentes do mesmo passam a ter direito a tais informações.

Ao tratar tais informações deve-se considerar a transparência e respeitosa á intimidade, vida privada honra e imagem das pessoas, assim como às liberdades e garantias individuais.

Não será exigido consentimento quanto à informação pessoal segundo o art. 57 da referida Lei (LAI, 2011), uma vez que a pessoa estiver física ou legalmente incapacitada em prevenção e diagnósticos médicos, em caráter de estatísticas e pesquisas científicas, em proteção de interesse público geral e em defesa de direitos humanos.

Estas exceções fortalecem a ideia de que não se devem tirar benefícios dos bens públicos mesmo quando em função pública, com interesses pessoais. A informação é a regra perante a Lei de Acesso a Informação (LAI, 2011), não se deve negar ou omitir informações públicas, das quais o cidadão tem todos direito de ter acesso, neste sentido configura-se condutas ilícitas que responsabilizam agente público ou militar ações como as destacadas pelo Art. 65 desta Lei, tais como recusar-se a fornecer informações asseguradas nos termos da referida Lei, caso use indevidamente vindo a subtrair, destruir ou inutilizar de tais informações, agindo de má fé perante a análise das solicitações das mesmas, tornar as informações sigilosas ou pessoas públicas, ou impor sigilo a informações não classificadas como sigilosas, ocultando ou destruindo estes documentos.

As ações e atitudes negativas quanto a domínio da informação pública sem o devido acessam a quem solicita, torna-se uma pratica ilegal, que coloca o agente público ou militar como um omissor de tais informações, podendo sofrer sanções determinadas pelo Art. 66, podendo variar desde advertência, multa, rescisão do vínculo do poder público, até declarações de inidoneidade e sanções.

Tais ações são fundamentais para manter o controle e garantia que o Cidadão terá seu direito de acesso a Informação garantida. As penalidades apresentadas são sérias e reforça o compromisso das entidades e órgão darem publicidade a tais informações de forma legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda o tema "A LEI 12.527/2011 COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL", por considerar que o conhecimento nos possibilita a se libertar de paradigmas que por muitas vezes nos coloca como agente ativo dessas causas. Construir uma opinião a partir de fatos e respeitos a Leis do nosso país faz com que possamos transformar a sociedade no sentido de acabar ou no mínimo, controlar a corrupção e atitudes negativas que acontece em uma sociedade que hoje, democrática às vezes não reconhece o potencial legal que temos para que haja tal equilíbrio.

A Lei 12.527/2011, tem sido e é sem dúvida uma ferramenta que ajuda e juntamente com a devida prática de seus artigos pode tornar real o fator equilíbrio nestes termos que por muitas vezes este trabalho se preocupa em trazer como objetivo.

Assim como estabelecido no início do presente artigo, os objetivos gerais, foram atendidos relacionando o cidadão como protagonista do controle social, uma vez que a informação garantida pela Lei de Acesso a Informação 11.527/2011, lhe dá respaldo legal para tomar iniciativa de solicitar tais informações.

Os objetivos específicos foram satisfeitos uma vez que a relação da referida Lei e o controle social foi apresentado de forma dinâmica motivando a dependência de ambas entre si. Sua problemática foi solucionada através da apresentação da estrutura da presente Lei, trazendo seus desafios de aplicação e real funcionamento, apontando o interesse pessoal, a falta de interesse frente a conhecer a realidade local e a dificuldade de compreender a informação apresentada ao cidadão, como responsável desfecho desta problemática.

REFERÊNCIAS

ANDI & Artigo 19. **Acesso à informação e controle social das políticas públicas.** Coordenado por Guilherme Canela e Solano Nascimento. Brasília, DF: ANDI; Artigo 19, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988... Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. **Decreto nº. 8.408, de 24 de fevereiro de 2015.** Para dispor sobre a divulgação de informações relativas aos programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº. 9.690, de 23 de janeiro de 2019.** Altera o Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n o 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

BERNARDES, Marciele Berger; SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires José. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 761-792, maio/jun. 2015.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2002. Caminhos da Transparência – **A Lei de Acesso à Informação e os Tribunais de Justiça**. 2016. Disponível em: <<http://artigo19.org/?p=8054>. Acesso em 10 de dez.2019>. Acesso em: 22 jul. 2022.

Capítulo 12
AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Anderson Nonato dos Santos
Sileide Mendes da Silva



AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Anderson Nonato dos Santos

Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-BA

E-mail: andersonnonato62@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica

no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Ocid. <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>, Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação Em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPP) - Universidade de Pernambuco (upe). E-mail:

sileide.mendes@upe.br, sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: O artigo tem como objetivo compreender a afetividade nos anos iniciais abordando a importância da afetividade na relação professor e aluno. Sob essa ótica, vê-se o papel crucial do professor com o aluno durante o seu processo de ensino-aprendizagem. É prudente apontar, diante disso, que a afetividade é o pilar na construção do conhecimento cognitivo do aluno, facilitando no seu desenvolvimento na hora de estudar e compreender os assuntos abordados. Em segundo lugar, o artigo destaca a afetividade associada com a família destacando o papel dos pais e responsáveis. Isso porque é com os familiares que a criança irá apresentar e demonstrar os primeiros laços afetivos demonstrando: amor, alegria, carinho e respeito. Embasado na pesquisa bibliográfica, os autores selecionados abordam que a afetividade precisa estar presente em todas as decisões assumidas pelo educador em sala de aula, produzindo diariamente impactos positivos na subjetividade dos estudantes. Logo, é o vínculo afetivo firmado entre o adulto e a criança que embasa a etapa inicial do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Afetividade. Professor. Aluno.

1 INTRODUÇÃO

A afetividade é algo que se manifesta desde o ventre materno. Diante disso, é correto afirmar que o homem é composto por várias emoções como raiva, alegria, amor, decepção etc... É exatamente nessa conjuntura, que os seres humanos muitas vezes são influenciados por suas próprias emoções, cometendo atos impulsivos.

O laço afetivo mãe e filho já é feito quando a criança ainda está dentro da barriga de sua mãe. Sob essa ótica, vê-se que a troca de carinhos entre mãe e filho é feita em alguns

gestos simples, como conversar com seu bebê na barriga, se alimentar bem dentre outras atitudes. Diante disso, desde o ventre, o bebê já começa a aprender e a trocar emoções com sua mãe.

Assim, a criança ao nascer já tem um vínculo com sua mãe e no decorrer do tempo constrói um vínculo com seus familiares. Para entender essa lógica, pode-se citar como exemplo, que a criança nos seus primeiros meses, ela só se sente mais à vontade com seus pais. É exatamente nessa conjuntura que podemos afirmar que o amor de seus familiares e principalmente de seus responsáveis é muito importante para desenvolver a afetividade do bebê.

É fato, que o pequeno desde os primeiros contatos com o mundo mesmo dentro do ventre de sua mãe já está desenvolvendo conhecimento. É prudente mencionar que as crianças desenvolvem seu aprendizado mais rápido quando são acolhidas e tratadas com carinho, amor e respeito. Vê-se então, a importância dos pais e educadores em cuidar das crianças para que elas se sintam acolhidas e amadas.

Assim, a escolha do tema ocorreu por conta da importância de se aprofundar o estudo sobre a temática. O processo de carinho, respeito e confiança é muito importante na vida. Contudo, a afetividade na educação infantil é o pilar para a construção do conhecimento e de uma boa relação da criança em sala de aula com o seu professor.

Com base nas colocações acima, surgiu o seguinte problema: Qual é a importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem? A afetividade é muito importante em várias etapas da vida humana principalmente para o desenvolvimento cognitivo. Sob essa ótica, vê-se que o processo de aprendizagem relacionado com a afetividade muitas vezes não chega a ter sucesso por não ter sido trabalhado corretamente. Diante disso, a afetividade tem extrema importância no ensino e aprendizagem no que diz respeito à motivação entre aluno e professor, por isso, ela tem que ser trabalhada com bastante cuidado na vida do aluno para que o professor possa conseguir que o aluno consiga alcançar êxito em sua aprendizagem.

É válido mencionar que a criança já pode desenvolver várias emoções por isso, necessita de afeto de seus pais e responsáveis. Para entender essa lógica, pode-se citar como exemplo, quando um bebê recém-nascido que ainda não consegue falar com seus pais ele utiliza expressões para interagir com o pessoal mais velho. É exatamente nessa conjuntura que o responsável tem que estar atento e tentar decifrar o que o menor deseja comunicar com ela.

Assim, como objetivo geral o trabalho apresenta: compreender a importância da afetividade na relação pais x aluno x professor tendo como ponto significativo o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da criança. Especificamente, analisar a importância da afetividade na educação infantil

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Afetividade na educação infantil

A afetividade está relacionada no campo psicológico do ser humano e pode sofrer alterações a partir da ação humana. Sob essa ótica, vê-se que a afetividade está no dia a dia do ser humano desde o acordar pela manhã até ao dormir pela noite.

A afetividade está relacionada com a atenção que os responsáveis dão ao bebê até mesmo antes de nascer. Os cuidados, amor e carinho que os pais passam para os seus filhos gera um laço de reciprocidade desse filho com os pais. A afetividade é manifestada entre os pais com os seus filhos desde bem pequenos (CELIDÔNIO, 1998).

“O primeiro ano de vida da criança é predominantemente afetivo, e é por meio da afetividade que a criança estabelece suas primeiras relações sociais e com o ambiente” (WALLON, 2010, p. 35). Para o filósofo, a afetividade dos 03 meses a 1 ano é crucial para as relações sociais do bebê com o seu meio. Isso porque é por meio da afetividade que a criança irá desenvolver emoções diferentes que facilitarão no desenvolvimento cognitivo. O processo do conhecimento da criança está interligado com seu emocional influenciando diretamente em seu aprendizado.

A expressão “relações sociais” que o autor fala na citação, é compreendida como a relação da criança com os seus responsáveis, podendo se expandir a quem a criança está ligada. É exatamente nessa conjuntura, que o ambiente em que a criança vive está relacionado na forma em que o menor irá se relacionar na sociedade. A família tem muita importância no desenvolvimento afetivo do bebê e como ele irá se portar no meio da sociedade (ARANTES, 2002).

Wallon (2010), afirma que é por volta do 1 ano a os 3 anos de idade que a criança começa a dominar seus relacionamentos externos e a inteligência. A criança começa a aprender a se relacionar com a sociedade e começar a aprender as práticas dela. Diante

disso, a criança irá aprender com o seu ambiente por meio de práticas de imitação que irão favorecer seu desenvolvimento cognitivo.

Para o filósofo, vê-se a importância da sociedade para a vida da criança e de seu desenvolvimento. Isso porque, o convívio com as pessoas irá facilitar o seu avanço do conhecimento e também emocionalmente. A criança que é inserida na sociedade tem um desempenho melhor e mais amplo de seus conhecimentos, na questão de se relacionar e se expressar.

De acordo com Wallon (2010), a criança com 6 anos irá começar a construção de sua personalidade e sua consciência do que é certo ou errado. Somente com essa idade que a criança inicia o processo de amadurecimento que distingue o que é certo ou errado. Assim, a criança inicia um processo de inclusão social na sociedade com repetição motora e na hora de se portar na sociedade.

A afetividade, no estágio dos 6 anos aos 11 anos é predominante, porque vai ser através dela que a criança irá desenvolver seus conhecimentos. A criança a partir dessa idade vai formar sua personalidade que vai ser bastante importante para sua vida adulta. Sob esse véis, é válido mencionar que essa fase da vida do indivíduo coincide com o início do período escolar, a aprendizagem se faz predominantemente pela descoberta de diferenças e semelhanças entre objetos, imagens, ideias

O menor quando chega a os seus 11 anos de idade na sua adolescência começa a passar por algumas mudanças físicas e psicológicas. A criança vai desenvolver seus conhecimentos simbólicos e pensamentos abstratos. É exatamente nessa conjuntura que o indivíduo vai utilizar algumas funções para ajudar em seu conhecimento cognitivo que são a memória voluntária, atenção e o raciocínio associativo.

A afetividade ela só tem importância só com a família? Historicamente é errado afirmar isso, pois para viver melhor em uma sociedade ou em grupo é sugerido expandir a afetividade de uma pessoa para outra. O ser humano é um animal que necessita interagir uns com os outros e sempre viver em sociedade. Vê-se então, que a afetividade ganhou um espaço e importância muito grande nesse contexto, porque ela conduz uma boa interação entre as pessoas.

Segundo Antunes (2008), o homem é um indivíduo que necessita viver em sociedade e se relacionar entre si. A afetividade está no centro desse processo de se relacionar uns com os outros. Desde o tempo pré-histórico aos dias atuais, o ser humano

evoluiu seus laços afetivos em meio a seu redor seja por vivências de seu cotidiano ou trocas culturais.

Antunes (2008), afirma que o professor muitas vezes é quem melhor pode ajudar o aluno a desenvolver e descobrir qualidades, talentos e surpreender-se com as revelações, com a responsabilidade, com a disciplina e a felicidade. A disciplina aumenta, a autoestima do aluno e quanto maior for a autoestima do aluno, mais se tornará disciplinado, nutrindo assim esse ciclo de disciplina e autoestima. A escola tem papel fundamental no desenvolvimento sócio afetivo da criança, estabelecendo a relação com o outro para o desenvolvimento da aprendizagem. Afirma Almeida (2005, p. 106):

No texto ele afirma o papel do professor na hora de lapidar as qualidades do aluno em seu processo afetivo. É prudente apontar diante disso, que a escola tem algumas funções fundamentais na construção do seu alunado também impondo regras e disciplinar a serem seguidas. É exatamente nessa conjuntura que a escola realiza a função de desenvolver o sócio afetivo das crianças favorecendo as interações e desenvolvendo a aprendizagem.

No processo do desenvolvimento cognitivo, a afetividade tem uma influência importante, possibilitando assim ao professor trabalhar no avanço do conhecimento do aluno. Sob esse viés, a emoção do ser humano quando influencia no psicológico pode favorecer no progresso do aprendizado da criança. Algumas emoções como alegria, respeito, encantamento, satisfação, admiração e interesse facilitam no progresso do aprender do discente. Vê-se, então, a importância do docente no processo de desenvolver conhecimento.

Wallon (2010), destaca que a afetividade é o centro do desenvolvimento na construção do conhecimento do ser humano. Se o professor trabalhar a afetividade no ambiente escolar ele terá muito mais chances de êxito no processo de ensinar. Percebe-se que a afetividade tem uma importância muito grande para o desenvolvimento da criança no ambiente escolar, e também no meio social, isso porque o ser humano é um animal que é movido por emoções.

3 METODOLOGIA

Para a construção desse artigo científico foi elaborado vários estudos e pesquisas tendo como referências dessas buscas a leitura de artigos científicos e livros pesquisados em alguns sites, por exemplo: SAE digital, Nova Escola, conteúdos disponíveis na biblioteca digital da faculdade Alfredo de Nasser (UNIFAN).

Os recursos utilizados para a execução desse artigo científico foram selecionados conforme a necessidade do tema e a seus descritores afetividade, educação, sociedade, aprendizagem, relação discente e docente. A pesquisa teve início no oitavo semestre do ano de 2022, como também por meio de experiências vividas pelo autor em sala de aula quando o mesmo ainda era criança na quarta série dos anos iniciais onde lá criou um laço muito forte com a professora dele que ele guarda até os dias de hoje, a partir daí veio a vontade de buscar compreender a importância da relação afetiva entre professor e aluno e sua contribuição para o desenvolvimento da criança no ambiente escolar e na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar o artigo voltado para a afetividade na educação infantil, o trabalho teve como propósito analisar a influência dos pais e professores no laço afetivo da criança. É prudente apontar que os pais e a escola têm um papel fundamental nesse processo assim favorecendo o desenvolvimento cognitivo e saberes da criança, isso porque o pai é responsável por educar os seus filhos enquanto a escola por formar cidadãos.

É em casa com a família que a criança irá aprender a ter princípios, valores, o que é correto ou errado e também a adquirir conhecimentos de mundo por meios da educação informal. Já a escola tem o papel fundamental para a formação da criança no meio social, desenvolvendo relações entre os alunos assim favorecendo trocas de conhecimentos de mundo, afetos e conversas.

Algumas práticas que são postas em casa e nas escolas tem o papel muito importante para o amadurecimento da afetividade e emocional da criança, pois não basta só ser inserido como cidadão na sociedade. É necessário ser reconhecido como cidadão no mundo social.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2005.

ANTUNES, C. **Como ensinar com afetividade**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

ARANTES, V. A. **Afetividade no cenário da educação**. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

CELIDÔNIO, R. F. Trilogia inevitável: família, aprendizagem, escola. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 17, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins fontes, 2010.

Capítulo 13
A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO ESSENCIAL NO
PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NO
ÂMBITO ESCOLAR

Egli da Silva Santos Brito
Sileide Mendes da Silva



A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO ESSENCIAL NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR

Egli da Silva Santos Brito

Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso - Bahia, e-mail: egli_brito@outlook.com; Instagram: @prof_eglibrito

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: O artigo relata a importância da musicalização na Educação infantil como linguagem atrativa, contribuindo de maneira significativa no processo educacional da criança. A pesquisa foi desenvolvida tendo como referências em livros, autores, documentações pertinentes a temática e vivências obtidas no campo de estágio no processo de formação docente. O objetivo foi enfatizar o valor da linguagem musical de forma a contribuir positivamente para o desenvolvimento na Educação Básica. Partindo deste ponto, torna-se evidente a importância do papel do educador no desenvolvimento da leitura e escrita na fase inicial da criança inserida no espaço escolar, e para esta introdução de aquisição a utilização da musicalização em sala de aula como ferramenta colaboradora é essencial. A música é uma linguagem importante para o ensino criativo, coopera no desenvolvimento da criança amplificando em suas atribuições ludicamente e divertida, promovendo uma interação socializada. Observa-se a relação da criança com a música no período inicial de sua infância e essa conectividade é trazida para o espaço escolar. Os resultados apontam o valor da linguagem musical de forma a contribuir positivamente para o avançamento no trajeto percorrido na Educação Básica, promovendo um momento encantador e satisfatório. Portanto, o papel do educador é muito importante na orientação do uso da linguagem musical como ferramenta utilitária no desenvolvimento da leitura e escrita fazendo-se a unificação da musicalização como utensílio que contribuirá para o processo geral e educativo na vida da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Música. Educador. Leitura. Escrita.

INTRODUÇÃO

A música é essencial para expressarmos os nossos sentimentos mediante aos sons. Através de sua inserção, podemos comunicarmos e demonstrarmos nossas sensações, emoções, pensamentos e sentimentos. Ela está presente nas comemorações, eventos festivos, liturgias religiosas, protestações cívicas e políticas. A música na Grécia antiga era tida como fundamento primordial para a formação de futuros cidadãos.

A musicalização no contexto educação infantil integra exterioridades sensíveis, afetivas, estéticos, cognitivos, possibilitando uma comunicabilidade social de forma significativa referente a linguagem musical, favorecendo também no desenvolvimento da leitura e da escrita.

Com base no assunto explanado acima, surge a seguinte pergunta: como a música contribui no processo do desenvolvimento da criança no âmbito escolar?

A integração da música na leitura e na escrita no ensino infantil, atende inúmeros objetivos, a criação de hábitos, tomar banho, escovar os dentes, respeitar o sinal; cantar o hino nacional; datas comemorativas como o dia das mães, da bandeira, entre outras. No cotidiano, as crianças têm concepções próprias no quesito escrever, elas rabiscam, antes mesmo de escreverem, elas reproduzem sons que auxiliam na fixação de assuntos, letras do alfabeto, numerais, palavras mágicas, entoam-se diversos sons que estimulam a decodificação, explorando possibilidades musicais.

O tema em tela, chama a atenção do pesquisador, visto que há vivências observadas nos estágios de sua licenciatura, e até mesmo no cotidiano, tornando-se importante pois, a musicalização contribui de forma criativa, favorecendo uma educação prazerosa.

O trabalho possui com objetivo geral compreender a influência da música na educação infantil para o desenvolvimento da criança no âmbito escolar, e constatar a importância de inserir a musicalização no âmbito escolar, identificar o papel do professor como orientador de tal ferramenta, norteando de forma positiva nas práticas educativas.

A metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de livros e documentos pertinentes a temática: (FREIRE, 1982) no seu livro: “A importância do ato de ler” é exposto analogias sobre o ato da leitura, que é desvendada através da “leitura do mundo”; (BNCC, 2017) diz que, a inserção da música no ambiente escolar aciona outras funcionalidades, como: criatividade, raciocínio, entre outras; o documento Brasil (1998) norteia ideias e práticas musicais destinadas a cada idade, trazendo o papel do professor

como orientador; Teberosky e Colomer (2003) afirmam que na perspectiva construtivista a partir dos preceitos de Piaget, trazem uma visão diferenciada da aprendizagem, abordam que para entendermos um informação é importante reedificar sua origem, a aquisição do que conhecemos é adquirido através de forma contínua.

No desenvolvimento da escrita, a base social tem um papel indispensável, quando orientamos a criança, de forma positiva, através de leituras lidas de forma oral, contemplam à variação dos símbolos, que na sua unificação gera-se uma linguagem.

Implantando a musicalização na escrita torna-se a construção desta base mais criativa e interativa. A criança aprende em muitos dos casos a cantarem, antes mesmo de decodificar as palavras.

A IMPORTÂNCIA DE INSERIR A MUSICALIZAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), o trabalho com a música no espaço infantil precisará, sobretudo, observar e obedecer ao grau perceptivo e amplificação dos pequenos, respeitando a sua fase e faixa etária, sua inserção cultural, regionalidade, visando sempre heterogeneidade de cada aluno.

Há uma certa dificuldade de estabelecer a linguagem musical no espaço educativo, testifica uma carência no que diz respeito ao trabalho realizado com a musicalização, nota-se nas áreas do conhecimento, com foco nas criações de atividades musicais produzidas e imitadas. Nesta situação, a música é tratada como um objeto pronto, que é preciso apenas reapresentar, e é deixado de lado a importância de sua construção para ser executada de forma eficiente.

O caráter musical é conservado, ainda que as sociedades atuais se encontram em um processo de renovações, alguns costumes são mantidos, o fazer e orientar, através da imitação, adquirido pelo ouvir, capitados pela percepção, informações recebidas e transmitidas, questões que deverá ser consideráveis no processo de aprendizagem, na fase inicial é de suma importância estes requisitos para a inclusão no processo de musicalização.

No estágio introdutório da criança nas situações cotidianas, os momentos simples de entretenimentos do seu dia a dia fazem com que elas tenham o gosto musical de forma aguçada, as brincadeiras de rodas por exemplo, ativam o equilíbrio, amplia a linguagem oral, favorecendo de forma significativa para o ponto de partida da musicalidade;

aprender a cantar, influenciam nas relações afetivas oportunizando uma abertura para a imaginação, valorizando os conhecimentos previstos, evoluindo no processamento cognitivo de aspecto gradativo.

É considerável a agregação da música aos campos distintos, por outra vertente, a musicalização retém um contato contínuo com respectivas linguagens que contribuem o movimento da criança, promovendo autonomia e identificação própria, cooperando positivamente para o domínio das habilidades motoras que o pequeno obtém no decorrer da primeira fase de sua infância.

A CRIANÇA E A MUSICALIZAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A relação da musicalização e a criança surgem através de práticas desenvolvidas tanto no início quanto no decorrer do período estudantil, pois, elas têm contatos com os sons antes mesmo de nascerem, os bebês imitam e correspondem de modo encantador aos sons transmitidos, gerando um nexos musical significativo, nas comunicações eles constituem uma conexão aprimorada com o adulto, promovendo afetivamente e cognitivamente no processo musical de aspecto natural.

Precisamos levar em conta o grau de compreensão e avanço de cada pequeno (geral e musical), tendo sempre em vista a sua fase em que esta inserção foi adentrada, os conteúdos que serão abordados em sala de aula, deverão respeitar as variedades socioculturais, estarão organizados e sistematizados em o “fazer musical” e “apreciação musical” assuntos reflexivos.

Na Educação Infantil é habitual os professores aplicarem a musicalidade como ferramenta para trabalharem a leitura e a escrita, pode-se citar na etapa de crianças de zero a três anos, um desempenho familiar com a corporatura, momentos atrativos que inspecionam brincadeiras que geram interações aprazíveis associando-se com o desenvolvimento da linguagem. A aplicabilidade de canções que abordam a civilização sociocultural como por exemplo o folclore, uma cultural que designa o reconhecimento popular (BRASIL, 1998).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a ação musical para criança de quatro a seis anos sucede de forma comunicativa e expressiva que se dá por um processo de improvisação, não requer regras para esta compreensão e

constituição. Neste intervalo de idades a criatividade é indispensável, pois, estabelecem um suporte para a utilização da linguagem musical.

A reprodução de músicas diversificadas para conciliarem princípios culturais de forma que estimulem os pequenos a conhecerem a origem dos valores da classe social inserida. (BRASIL, 1998)

No contexto da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017), a música é entendida como demonstrações aprimoradas e no decorrer de sua integração obtém significado e percepção pertencentes às relações sociáveis, resultando-se de importante atribuição no âmbito cultural inerente.

A inserção musical para as crianças é um complemento nos parâmetros da base, através da convivência diária, visto que é o seu primeiro convívio escolarizado. Nota-se nos campos da BNCC a aplicabilidade da música como aprimoramento na fixação de tais conteúdos abordados em sala de aula.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS” OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO:

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Fonte: BRASIL (2017)

Faz jus aos direitos de aprender e desenvolver respectivos elo, sendo o conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se; a musicalidade impulsionará de forma lúdica a efetuação atribuída pela base (BRASIL, 2017).

Segundo Freire (1921-1997) em seu livro “A importância do ato de ler” descreve que a leitura do mundo é o alicerce vivencial, tornando-se o pilar fundamental para a edificação de qualquer conhecimento. Constata-se que a leitura do mundo é algo significativo para o reconhecimento das palavras no ambiente situado, uma vez que, a criança capta inicialmente momentos vivenciados, depois o conjunto das palavras, instituído pelas práxis, despertando interesse de significação dos termos contemplados no seu dia a dia e no espaço localizado.

Assim o professor deve inserir a música para auxiliar no processo de alfabetização, como por exemplo no fragmento da música: Abcdário da Xuxa:

A de amor

B de baixinho

C de coração

D de docinho

E de escola

F de feijão

G de gente

H de humano

I de igualdade

J, juventude

L, liberdade

M, molecagem

N, natureza

O, obrigado

P, proteção

Q de quero-quero

R de riacho

S, saudade

T de terra

U de universo

V de vitória

X, o que que é?

É Xuxa

E Z é zum-zum-zum-zum-zum

O professor utilizando essa música trabalhará o reconhecimento das letras do alfabeto de forma musicalizada, atrativamente, gerando-se uma comunicação entre eles, pois, os alunos através da canção conseguem aprender o alfabeto divertidamente, contribuindo na fixação do conteúdo abordado.

A leitura não deverá ser apenas decodificada pela criança, carece de despertar a curiosidade de modo criativo e intencional, de forma retratada e não estática, pois, o

processo de memorização é transitório, já a leitura com aspecto significativo possibilitará uma apreensão edificadora.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO ORIENTADOR DE TAL FERRAMENTA

O professor contribuirá para a musicalização de forma orientadora, não deixando de lado que, o alunado chegará com vivências musicais mediante o meio cultural originado, o docente deve inserir a linguagem musical de forma sucinta, como ferramenta aliada para a formação da criança, deixando nítido que ele não estará constituindo um profissional da música, e sim estabelecendo uma apreciação, estimulando um interesse prazeroso às atividades do cotidiano, pautando o que será integrado no momento da aula. A música é interdisciplinar, pois, a inclusão da mesma, abre uma gama demasiadamente para respectivos componentes curriculares. (BRASIL, 1998)

O docente deverá investigar quais conteúdos musicais seus alunos estão concebendo, obtendo-se informações que designam a fonte que determine o espaço sonoro e seu recinto, pois, há diversificadas músicas que são disponibilizadas em plataformas digitais, redes sociais, a música de outras culturas.

É considerável amplificar na criança ações cuidadosamente e reverenciada com os apetrechos musicais. O professor cautelosamente ao expressar de forma vocal em sala de aula, deverá ter cuidado com sua entonação ao expressar sua fala, evitando-se momentos indesejáveis e sim, contribuindo de forma harmoniosa para os pequenos (BRASIL, 1998).

É de suma importância o professor observar as fases de cada criança, na concepção de Piaget, na etapa semiótica, surge na criança o processamento de compreensão no que diz respeito às linguagens verbais e opostas. Neste estágio, é reconhecido como momento que surge as significações, especificados por gesticulações simbólicas, códigos, imagens estabelecidas por a psiquê.

Neste passo, aparecem as imitações, ela de forma hábil e favorável, é incipiente que a criança tenha uma imaginação antecipada, no decorrer aparece o “faz de conta” ela reproduz seu mundo de forma realista através da comunicação entre pessoas do seu convívio, nota-se a apresentação esquematizada, sequencialmente as imagens são

reproduzidas e conscientizadas, observa-se a linguagem principiante, que é reproduzida de forma verbalizada, após a imaginação do pequeno. (PIAGET; INHELDER, 2006)

De acordo o Referencial Curricular para a Educação Infantil, nas respectivas fases de cada criança apresentam parâmetros programáticos que contribuem e norteiam musicalmente no contexto educação infantil, respeitando as etapas de cada pequeno, pautando sempre o que deverá ser utilizado em sala de aula de maneira precavida, conduzindo o aluno na desenvoltura estabelecidas mediante a sua idade atual. (BRASIL, 1998).

Como aponta nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (volume 2), os professores e atuantes na Educação Infantil precisam promover na sala de aula, ações que suscitem a valorização na lida de historinhas, no momento de desenhar, na importância da higienização, nos jogos atrativos que proporcionem um contato com todo o conjunto, práticas que com a complementação musical como instrumento lúdico de aspecto importante para a rotina das crianças, obtendo-se conhecimentos viáveis para a construção de valores para o seu desenvolvimento. (BRASIL, 2006)

Consta na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 26 no inciso § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

Percebe-se que trabalhar com a arte em sala de aula especificamente na Educação Básica, contribui de forma significativa, particularmente nas manifestações regionais, agregando-se valores e evitando a desapareção sociocultural. (LDB, 1996)

De acordo Janet Gonzalez-Mena, em seu livro Fundamentos da Educação Infantil (2015), a Educação Infantil é um caminho especial, onde de fato o profissional atuante deverá capacitar-se para ter autonomia na área estabelecida.

O docente necessita ter uma práxis que explore seus conhecimentos primordiais quanto momentâneos, respeitar às diversidades culturais de forma crucial, identificando as múltiplas comunidades, considerando e reconhecendo seus valores.

A criança “total” retratada pela suas emoções, sentimentos e estrutura física, de modo que, nenhum deverá intervir nestes aspectos, pois, sua funcionalidade é interligada. Determina-se trabalhar com a criança tendo noção do contexto que ela se encontra.

O pequeno, quando é inserido na Educação Básica, chega com conhecimentos familiares, culturais e linguísticos. Na sala de aula, as crianças representam sua parentela de forma individual. Surgem uma interdisciplinaridade nas atividades realizadas.

O professor tem que ter ética profissional, atitudes positivas que se enquadram no papel de um educador, fornecer suporte a criança, pois, o início da sua infância é uma etapa inédita (GONZALEZ-MENA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados, a musicalização é uma ferramenta essencial para ser utilizada na educação de criança como linguagem que conecta de forma lúdica com os respectivos componentes curriculares da Educação Básica.

No desenvolvimento da leitura e da escrita a musicalidade auxilia significativamente tornando o aprendizado mais prazeroso de modo espontâneo e acolhedor.

No âmbito escolar, a linguagem musical ajuda na comunicação social dos alunos, permitindo se conhecerem e praticarem habilidades que é de suma importância no processo de desenvolvimento mediante a sua faixa etária.

O orientador sendo ele o professor e mediador, faz as adaptações dos conteúdos que forem explanados em sala de aula, visando sempre a origem da criança, à sua idade, pois, a mesma tem conhecimentos prévios e necessitam de guia para que a música seja usada afim de obter dados positivos.

O educador trabalha a música na sala aula em prol do ensino criativo, de simples compreensão, contribuindo para a ação do desenvolvimento da criança, amplificando em suas atribuições de forma lúdica e divertida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**. Brasília. Mec,1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da educação infantil**. [s.l.] AMGH Editora Ltda., 2015.

PIAGET, Jean; B. I. **A Psicologia da Criança**. [s.l.] Editora Bertrand Brasil Ltda, 2006.

XUXA. **Abecedário Da Xuxa**. Som Livre, 1988.

Capítulo 14
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS
AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA SAÚDE COLETIVA

Hudmilla de Sousa Aragão
Andrea Paula da Silva Lima
Sileide Mendes da Silva



EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA SAÚDE COLETIVA

Hudmilla de Sousa Aragão

Docente na Faculdade Alfredo Nasser de Remanso. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares na Universidade de Pernambuco (UPE) – Campus Petrolina

E-mail: hudmilla.aragao@upe.br

Andrea Paula da Silva Lima

Docente Auxiliar no curso de Bacharelado em Medicina, UPE Serra Talhada. Coordenadora Geral Pedagógica da Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada (FACISST). Mestranda - Programa de Pós-Graduação Stricto sensu Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi), UPE Petrolina.

E-mail: andreia.paula@upe.br

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta uma revisão bibliográfica, propondo uma reflexão acerca da interdisciplinaridade frente as ações da Saúde Coletiva, perpassa por suas características e especificidades, descrevendo-a como um instrumento primordial para a transformação dos agentes que atuam na saúde, proporcionando ações integralizadas que proporcionam o desenvolvimento de melhores estratégias e, conseqüentemente, atuações reflexivas para as tomadas de decisões, bem como fortalece as relações entre os cuidadores e os que necessitam de cuidados, abrangendo o sucesso dos tratamentos. Foram consultadas diversas bibliografias, através de bases de dados como Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a Revista Ciência & Saúde, as quais abordam sobre a atuação de uma equipe interdisciplinar. Depreende-se que a interdisciplinaridade é fundamental para a atuação dos agentes em saúde, assim como para aqueles que atuam no âmbito da saúde, pois

permite um melhor desempenho da equipe e, por conseguinte, o alcance de melhores resultados, visto que a prática interdisciplinar é considerada por diversos autores a primícias para a melhor eficácia dos tratamentos. Nesse sentido, para que o aprendizado em saúde alcance toda a sua dimensão, são necessários saberes capazes de agirem frente a dinamicidade das dimensões social, psicológica e biológica. Desse modo, é latente a necessidade de remodelação dos currículos e demais ações pertinentes ao processo formativo dos profissionais em saúde, com o objetivo de promover mudanças e conscientização de que a prática interdisciplinar é capaz de contribuir com todos os envolvidos. Sendo assim, para que se tenha uma abordagem integralizada, que abrange as diversas dimensões pertinentes ou existentes na saúde, é necessário que a interdisciplinaridade tenha sentido nas ações cotidianas, ou seja, a união da subjetividade de cada profissional da saúde promoverá o sucesso na saúde.

Palavras-chave: Equipe interdisciplinar da saúde. Transformação. Saúde Coletiva. Educação.

INTRODUÇÃO

Discussões sobre a reformulação de políticas públicas têm sido pautas principais em eventos internacionais, que objetivam melhor contextualizar a saúde. A conferência de Ottawa, corrobora que a saúde é inerente a qualidade de vida e, que está condicionada a diversas dimensões como: educação, saúde, paz, renda, alimentação, estabilidade do ecossistema, recursos sustentáveis, equidade e justiça social (PINTO; SILVA, 2019).

Lançando um olhar para a educação, com a atuação de diversos sujeitos no ambiente educacional, a promoção da saúde nas escolas, passou a propiciar a formação de cidadãos com significativo potencial para autonomia, participação e transformação (MONTÁVER; CATRIB, 2013).

Alinhado ao conhecimento técnico-científico e ao desenvolvimento sociopolítico a saúde na escola tem avançado de maneira gradativa, lançando mão do contexto biomédico, e abordando situações que remetem a realidade dos sujeitos inseridos no ambiente educacional (CARVALHO, 2015).

Nessa perspectiva, é passível de afirmação que a conceituação e os princípios da ação da saúde na escola, são fatores contributivos para um novo olhar do que é promover a saúde na escola, interligada à dimensão social como determinante do processo saúde/doença (SILVA, 2013).

A saúde caracteriza-se como o “campo de conhecimento e âmbito próprio de práticas”, tem-se como natureza a interdisciplinaridade, cujas disciplinas básicas são a epidemiologia, a administração de saúde e as ciências sociais em saúde (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados como referencial bibliográfico autores, a exemplo: Osório; Schraiber, 2015; Japiassú, 1978; Fazenda *et al*, 2013. Assim como foram utilizados os sites da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

1.1 Referencial teórico

No ano de 1977, a Organização Mundial da saúde (OMS), definiu o objetivo de “Saúde para todos no ano 2000”. Diante da meta estabelecida, o cenário mundial designou debates sobre a conceituação de saúde-doença e a oferta dos serviços de saúde. Frente a um panorama de desigualdades, uma das metas era a definição e a realização do conceito de equidade, visando a melhoria das condições de saúde populacional (BRASIL, 2002).

Em 1986 ocorreu a I Conferência Mundial de Promoção da Saúde, na Cidade de Ottawa, Canadá, evento que contribuiu para a ampliação das discussões sobre os determinantes da saúde, como fatores ambientais, econômicos e sociais, assim como as ações para a promoção da saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2011). Na oportunidade, conceituou-se o fomento em saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BRASIL, 1996).

Na conferência realizada no ano de 1988, na cidade de Adelaide, Austrália, o tema abordado foram as políticas públicas saudáveis, ratificando sobre a compreensão da saúde como direito fundamental para a humanidade. Durante o evento, foi debatido o fator equidade, compreendido como o acesso aos recursos existentes, no intuito de minimizar os fatores negativos associados à doença, de forma que seja promovido atendimento de acordo com a complexidade (IDEM, 1996).

Em 1991 ocorreu a III Conferência Internacional de Promoção da Saúde, Sundsvall, na Suécia, a contribuição foi para a conceituação do que são ambientes saudáveis, pontuando as dimensões econômicas, políticas, sociais, e culturais, assim como os aspectos naturais e físicos. Definiu-se que: ambiente saudável é aquele livre de contaminação, riscos de acidente, violência, discriminação e injustiça (BRASIL, 2002).

Na Conferência Internacional de Promoção da Saúde, ocorrida em 1992, em Santafé de Bogotá, Colômbia, a pauta principal foi o conceito de conhecimentos e práticas da promoção da saúde, foi proposto que o conceito de saúde agregasse a tarefa de

“transformar as relações excludentes, conciliando interesses econômicos e o bem-estar social” BRASIL, 2002)

De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 1997, em Jacarta, Indonésia, ocorreu a IV Conferência Internacional de Promoção da Saúde. A pauta discutida foi a necessidade de promover ações concretas que permitam o alcance dos propósitos a todos, visto a desigualdade existente em diversos países (BRASIL, 2002).

É notório que a promoção da saúde está diretamente ligada as ações de diversos setores que agem pela sociedade, e que a melhoria dos indicadores na área de saúde, somente ocorrerá com o desenvolvimento de ações integradas com os demais setores que atuam com políticas públicas (BRASIL, 2002).

A Saúde Coletiva é um campo recente e existente somente no Brasil, na contemporaneidade, torna-se necessário a limitação do contexto, uma vez que é confundido com a dimensão político-administrativo, exigindo uma melhor definição no campo epistemológico (OSMO; SCHRAIBER, 2015).

Segundo Nunes (2007), são inúmeras as tentativas no intuito de limitar o contexto de Saúde Coletiva, entretanto, tornou-se complexo, uma vez que a interdisciplinaridade e a pressão natural ao campo da saúde impossibilitam a unificação teórica que elucida os objetos de estudo. É possível acrescentar a esse rol de dificuldades a composição institucional e profissional dos sujeitos da Saúde Coletiva, uma vez que as pesquisas compreendem uma multiplicidade de disciplinas, como: Ciências Sociais e Humanas, a Filosofia, a Administração e a Epidemiologia (OSMO; SCHRAIBER, 2015).

O campo da Saúde Coletiva abrange o pensamento coletivo e específico, o que exige conhecimentos diversificados sobre o objeto de estudo e a teoria, sem que haja qualquer hierarquia e valores entre elas (BIRMAN, 1991). A Saúde Coletiva “se constitui mediante da crítica sistemática do universalismo naturalista do saber médico. Seu postulado fundamental afirma que a problemática da saúde é mais abrangente e complexa que a leitura realizada pela medicina” (BIRMAN 1991, p. 12). Desse modo, a dimensão social foi agregada como elemento do processo saúde doença, tida como uma linha auxiliar de percepção dos fenômenos positivos pertinentes ao organismo individual (AYRES, 2002).

A Saúde Coletiva é compreendida como um campo científico que emana saberes e conhecimento referente ao objeto de estudo, a saúde, o qual é aplicado diversas disciplinas e que possibilitam uma análise sob vários ângulos (PAIM E ALMEIDA, 1998). Ainda segundo os autores, compreende-se como um ambiente de práticas, onde ocorre a

atuação de diversos agentes, sendo essas ações realizadas por especialista ou não, bem como dentro ou fora do espaço definido como setor saúde.

Diante do panorama, é perceptível que a Saúde Coletiva não admite apenas uma conceituação, delimitação e caracterização, talvez seja por sua pluralidade pertinentes aos contextos epistemológicos e disciplinares, os quais estão em constante evolução e, que permitem reflexões acerca da identidade do que é Saúde Coletiva (SCHRAIBER, 2008). Embora, haja a complexidade em definir os elementos que compõem a Saúde Coletiva, é possível percebê-la como um campo passível de propostas inovadoras (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998).

A metodologia interdisciplinar tem sido considerada uma ação que aproxima do princípio da integralidade, proporcionando interação, reciprocidade, comunicação e, por conseguinte, a transformação dos agentes resultando na resolução de problemas de forma articulada (FAZENDA *et al*, 2013)

Atuar com a interdisciplinaridade na Saúde Coletiva é um método desafiador, devido as distinções existentes entre o científico e a praticidade (JAPIASSÚ, 1978). Através das diversas representativas encontradas nos ambientes institucionais- científicos e, a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), a amplificação dessa distinção, proporcionou, o distanciamento de teoria e prática, o que deu ênfase ao tecnicismo (COHN, 2008). Tornando, desse modo, a prática interdisciplinar entre os profissionais da saúde limitada, uma vez que a atuação desses agentes não se baseia em ações interdisciplinares, sendo um reflexo da falta de políticas diretas a um modelo de trabalho em equipe (O'REILLT *et al*, 2017).

Ações internacionais como no Canadá e Suécia atuam de maneira direta na melhoria da comunicação entre os profissionais de saúde, são realizados investimentos e incentivos, assim como a promoção de reuniões regulares, as quais oportunizam a tomada de decisão em equipe, repercutindo em melhorias no atendimento, nas funções, nos objetivos e na visão compartilhada (GIRARD *et al*, 2018). Corroborando, Asselin *et al* (2016) afirma que a base interdisciplinar está além do compartilhamento de ideias entre integrantes de uma equipe, compreendese as relações entre comunicação e negociação clínica, que defini estratégias para o cuidado e controle de doenças.

A prática interdisciplinar deve ser desenvolvida mediante a cooperação entre os conhecimentos, a partir de uma integralização daqueles que possuem os saberes (MINAYO, 1994). Para que ocorra o aprendizado da saúde em toda a sua dimensão, é

necessário que estes saberes sejam capazes de perpassar pelas dimensões social, psicológica e biológica. Para tanto, é necessárias ações integralizadas, que envolvem saberes técnicos e populares, que visualizam o ser humano em seu contexto, o que está além do contexto saúde, desafiando a busca pela interdisciplinaridade (MINAYO, 1994).

Desenvolver o trabalho em equipe, requer a aplicação de tecnologias em saúde, a qual considera as práticas integralizadas, a complexidade do objeto de estudo e a intersubjetividade. Essas vertentes auxiliam nas mudanças educacionais e tecnológicas, ao que concerne na assistência e nos cuidados, ao passo que os trabalhadores da saúde investem em ações que preservem a especificidade de cada membro da equipe (BASTOS *et al*, 2017). Este comportamento requer o reconhecimento do trabalho do outro, proporcionando uma visão ampla do processo saúde-doença (PEDUZZI, 2007).

Ao considerar que a atuação fragmentada dos indivíduos inseridos na saúde são práticas ultrapassadas, as quais interferem na entrega integral dos resultados, nota-se a necessidade da oferta de educação continuada para esses profissionais (BASTOS *et al*, 2017). Assim sendo, a possibilidade de mudanças entre os conceitos e as práticas integralizadas requerem comprometimento de todos os envolvidos no processo de formação, uma vez que os campos de atuação são diversos e estão interligados (CECIM; FEUERWERKER, 2004).

Diante desse panorama, a saúde e a interdisciplinaridade referem-se ao compartilhamento de conhecimentos e a preocupação do trabalhador em contribuir com o seu saber, objetivando a solução dos problemas, realizando a promoção e prevenção da saúde e a cura dos enfermos (BASTOS *et al*, 2017). A constituição da interdisciplinaridade está além da adição de especialidades, deve-se, então, buscar a união entre os profissionais da saúde que atuam em prol de um objetivo em comum (BASTOS *et al*, 2017).

Os referidos autores conceituam que na área da saúde a interdisciplinaridade configura-se pela a abordagem realizada entre profissional-paciente, trata-se de uma visão ampla, onde aspectos ambientais, clínicos, comportamentais, econômicos, sociais e culturais fazem parte do processo investigativo para a compreensão dos problemas de saúde.

O crescimento contínuo do saber humano, o processo de fragmentação em função desse crescimento, a diminuição do caráter questionador das disciplinas especializadas frente à esfera mais ampla do saber e o crescimento paralelo do entendimento e percepção da necessidade de práticas e pesquisas interdisciplinares no contato com a realidade

tornam relevante a postura interdisciplinar no contato com a realidade (SIEBENEICHLER, 1989, p. 156).

Essa integralização é fundamental para a efetividade dos princípios estabelecidos pelo SUS, como a equidade e integralidade, uma vez que o atendimento é humanizado. A qualidade ofertada destaca-se na relação e nas habilidades do profissional da saúde, visto que é necessária uma adequação à subjetividades de cada paciente, e o alcance dos resultados dependerá da maneira que essa relação entre profissional-paciente foi construída (MINAYO, 1994).

Desse modo, a interdisciplinaridade no campo da saúde parte de uma construção reflexiva e coletiva, mediante a análise e a criticidade das práticas cotidianas, dos saberes e da subjetividade, no intuito de desenvolver práticas mais efetivas, garantindo a satisfação para todos os envolvidos no âmbito da saúde. Apesar de ser complexo, a interdisciplinaridade é um desafio possível para os profissionais da saúde, uma vez que os campos de atuação são diversos e permitem a exploração e conexão com a vivência e as mais diversificadas experiências (BASTOS *et al*, 2017).

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento deste artigo teve como respaldo a técnica de pesquisa bibliográfica. De acordo com Boccato (2006, p.266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema, através de referenciais teóricos publicados, sendo possível analisar e discutir as diversas contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa contribui para a agregação de conhecimento do objeto pesquisado, observando o enfoque e/ou perspectivas em que o assunto foi abordado na literatura científica. Desse modo, é importante que o pesquisador desenvolva um planejamento sistemático durante o processo de pesquisa, o qual perpassa pela definição do tema, construção da lógica do trabalho, decisão da estrutura e meio de divulgação.

As buscas pelas produções científicas foram realizadas nas principais bases de indexação de artigos (Parker *et al*, 2014), a exemplo: *Scientific Eletronic Libray Online* (SciElo); a Revista Ciência & Saúde e a Biblioteca Virtual em Saúde. Tais pesquisas foram realizadas utilizando por meio de combinação dos descritores “interdisciplinaridade”; “Saúde Coletiva”; “Educação e Saúde”, o critério de seleção ocorreu através do interesse pela titulação dos artigos. E como critério de exclusão, foram excluídos artigos repetidos nas diversas bases indexadoras e, aqueles que não atenderam o propósito desta pesquisa.

A delimitação temporal deu-se a partir da contextualização de Saúde Coletiva, a qual ocorreu na década de 1977, portanto, fez-se necessário buscas com os dados datados a partir do ano de 2002, tendo como base principal, o site do Ministério da Educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Saúde Coletiva se configura a partir de um trabalho promovido por um conjunto de saberes, o qual o indivíduo é avaliado a partir das diversas dimensões em que está inserido, tal percepção é fundamental para o entendimento do processo saúde/doença, para tanto é necessário a interdisciplinaridade (GASTALDO, 2005). Segundo a referida autora essa superação dos conceitos limítrofes adquiridos pelas disciplinas, possibilita ao profissional produção de conhecimento que permite avaliar, interpretar e solucionar situações complexa.

O trabalho em equipes interdisciplinares tem a capacidade de atuar em diversos cenários, no intuito de resolver o problema de saúde que acomete o indivíduo.

O trabalho em saúde é marcado por algumas características: atende a necessidades complexas e variáveis; não pode ser totalmente padronizado, uma vez que envolve um encontro sempre singular entre sujeitos; os profissionais precisam de autonomia; é realizado por um grupo heterogêneo de trabalhadores. (SCHERER, PIERES & JEAN, 2013, p. 3024).

Conforme Matos *et al* (2009), a atuação interdisciplinar em equipe, exige que o envolvimento entre os membros seja mediado por uma comunicação autêntica, promovendo o respeito, a partilha de conhecimento e o acolhimento das diferenças. Ainda segundo os autores, o relacionamento da equipe é sustentado pela cooperação e pela transmissão de conhecimentos das disciplinas, no envolvimento entre os profissionais, na tomada de decisão e na horizontalização das relações, promovendo abertura para a colocação subjetiva de cada profissional.

Assim, a interdisciplinaridade na Saúde Coletiva se configura como elemento fundamental, uma vez que seu objeto de trabalho engloba diversas dimensões que se traduzem e se expressam por meio da saúde e da doença (CARVALHO *et al*, 2014). Nessa perspectiva, trabalhar com a interdisciplinaridade requer a disponibilidade de comunicação com os demais profissionais, promovendo a conscientização das competências e limitações de cada um, no intuito de criar novos saberes que são convergidos para a prática coletiva (CARVALHO *et al*, 2014).

Nogueira (2008), destaca a complexidade de ações interdisciplinares, mediante os relacionamentos dos saberes, uma vez que tais fatores estão alicerçados em organizações corporativas. Sendo assim, os conflitos e obstáculos entre os *stakeholders*, durante a prática, advém das profissões com estatutos engessados, com significativo reconhecimento social e *status* que abarcam regalias e privilégios, as quais historicamente possuem dificuldades de adaptação ao trabalho sem fronteiras rígidas definidas.

Importante salientar que, para ocorrer a integralização entre disciplinas e saúde, é necessário ações transformadoras no processo formativo daqueles que promovem os cuidados com a saúde. A exemplo, a criação de projetos curriculares integrados, cursos voltados para as práticas humanitárias, estratégias que instigam o trabalho e o diálogo em equipe, sendo estes facilitadores da prática entre os profissionais e a melhoria da oferta de saúde para a população (BASTOS *et al*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente da saúde, a interdisciplinaridade e o envolvimento humano entre profissional e paciente são considerados fatores primordiais para a melhoria da efetividade dos cuidados, assim como, compreende a utilização de métodos que percebem as especificidades de cada enfermo.

Desse modo, é importante que toda a equipe de saúde desenvolva uma conectividade com o sujeito que anseia por tratamento, buscando informações acerca do paciente, promovendo uma efetiva comunicação, no intuito de passar calma, segurança e compreensão. Estes fatores influenciam de maneira direta no desenvolvimento de relacionamento entre os sujeitos, porém, é importante que o paciente perceba que além dos cuidados humanizados, os profissionais são capacitados e têm condições de ampará-lo sempre que se fizer necessário. Quando o profissional da saúde não estabelece esse elo, a ausência de confiança por parte do enfermo em relação ao profissional que o ampara, pode provocar problemas durante e após o tratamento.

A integração entre as equipes, a troca de conhecimentos, a forma de agir em grupo de acordo com as expectativas geradas pelo paciente, é essencial para que se tenha um vínculo saudável estabelecido. Esse contexto somente é possível, a partir do momento que todos os membros se conheçam e mantenham um relacionamento saudável e, que sejam

capazes de fazer interferências de maneira ativa através do compartilhamento de ideias e ações, e que a praticidade não seja prejudicada pelos demais.

Para tanto, é necessário ocorrer mudanças no sistema de formação desses profissionais, no intuito de promover a conscientização de que a interdisciplinaridade proporciona benefícios a todos os envolvidos. Importante salientar, que essa compreensão de transformar os indivíduos em seres interdisciplinares, deve perpassar por todos os níveis da educação superior, e tudo aquilo que envolve e influência na formação desses profissionais.

Entretanto, para que seja possível essa abordagem integralizada, de alcance a todas as dimensões da saúde e, que contribua de maneira efetiva no processo de transformação, é necessário que a interdisciplinaridade faça sentido no cotidiano. Sendo assim, cada profissional compartilha o seu saber, sua experiência, vislumbrando diferentes perspectivas que promovam o sucesso nos processos promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

ASSELIN J et al. Desafios no manejo interdisciplinar do peso na atenção primária: lições aprendidas com o estudo da Equipe 5As. **National Library of Medicine**. *Obesity*, 2016 v. 6, n. 2, p. 124–132.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. *Epidemiologia e emancipação*. **Repositório da Produção USP**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BASTOS, Isabel Gois; SANTANA, Antônio Assis Santiago; BASTOS, Raquel Gois. Interdisciplinaridade na saúde: um instrumento para o sucesso. **Revista Brasileira De Ciências Em Saúde - Brazilian Journal of Health Sciences**, 2017 v. 1, p. 40-44. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/rebracisa/article/view/1426>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Promoção da Saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. **Secretaria de Políticas de Saúde Projeto Promoção da Saúde**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil / Ministério da Saúde*. **Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde*.

Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. **Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem**. – 2. ed. revista – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/saude_coletiva.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2022.

CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógica. **Physis**. 2015;25(4):1207-27. doi: 10.1590/S010373312015000400009. Acesso em: 28 de abril de 2022.

CARVALHO, Sancherleny Bezerra de *et al.* Área temática: saúde coletiva trabalho interdisciplinar em saúde coletiva. **CONACIS**. 2014.

CECCIM, Ricardo Burger; FEUERWERKER Laura C. Macruz. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos da Saúde Pública**. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/hZLwpVCM8N4ySDF5BNkKcgD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira: a vitória sobre o modelo neoliberal. **Social Medicine** 2008; 3:82-94. Disponível em: <https://www.socialmedicine.info/index.php/socialmedicine/article/view/225/0>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. VARELLA, Ana Maria Ramos Sanchez. ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. Interdisciplinaridade: Tempo, Espaços, Proposições. **Revista e-Curriculum**, v. 03, 2013.

GASTALDO, Denise. Interdisciplinaridade: questões conceituais e aplicadas. **Texto-contexto enfermagem**. vol. 14, n. 3, p. 317-318, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a01.pdf> . Acesso em: 07 de maio de 2022.

GIRARD. Gleyce Pinto *et al.* Interdisciplinaridade no ensino prático em Residência Multiprofissional em Saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health | ISSN 2178-2091**. Vol. 11 (7) | e495 | p. 1-8. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/495/277>. Acesso em 02 de maio de 2022.

JAPIASSÚ, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas. **Dicionário Básico da Filosofia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora: Zahar; 1978.

MATOS, E. *et al.* Relações de trabalho em equipes interdisciplinares: contribuições para a constituição de novas formas de organização do trabalho em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. vol. 62, n.6, p. 863-869, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/JZWYSWCWx77HxMtMh6FR9Nk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de maio de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Ver Saúde e Sociedade**, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/1994.v3n2/42-63/pt/>. Acesso em: 07 de maio de 2022.

MONT'ALVERNE, Daniela Gardano Bucharles. CATRIB, Ana Maria Fontenelle. Promoção da saúde e as escolas: como avançar. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 2013;26(3):307-8. doi: 10.5020/18061230.2013. p. 307. Acesso em: 28 de abril de 2022.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. **Revista Katálysis**. Florianópolis, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5652/5151>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

NUNES, Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-38, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/5yVSgxKYSdPmXqJDgdrJgw/?lang=pt>. Acesso em: 06 de maio de 2022.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história recente, passado antigo.

CAMPOS G. W. S. et al (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 19-39. Disponível em: <https://professorruas.yolasite.com/resources/Tratado%20de%20Saude%20Coletiva.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

OSMO, Alan; SCHRAIBER, Lilia Blima. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde Social**. São Paulo, v.24, supl.1, p.205-218, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpdTnz7YNJyMzjN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

O'REILLY, Pauline *et al*. Avaliação dos facilitadores e barreiras da equipe interdisciplinar que atua na atenção primária utilizando a teoria do processo de normalização: Uma revisão integrativa. **National Library of Medicine**. 2017 v. 12, n. 7, p. 1-22. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28545038/>. Acesso em 06 de maio de 2022.

PAIM, Jairnilson S. ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde Coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**. 1998; 32(4):299-316. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PDRmKQr7vRTRqRjSgSdw7y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade. **Revista Tempo Brasileiro**. 1998. p. 156.

SILVA-ARIOLI, Inea Giovana *et al.* Promoção e educação em saúde: uma análise epistemológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2013;33(3):672-87. doi: 10.1590/S1414-98932013000300012. Acesso em: 03 de maio de 2022.

Capítulo 15
COMO CONCILIAR TRABALHO E ESTUDAR
Marcus Vinicius de Souza Campos
Sileide Mendes da Silva



COMO CONCILIAR TRABALHO E ESTUDAR

Marcus Vinicius de Souza Campos

Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-BA.

E-mail: mcmcvivi12@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Ocid. <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>, Mestranda do Curso de Mestrado (Pós- Graduação Em Formação de

Professores e Praticas Interdisciplinares) (PPGFPP)- Universidade de Pernambuco (upe), E-mail: sileide.mendes@upe.br , sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: Diante do artigo construído, observou-se que o trabalho proporciona ao homem grandes oportunidades de suprir as necessidades na sociedade atual. Perante isso, o presente artigo tem um olhar voltado para a relação trabalho e estudo, com o objetivo de retratar a realidade de uma grande parte dos jovens brasileiros e da própria vivência do autor. O mesmo pretende identificar as dificuldades dessa conciliação buscando assim, observar o rendimento acadêmico. Através da pesquisa bibliográfica, os autores abordam que o trabalho representa fonte de vida assim como fonte de dilemas diante das dificuldades que os acadêmicos enfrentam para se adaptarem e conciliarem a dupla jornada. Apresenta os lados positivos de uma dupla jornada e os benefícios de conciliar trabalho e estudo, observando que não uma tarefa fácil, mas também não é impossível.

Palavras-chave: Dificuldade. Trabalho. Estudo. Foco

INTRODUÇÃO

É visível que nos últimos anos houve inúmeras possibilidades de acesso à educação no Brasil. Diante dessas inúmeras oportunidades de acesso e a oferta de cursos, trouxeram para as universidades pessoas com poder econômico mais baixo. Diante disso, precisam recorrer a uma fonte de renda " emprego", para arcar com despesas.

Quem trabalha o dia todo precisa ajustar as horas de trabalho e do tempo extra para se locomover até a instituição e com as atividades propostas a serem realizadas em

casa. É prudente apontar, ter uma rotina organizada, ajustar o tempo livre para realizar as atividades do curso e tentar se livrar do cansaço físico e mental são os principais desafios para quem tem uma vida dupla. Diante das seguintes colocações acima surgiu o seguinte problema: Como conciliar trabalho e estudo?

De fato, levantar cedo, enfrentar o dia todo trabalhando, chegar na faculdade no horário, resolver todas as atividades com perfeição, retornar para casa, dormir poucas horas e começar tudo novamente é uma tarefa que exige um querer e uma dedicação fora do comum.

Não é uma tarefa fácil conciliar trabalho e estudo, e para essa difícil missão é necessário organizar um cronograma das atividades diárias da semana e do mês. Diante disso, estabelecer metas para concluir determinado trabalho, tentar sempre cumprir no prazo essas metas.

Nesse contexto, com o objetivo de chamar atenção para temática, o devido trabalho procura trazer a realidade de uma boa parte dos brasileiros, diante disso, o próprio autor vivência diariamente essa problemática. Assim, o trabalho se torna importante para acadêmicos que vivenciam a mesma rotina, estimulando-os a não desistirem do processo e mantê-los focados naquilo que almejam, tornando aptos a completarem a missão estabelecida.

O trabalho traz como objetivo geral: analisar como estudantes trabalhadores conciliam trabalho e estudo essenciais à vida humana. Como objetivos específicos: Descrever as possíveis maneiras para conciliar trabalho e estudo; identificar as Vantagens de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

O presente artigo foi elaborado perante a realidade do autor e a realidade de uma grande parte da sociedade brasileira. Realizado leitura de livros pesquisas feitas, leituras de artigos com o tema bordado, sempre bem orientado pela orientadora Me.Sileide Mendes da Silva, dando o suporte a qualquer momento

POSSÍVEIS MANEIRAS PARA CONCILIAR TRABALHO E ESTUDOS

Sabemos que na sociedade em que vivemos, torna-se cada vez mais difícil conciliar trabalho e estudo, é comum o aluno pagar o próprio aprendizado, as contas de casa e a alimentação. Torna-se complicado fazer várias atividades e não se cansar mentalmente e

fisicamente. Nesses casos, a disciplina e organização são peças fundamentais e deve ser tratada com prioridade assim se tornando a chave para o sucesso.

A organização é um dos pontos principais, tornando-se assim um elemento indispensável, otimizando o tempo, dividindo todas as suas atividades. Já a disciplina é o comprometimento com a rotina para concluir as metas impostas e não deixar as atividades acumularem.

Dessa maneira, o estudo assim como o trabalho, ganhou grande importância na sociedade contemporânea e diversas significações, constituindo-se ao decorrer do tempo como elemento fundamental para obter uma estabilidade financeira e futuro melhor, pois como enfatiza Oliveira (2004, p.123) “Aqueles que não estudam têm poucas chances de obter e manter, no mercado de trabalho, uma ocupação profissional que lhes dê satisfação e remuneração condigna”.

Assim, percebemos na afirmação que o estudo é a maneira mais fácil de conseguir a liberdade e garantia de futuro melhor, ou seja, o mercado de trabalho valoriza a formação acadêmica, diante disso, remunera significativamente melhor os profissionais com essa formação.

Em busca da remuneração e manter-se firme na busca de um futuro melhor, entra em ação os empregos precários, é outro fator de grande risco para o início rápido dos jovens no mercado de trabalho. Por não precisar de vários requisitos para entrar nessas instituições muitos jovens que tem baixa escolaridade e pouca experiência no mercado de trabalho acabam se entregando a subempregos, com cargas horárias elevadas e situações de exposição a riscos, físico social. Em outros casos, existem empresas que colocam jovens com um grau de experiência baixa e os influenciam de forma mais direta, eventualmente não promovendo seus direitos por completo. Os jovens ficam em uma postura mais reservada e menos questionadora no trabalho (GIORDANO, 2020).

Dessa forma, percebemos que o trabalho é instrumento indispensável, no mundo capitalista em que vivemos, e com tudo isso se torna paradoxo que muitas vezes produz angústia e sofrimento. Diante disso, Siqueira (2001, p. 228), enfatiza ao mesmo tempo em que o trabalho atrapalha, satisfaz as necessidades imediatas de sustento.

Com significações distintas, a conciliação entre polo “a” e polo “b”o trabalho e estudo visando um futuro melhor, ocorre na vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios, perante isso soma-se a atenção importância que devemos dá a nossa família, a alimentação adequada, ao nosso sono e não podemos deixar e fora e de extrema

importância os momentos de relaxamentos e de lazer. De acordo com alguns profissionais da saúde devemos cumprir 8 horas de sono diárias, ou seja, um terço das 24 horas do dia já se foram, mas não pense que essas horas de descanso e perda de tempo é exatamente o contrário essas horas de descanso e um sono de qualidade são essenciais para um melhor desempenho nas atividades durante o dia. Portanto alguns hábitos são muito importantes.

Otimizar o tempo

Para as pessoas que necessitam aliar as atividades do trabalho e da faculdade, torna-se bastante complicado conseguir na sua agenda momentos voltados ao estudo e seu percurso profissional. Diante disso, ao iniciar as atividades, diante de muitos pensamentos o foco acaba se perdendo e as atividades importantes vão se acumulando até sair do controle levando a exaustão, fazendo assim o tempo nunca parecer suficiente.

Elaborar estratégias é uma ponte que pode bastante nesse momento, uma técnica criada em 1980 por Francesco Cirillo chamada de técnica Pomodoro que vale manter focado por 25 minutos em uma mesma função e fazer um descanso de 5 minutos até a retomada de um novo ciclo de tempo. A esse respeito Giordano (2000, p. 46) diz que: “O trabalho pode ser entendido como uma atividade cujo produto é um objeto exterior e, neste, o homem produz os objetos necessários a si mesmo e a sua sobrevivência”

Estabelecer metas diárias

Uma alternativa é fazer um cronograma diário, permitindo observar o seu desenvolver de perto. Fazendo essa rotina gradativa e constante terá uma sensação de missão cumprida consequentemente manter a motivação em alta. Por exemplo, pactuar com o hábito de ler: tentando uma certa quantidade de páginas por dia e conforme essa meta for sendo cumprida, aumentar o nível, ou seja, ampliar a quantidade de páginas lidas por dia (GIORDANO, 2020).

Lado positivo de trabalhar e estudar

Conciliar duas atividades onde ambos são complexos, como estudar e trabalhar requer um compromisso e dedicação. Mas dividir o cotidiano entre esses dois momentos

não é só um desafio, entretanto pode trazer bastantes benefícios. Segundo Hegel (1999), o trabalho é uma forma de liberdade, pois o homem teria liberdade para comprar, vender, investir visando seu interesse pessoal, ocasionando o consumo.

Quando falamos sobre esse assunto, a discussão está nas dificuldades da dupla jornada. Mas, tocando nesse assunto, será que as pessoas conhecem as vantagens que ela traz? Qual é o lado bom de trabalhar e estudar? Não tem como negar que cursar uma faculdade quando se está no mercado de trabalho conseqüentemente deixa a rotina mais intensa. Diante disso, não é preciso olhar somente os pontos negativos, perante isso vamos ver alguns pontos positivos (CHAMBEL; SANTOS, 2009).

Sem sombra de dúvida, uma das grandes vantagens de trabalhar em estudar é aproveitar a vida Universitária já com certa independência financeira, com essa experiência tendo um emprego trará mais liberdade com gastos durante o curso, tais como transporte, mensalidade, materiais de estudo, refeição entre outros.

Diante disso, trabalhar durante o curso te deixa próximo da realização de Sonhos. Ao esperar o término da faculdade para ter uma renda significa deixar algumas metas suspensas por um período de tempo. Outro benefício para quem está no mercado de trabalho e no estudo ao mesmo tempo é conhecer uma grande quantidade de pessoas fora da faculdade. Assim, seu perfil é visto por uma maior quantidade de empresas (GUERREIRO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do artigo exposto, percebemos que o trabalho tanto pode ser fonte de vida quanto pode representar fonte de contradições, pois, analisando como estudantes trabalhadores conciliam trabalho e estudo, observamos que são muitas as dificuldades que os mesmos enfrentam. Além do grande desafio que é estudar e ao mesmo tempo trabalhar, esses estudantes recorrem aos finais de semana, e muitas vezes às horas da madrugada para se adaptar à vida acadêmica, para não se prejudicarem ao longo dessa dupla jornada.

Diante disso, agora que as pessoas sabem mais sobre o que é relativo às atividades de trabalhar e estudar, certamente podem perceber que como tudo na vida tem seus prós e contras. E é preciso pensar em sacrifício sobre algo que trará recompensa futura. Fazer

essas duas atividades é claramente isso que foi abordado. Seja ela difícil, exaustiva, a recompensa logo adiante é válida.

Olhando a crença de um futuro melhor e a conclusão do ensino superior, observa-se que ter um bom futuro melhor nos dias de hoje tem motivado trabalhadores buscarem a conclusão do ensino superior. A fé e a força de vontade os chamados pensamentos positivos e as relações familiares têm contribuído para a busca da profissão.

Por fim, a pesquisa foi de absoluta importância para entender todas as motivações e as dificuldades enfrentadas pelos graduandos diariamente na adaptação da longa jornada dupla. Observando que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais o preparo dos profissionais, deixando bem claro a realização do curso superior.

REFERÊNCIAS

CHAMBEL, M., & SANTOS, M. **Práticas de conciliação e satisfação no trabalho:** mediação da facilitação do trabalho na família. Estudos de Psicologia, 26(3), 275- 286, 2009.

GIORDANO, BlancheWarzée. **(D) eficiência e trabalho:** analisando suas representações. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

GUERREIRO, M., & ABRANTES, P. (2007). **Transições Incertas** - Os jovens perante o trabalho e a família. Lisboa: CITE, 2007.

HEGEL. G.W.F. **Filosofia da História.** Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2ª ed. Brasília: Editora UNB, 1999.

OLIVEIRA, Marco Antonio Garcia. **O novo mercado de trabalho.** Guia para iniciantes e sobreviventes. Rio de Janeiro, editora Senac Rio. 2 ed. 2004.

SIQUEIRA, J, T, F. **A luta do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de Porto Alegre/RS** - um estudo de caso. 2004. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) – programa de Pós-graduação em Educação, faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Capítulo 16
IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DENTRO DO
CONTEXTO ESCOLAR

Paulina dos Passos Jordão Santana
Sileide Mendes da Silva



IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR

Paulina dos Passos Jordão Santana

Coordenadora do Centro de Atendimento Educacional Especializado CAEE. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: paulinapassosjordao@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Ocid. <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação Em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPP) - Universidade de Pernambuco (upe). E-mail: sileide.mendes@upe.br, sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: O trabalho traz uma abordagem sobre como fazer a implementação das redes sociais dentro do contexto escolar, momento de fazer uma reflexão acerca da temática de como usar a mesma dentro do contexto escolar, apresentando o avanço das tecnologias e o surgimento das redes sociais, assim como a sua importância no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa é bibliográfica baseada em autores renomados que trazem abordagens significativas em volta da temática que é tão atual e explorada no cotidiano de todos, os impactos são diretos nas ações. Sugere-se o uso de redes sociais, muito comum nos dias de hoje, todavia, também é apresentado as redes sociais educativas, que são redes direcionadas a educadores e educandos. A abordagem traz as recomendações sobre a utilização das redes sociais na prática pedagógica. A temática envolve-se pela necessidade da realidade atual dentro da escola, as redes sociais são febre e isso influencia dentro do contexto escolar, pois a escola cada dia mais tem que atualizar-se com relação às atividades educacionais com a utilização da internet, já que jovens e adolescentes vivem em um mundo globalizado.

Palavras-chave: Mídia. Educação. Internet.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre o uso das mídias em favor da educação, como pode ser feita a implementação de maneira que venha ajudar o contexto escolar. Tem como objetivo enfatizar a importância de disseminar informação dentro do contexto acadêmico, os benefícios e facilidades adquiridas.

Os tipos de redes sociais disponíveis na web são muito variados e não podemos padronizar em um único tipo. Tem as redes sociais que são mais populares as de relacionamento, que têm conectado diversas pessoas por várias partes do mundo. No entanto, além destas redes, que possuem características bem variadas, também, têm emergido as redes especializadas.

Podem ser consideradas como tendências na internet, que possuem uma clientela específica, com interesses e finalidades comuns entre si. Como exemplos de redes sociais especializadas, têm-se as redes sociais educativas, tendo educadores e discentes como usuários. Acredita-se que, independentemente do tipo de rede social, é possível utilizá-las, como ferramenta didática e colaborativo no processo na construção do conhecimento, tornando rico em muito o processo de ensinar e aprender.

A pesquisa é bibliográfica baseada em autores renomados que trazem abordagens significativas em volta da temática que é tão atual e explorada no cotidiano de todos, os impactos são diretos nas ações.

A temática envolve-se pela necessidade da realidade atual dentro da escola, as redes sociais são febre e isso influencia dentro do contexto escolar, pois a escola cada dia mais tem que atualizar-se com relação às atividades educacionais com o uso da internet, já que jovens e adolescentes vivem em um mundo globalizado.

REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

O Uso das mídias é uma das ferramentas mais utilizadas na atualidade, ainda mais diante da realidade em que vivemos no contexto de pandemia em que passamos. Para Moran (2012, p.07), “A escola é pouco atraente”. Conforme Moran, a escola não proporciona atrativos e é desestimulante para os estudantes esse formato de ensino.

Especialmente quando se trata do curso de ensino superior, muitos acadêmicos terminam desistindo de estudar por desinteresse, por ausência de estímulos, por não gostarem de pesquisar e por acreditarem que a universidade está muito distante de suas realidades. Segundo Moran, “Não basta colocar os alunos na escola. Temos de proporcionar-lhes uma educação em que os alunos sejam protagonistas, educação que seja dinâmica, ativa desde o começo e em todos os níveis de ensino” (MORAN, 2012, p. 08).

As escolas antes da pandemia ainda tinham uma educação em que não trabalhavam de modo diferenciado, persistindo situações de um modelo tradicional. Uma

voltagem a esse modelo de ensino, onde era um mundo estranho ter o uso das mídias sociais no contexto educacional.

As escolas passaram por um processo de mudança radical, onde o digital passou a ser a ferramenta de ensino, educadores que ainda estavam presos aos modelos tradicionais de ensino, que submetem os educandos a métodos limitados, pouco flexíveis, repetitivos e monótonos, e com a pandemia, esse tipo de professor que ainda vinha dessa prática teve que se adequar ao mundo globalizado e a escola em novo formato.

É certo que muitos estudantes estão inteiramente conectados e mergulhados em um mundo virtual que já é parte de seu dia a dia, as suas relações e interações com o mundo já não são as mesmas, pois estes se dialogam e atualizam-se continuamente por meio das tecnologias que estão disponíveis e ampliam a todo o momento na sociedade pós-moderna.

Instituições escolares não conectadas são escolas incompletas mesmo quando se apresentam didaticamente avançadas, quando não há uma interação e relação não tem como acontecer uma evolução ativa.

Para alunos que não tem acesso diariamente às redes sociais que circulam informações estão isolados de uma parte importante da aprendizagem nos dias atuais, pois perdem o acesso à informação diversificada que disponível online, onde tem a oportunidade da pesquisa rápida em diversos meios eletrônicos como: bibliotecas digitais, bases de dados, portais educacionais; interação com a comunidades para discutir interesse, nos debates e publicações pelos comentários que surgem de diferentes pessoas e culturas, enfim, do leque que oportuniza a internet (MORAN, 2012, p. 9-10).

Por essa razão, acredita-se que as universidades têm que estar conectadas e preparadas para um novo perfil de estudante, para que estas acompanhem o progresso das tecnologias na sociedade e possam tornar-se mais completas.

É preciso proporcionar aos estudantes uma aprendizagem inovadora, que os instiguem e que não esteja necessariamente limitada a uma sala de aula presencial, com situações cotidianas, pois conforme Moran (2012, p.10), “podemos aprender estando juntos fisicamente e também conectados, podemos aprender no mesmo tempo e ritmo ou em tempos, ritmos e formas diferentes”. As Adaptações de atividades podem ser realizadas de acordo a realidade que é vivenciada dentro de cada turma, não sendo padronizadas as alternativas possíveis para o processo de aprendizagem, fazendo as adequações necessárias de acordo com o calendário do ano letivo.

Diante dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação, surge a necessidade de acesso as redes sociais, já que estamos em um mundo globalizado, assim é possível que rapidamente esse mundo digital passe a fazer parte da rotina do dia a dia dos jovens.

As redes sociais é uma das maneiras de representação da interação com as pessoas seja afetivo ou profissional, ela dissemina uma quantidade de compartilhamento de ideias, informações e interesses, que dificilmente encontre uma alternativa mais eficiente.

Diz Lorenzo (2013), algumas instituições de ensino têm encontrado modelos úteis das redes sociais na Educação e, atualmente, passam a ser indispensáveis ferramentas no processo de ensino e aprendizagem nas redes de ensino.

O autor relata que com a utilização das redes sociais, é possível compartilhar informações sobre as temáticas estudadas, podendo consolidar o envolvimento dos discentes e docentes, através de um novo canal de comunicação, sendo uma alternativa eficiente para a construção do vínculo entre estudantes e docentes.

FERRAMENTAS SOCIAIS UTILIZADAS COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Atualmente as mídias são uma das ferramentas mais utilizadas dentro do contexto atual, sendo que diante ao ensino híbrido e remoto, o meio de comunicação mais utilizado é as redes sociais.

Existe uma imensa diversidade de meios sociais, possibilitando um leque de opções para manter os contatos e trocas de informações, é notório que boa parte do tempo algumas pessoas se desperceba do tempo e fique usando as redes sociais.

É cabível a utilização das redes dentro da escola, desde que exista um fundamento do uso, aplicar as ferramentas em favor da educação.

Conforme Spadaro (2013), aconteceu um aumento muito veloz ao que se refere ao quantitativo de usuários do Facebook, por exemplo, alcançando, em outubro de 2012, oito anos depois de sua criação, um bilhão de usuários. Sendo assim, a maior rede social do mundo, deixando de ser unicamente para estudantes de universidades, pois além de trocas com fins educativos também abriu ferramentas de bate papo.

O Facebook possibilita que pessoas se relacionem através da web e optem por aquelas que participarão do seu ciclo de amigos, possibilitando que estas, visualizem, comentem e compartilhem todas as suas publicações com outras pessoas.

As redes sociais em geral, promovem um canal de comunicação e um destino para pessoas interessadas em procurar, partilhar ou aprender sobre determinado assunto, mas também, um meio de oportunidades para o ensino em diferentes modalidades e etapas educacionais.

As redes sociais são fáceis de manusear, não precisam de grandes habilidades para adequar-se as funções que tem; é utilizada por alunos, funcionários e professores; permite a interação de diversas funções além de oferecer alternativas de acesso a diferentes serviços; possibilita o controle da privacidade. (GONÇALVES, apud, PATRÍCIO, 2010, p. 7)

Segundo esses autores acima citados, os professores, tiram dúvidas de estudantes, passam lista de exercícios, acompanham e avaliam trabalhos, divulgam cronograma de atividade entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho faz uma abordagem da importância das redes sociais e como são utilizados diante do contexto atual, a implementação das mesmas dentro da escola, avaliando as vantagens e desvantagens no contexto educacional.

O ensino remoto e híbrido possibilitaram uma série de questões que só foram possíveis por meio de comunicação com redes sociais, sendo um novo leque de opções para o aluno adquirir a aprendizagem com êxito. Dentro do ensino superior essa realidade reflete muito mais já que é um público diferente da educação básica.

As instituições devem fazer um planejamento que possibilite novos olhares para a educação, a aprendizagem para ter sucesso é necessária ser experimentada de diversas maneiras.

Em meio a realidade que foi vivenciada se não fosse a globalização o mundo tinha se isolado por completo, uma vez que diante a pandemia foi através das redes sociais que foi possível falar com quem estava distante, pedir alimentação, passa informações e a educação continuar, pois com o ensino remoto e híbrido foi possível permitir ao alcance de alguns a educação.

A globalização favorece cem por cento para o cotidiano de cada aluno e também professor, já que pela internet é possível realizar uma serie de pesquisa e ter acesso a diferentes coisas a medida que há necessidade.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Patricio de; JULIANI, Douglas Paulesky; JULIANI, Jordan Paulesky; SOUZA, João Artur de. **Utilização das redes sociais na educação**: guia para o uso do Facebook em uma instituição de ensino superior. Cinted UFRGS.2012.11p. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/36434>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

LORENZO. **Ministério da Educação. Recursos da Internet para Educação**: Blog. Brasília. [200-]. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/>>. Acesso em: 15 outubro. 2022.

MORAN COSTAS, José Manuel (Org.); MORAN, J. M. (Org.); MASETTO, M. T. (Org.); BEHRENS, M. (Org.). **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 13 ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007. 173p.

MORAN, José Manuel. **A Educação que Desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. - 5ª ed -. Campinas, SP: Papirus, 2012.174p.

SPADARO, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica, in António Mendes, Isabel Pereira e Rogério Costa (editores), Actas do VII Simpósio Internacional de Informática educativa, Leiria: **Escola Superior de Educação de Leiria**. 2005, pp.311-315. Disponível em: <http://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_7/aline.pdf> Acesso em: 01 set. 2022.

Capítulo 17
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS
PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA

Sileide Mendes da Silva
Iracema Campos Cusati



FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>, Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) (PPGFPP) - Universidade de Pernambuco (upe), E-mail: sileide.mendes@upe.br, sileidemendes.uneb@gmail.com

Iracema Campos Cusati

*Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), Universidade de Pernambuco (UPE), E-mail: iracema.cusati@upe.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4812-8412>*

RESUMO: Esse artigo traz como objetivo dissertar a respeito da formação inicial e continuada dos professores de matemática suas contribuições para o desenvolvimento profissional e no processo de ensino-aprendizagem. A matemática tem sido estereotipada como uma disciplina desagradável e complexa pelos discentes, talvez, isso aconteça devido as metodologias antiquadas utilizadas por alguns professores, as quais não atendem mais o público atual presentes nas instituições de ensino. Visto isso, são fundamentais e urgentes o investimento e o incentivo para a capacitação e aperfeiçoamento do conhecimento e metodologias dos educadores. Eles precisam refletir, ressignificar e reinventar os seus saberes e práticas com os objetivos de melhorar a educação nas escolas e contribuir para a formação de um cidadão crítico, ético e autônomo, pois essa responsabilidade ainda é direcionada ao docente. O processo de desenvolvimento profissional e pessoal do professor não termina em sua primeira formação, esse processo é longo e contínuo, o qual precisará acompanhar as mudanças e evoluções em sociedade. A partir da busca por novos conhecimentos não é apenas a sociedade que evolui, como também, o profissional, ele atualizará ideias e pensamento ultrapassados. A pesquisa bibliográfica possibilitou dissertar sobre a importância da temática. Os resultados apontam que o cenário atual da educação exige cada vez mais profissionais com capacidades e conhecimentos para lidarem com questões sociais, tecnológicas e emocionais.

Palavras-chaves: Desenvolvimento profissional. Formação. Matemática.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário socioeducacional do país, surgem novos desafios, novas problemáticas e dificuldades, as quais invadem as salas de aula brasileiras, carecem por profissionais capacitados e competentes. O processo de capacitação dos educadores começa a partir da sua primeira formação. E é necessário estar em um contínuo desenvolvimento de habilidades que contribuam para atender ao contexto que se encontra. As palestras, as oficinas pedagógicas, os cursos, as especializações e as experiências vivenciadas são contribuintes para o desenvolvimento pessoal e profissional do educador.

Os professores matemáticos vivenciam desafios ainda maiores, pois os alunos vêm a matemática como um componente curricular complexo ou chato. E alguns professores não fazem muita questão em mudar esses pensamentos. Faz-se necessário intervir de maneiras que chame a atenção dos estudantes e diminua os estereótipos sobre a matemática. E para tornar esse componente curricular mais dinâmico e atrativo o professor precisará rever e repensar sua metodologia, para isso é fundamental a busca por novos conhecimentos, os quais se darão a partir de reflexões, pesquisas e estudos.

O educador contribui para o desenvolvimento de um cidadão atuante em sociedade. A matemática colabora para a formação do indivíduo, isso devido estar inserida em situações cotidianas, muito além dos cálculos e dos seus números, ela contribui para a estimulação do cognitivo, raciocínio lógico, autonomia, criatividade e criticidade. Antes de estimular esses aspectos em seus alunos, o educador deve estimular e despertar em si mesmo. Sendo assim, é importante levar em consideração as aptidões do docente que ensina a matemática, pois conseqüentemente refletirá no aprendizado do seu alunado. E para isso, o educador deve estar preparado para atender seus discentes.

Com isso, por que a formação e o desenvolvimento profissional dos professores que ensinam matemática é um tema importante a ser debatido? Para o contexto atual da educação e sociedade, o investimento na formação do professor é uma forma de alcançar melhores resultados educacionais. Um profissional com ideais construídos há anos e ultrapassados, sem atualizar seus conhecimentos, não estará apto a lidar com as crianças e adolescentes do século atual. Ao contrário de um profissional que esteja disposto a pesquisar, estudar e renovar seus conceitos e metodologias. O professor de matemática

atual pode utilizar ferramentas tecnológicas, jogos, além da resolução e investigações de problemas dentro do contexto que o aluno vive. Os professores atuais são mais humanizados, têm empatia, respeito e atentos as questões emocionais dos seus alunos, apesar de alguns docentes, principalmente matemáticos, optam por passar uma imagem de “durões”.

Como objetivo geral, o artigo busca analisar sobre a formação inicial e continuada dos professores de matemática, as contribuições dessas formações para o desenvolvimento profissional e os reflexos no processo de ensino-aprendizagem. Em específico, descrever sobre a importância das formações na construção profissional e pessoal dos docentes que atuam em matemática.

Essa pesquisa bibliográfica sobre a formação e o desenvolvimento profissional dos professores que ensinam matemática está respaldada nas leituras e estudos de artigos científicos, revistas acadêmicas, livros, dissertações e teses. Ao decorrer do artigo foram utilizados autores para explorar o conteúdo relacionado a temática. Além disso, possibilitou os surgimentos de novas ideias, possibilitando uma reflexão a respeito da importância do tema para o atual contexto educacional.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Segundo Fiorentini e Nacarato (2005), o docente matemático necessita além de um bom embasamento teórico, precisa saber como aplicar, como irá ensinar todo o conhecimento ou uma parte sobre determinado assunto para seu discentes na qual possibilite a relação entre os antigos e novos conhecimentos matemáticos, cotidianos, tecnológicos, políticos e sociais. Entretanto, antes do educador repassar esses conhecimentos, o próprio precisará aprender, refletir e ressignificar. O professor diante disso, deverá refletir sua prática partindo de teóricos e ações, as quais visem investigar e agir para solucionar ou diminuir desafios e problemas.

Ainda de acordo com os autores o professor investigador, crítico e reflexivo fica mais evidente por meados do 1990, pois os pensamentos dos professores são mais levados em consideração, mas nem todo século XX foi assim. As décadas de 70 e 80 o cenário da educação, e por consequência, a formação dos professores de matemática eram voltadas para atender de forma tecnicista e tradicionalista, até mesmo os cursos de capacitações: descontínuo, as tecnologias e metodologias eram desatualizadas, ou seja,

formar profissionais que formem alunos passivos para atender as necessidades burguesas. Os interesses educacionais ainda são os mesmos, a diferença é que agora, o discente e o docente devem ser ativos, críticos e independentes.

O conhecimento profissional do professor atingirá tanto de forma negativa, quanto positiva na vida de muitos alunos, isso está a depender de como ele agirá em sala. Santos (2020), diz que o processo de formação inicial de matemática, a licenciatura em matemática, permite um conhecimento mais amplo, o que contribui bastante para o desenvolvimento profissional. Entretanto, o aprendizado anterior, a formação inicial ou primeira formação, de acordo com Zanon (2011), não é suficiente para atender todos os aspectos necessários educacionais, por esse motivo a importância da formação contínua.

Em algumas formações, não se atentam as didáticas, passam todo o conteúdo, mas os métodos para aplicá-los não são muito levados em consideração. E vale lembrar, alguns professores formados na década de 70 e 80, hoje são responsáveis pela formação de futuros educadores para atuar no século XXI. E ao decorrer do tempo surgem novos saberes, ideologias, metodologias, leis e desafios. Métodos utilizados em séculos anteriores, não são mais cabíveis na sociedade atual. Por isso, é necessário a ampliação e consolidação da formação docente para o profissional exercer bem seu papel como educador e formador.

De acordo com Ponte (2014), o docente que ensina matemática deve ter o domínio do conteúdo, como também atender competências didáticas e humanizadas capazes de lidar com os desafios cotidianos e uma boa harmonia no ambiente de trabalho, para isso não basta apenas uma formação, mas estar em constantes buscas, estudos e pesquisas para os aperfeiçoamentos de suas práticas. Com isso, o autor destaca problemáticas que envolvem a formação inicial e contínua, entre elas estão as escolhas de conteúdos necessários, as formas de ações, avaliações, o tempo e os recursos.

Santos (2020), diz em seu estudo que é necessário investimento das políticas públicas no desenvolvimento profissional dos professores de matemática, autonomia para opinar e analisar os currículos, os métodos, as políticas e os recursos. A educação precisa atender as necessidades metodológicas de alguns educadores matemáticos. Day lista em seus estudos os fatores que contribuem para o desenvolvimento profissional do educador: as experiências em sala intelectuais e emocionais; seu percurso profissional e pessoal; condições e contextos sociais, culturais e políticos; reflexões; diálogo com a comunidade escolar; identificação das suas necessidades e consciência do seu papel.

A prática também é vista como um processo formativo. As experiências e vivências profissionais e pessoais são contribuintes para a formação do professor, já que durante esse processo conhecem a realidade da educação. Uma forma também é em conjunto, além do individual, a busca coletiva, troca de conhecimento, permitir que outro educador sugira dicas ou informações construtivas de métodos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e o crescimento profissional.

Ponte (1994), o desenvolvimento profissional do professor está ligado entre teoria, reflexão e ação. O autor em sua obra no ano de 2014, diz que o professor precisa conhecer a realidade e o perfil dos seus alunos. A matemática é ensinada para crianças, adolescentes e adultos para cada etapa o docente precisar ter aprimorada a capacidade de diferenciar sua postura, tratamento, linguagem e metodologia a ser trabalhada com cada um, ou seja, o professor deve atender os seus “clientes” de acordo com sua idade.

Zanon (2011), disserta que a matemática é um dos componentes curriculares que mais retém os estudantes e sugere com base em seus estudos que os cursos de formação continuada devem complementar a primeira formação dos professores que lecionam matemática, debater sobre a organização e o currículo da matemática, refletir sua função como educador, ver a matemática como construtora de um cidadão crítico e autônomo diante do contexto social. E o professor para ter sucesso em sua atuação como educador e formador, precisará estudar e pesquisar, pois para promover uma boa aprendizagem e ensino para os educandos, o profissional é importante estar bem capacitado e habilitado.

IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES MATEMÁTICOS

“O professor é hoje visto como um elemento-chave do processo de ensino-aprendizagem. Sem a sua participação empenhada é impossível imaginar qualquer transformação significativa” (PONTE, 1994, p. 9). Para Day (2001), os professores são os maiores responsáveis pelo funcionamento da escola. Eles estão diretamente ligados a educação e construção dos conhecimentos dos estudantes. Por isso, é importante o bem-estar e o apoio ao desenvolvimento profissional. Com isso, o professor poderá desenvolver maneiras de atrair o aluno para o estudo, principalmente para o docente matemático, onde o desafio é maior. A matemática por ser vista como disciplina chata e enfadonha por muitos alunos, eles sentem uma dificuldade maior em absorver os

conteúdos, algumas vezes os alunos não conseguem vincular com a sua realidade. A matemática está diretamente ligada ao raciocínio lógico, criticidade, investigação, resolução de problemas, contas do dia a dia, espaços, estruturas, medidas e quantidades.

O desenvolvimento profissional contínuo do professor ajudará para acompanhar as mudanças e evoluções sociais que estão em constante acontecimento. Inclusive, ao adquirir novos conhecimentos além do amadurecimento profissional, contribui para o amadurecimento pessoal. Sem falar nos benefícios financeiros, com o aumento de salário. Segundo Ponte (1994), o desenvolvimento profissional do professor de matemática está ligado ao gerenciamento da sua sala de aula, métodos de ensino, atenção as necessidades e particularidades dos seus discentes e aos recursos utilizados. Contudo, antes de atender as necessidades e particularidade da sua sala de aula, o docente precisa identificar as suas, da sua profissão e a organização da instituição escolar.

Day (2001), a gestão também precisa estar ciente da importância da formação e capacitação dos seus docentes. Ela deve sempre buscar formas para evolução e melhoria da qualidade de ensino ofertada pela escola, o investimento, motivação e incentivo para os professores garante uma valorização e reconhecimento da sua importância. É claro, não adianta oportunizar, o profissional precisa de um comprometimento e disposição para a sua reflexão, e mudar as práticas que considere antiquadas. O desenvolvimento profissional e pessoal não ocorrerá sozinho, além do professor, toda a comunidade escolar deve participar.

Ponte (2014), para despertar o interesse profissional, as capacitações devem contemplar conforme seus interesses e desafios, é importante ouvir as necessidades do docente para atender. Oportunizar os recursos e espaços necessários para o educador aplicar seus novos saberes métodos adquiridos durante sua formação.

Santos e Couto (2020), explica que também é preciso a disponibilidade na carga horaria para o professor possuir tempo para se dedicar a formação. O que abre um espaço para a questão da remuneração dos professores. Um dos incentivos para a busca do desenvolvimento profissional é o aumento salarial. Entretanto, alguns estão atolados em trabalhos o dia inteiro que alegam a falta de tempo como um empecilho para uma nova capacitação.

O docente precisa ensinar muito mais que o conteúdo, ele é responsável em preparar o ser humano para o convívio em sociedade. Ponte (2014), o educador é obrigado a articular-se entre os objetivos institucionais e sociais na formação, os quais de

acordo com a época e os interesses estão em constante alterações. Existem conhecimentos absorvidos em um espaço de tempo curto, outros levam a vida inteira para serem construídos. Existem também os conhecimentos que mudam conforme a busca de informações. O que apenas reafirma a ideia de que o conhecimento científico é algo mutável, o ser humano está em busca de evolução constantemente.

Ainda assim, existem profissionais da matemática que se recusam a mudar seus métodos e optam por metodologias tradicionais. Para Ponte (2014), o que resulta para a geração atual uma aula chata e cansativa, um exemplo, a tecnologia. Para o docente matemático, as tecnologias de informações e comunicações podem ser ferramentas poderosas para diminuir o tédio das aulas. Sem abandonar os recursos convencionais (régua, calculadora, transferidor, compasso e entre outros), como também, jogos online, pesquisas online, vídeos, fotos, pesquisas e entre outros.

Para a utilização desses recursos, o professor precisará pesquisar e estudar para saber lidar e nortear os alunos durante a realização das atividades. Além das tecnologias, a educação atual permite o debate de questões sociais, políticas, culturais, religiosas e entre outras. Essas diversidades estão dentro das salas de aulas brasileiras. E mais uma vez o educador precisa se adequar, aprender a lidar com essas diferenças e falar sobre essas diferenças. As questões emocionais é algo que o professor de qualquer componente curricular precisa estar atento.

Conforme Ponte (1994), o desenvolvimento profissional está dividido em aprendizados formais como cursos, palestras, oficinas, especializações e entre outras. E os informais que são as trocas de experiências e as vivências em classe. Em relação ao professor que leciona matemática, o autor evidencia que deve existir uma valorização e reflexão do componente curricular com a realidade sua execução. Ambos são complementares para a construção profissional e pessoal do professor como também para atender as exigências do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matemática é uma disciplina muito importante para a construção do ser humano para viver em sociedade. Por isso, é importante estar atento a forma com que os conhecimentos matemáticos estão sendo passados e absorvidos pelos discentes. Os professores precisam estar atentos para o desenvolver metodologias as quais chamem a

atenção deles. Entretanto, antes dos docentes passarem seus conhecimentos, eles precisarão refletir se estão aptos para isso. Antes de atender as carências da sua classe, ele deve identificar as suas. A primeira formação para um professor é apenas um “pontapé” inicial para o desenvolvimento profissional e pessoal, seu desenvolvimento ocorrerá de acordo com os seus estudos ao longo de toda sua vida pessoal e profissional.

O conhecimento docente está constante aprimoramento principalmente, para o docente matemático que precisa estar sempre reinventando para dinamizar a aula, claro que existem alguns que não se atentam a isso, e preferem métodos mais tradicionais. Para uma educação de qualidade é importante investir, os professores são os responsáveis diretos por ela, eles estão em contato com os alunos, estão à frente. Por esse motivo, o investimento na capacitação dos professores, a disponibilização de cursos, palestras, oficinas ou especializações as quais atendam às necessidades e interesses.

Para o processo de ensino-aprendizado acontecer de maneira produtiva, é importante um vínculo entre docente e discente, contudo, essa relação fica complicada quando o educador não compreende o perfil da sua turma, não está adequado a ela. Métodos antiquados não atendem mais as necessidades da geração atual. Então cabe ao professor identificar o problema, refletir diante da sua atuação, buscar respaldo em teóricos ou em experiências anteriores e através disso agir. Através dessa investigação inicia-se a construção profissional e pessoal, as experiências cotidianas presenciadas em sala de aula são maneiras informais de obter novos saberes.

Para o professor de matemática o desafio é muito maior, pois o aluno tem uma convicção de que o componente curricular é muito complexo e chato. E ainda existem profissionais que gostam de repassar essas ideias. A resolução desses problemas que surgem a partir das perspectivas de alguns alunos será pelo professor. Um professor com um domínio do seu conteúdo saberá explicar aos alunos os momentos os quais a matemática estará presente de forma direta e indireta em sua vida. Além de capacitado para identificar a melhor metodologia para a aplicação do conteúdo e preparado para refletir diante dos seus erros e acertos. Disposto a oferecer o seu melhor.

REFERÊNCIAS

DAY, C. **Desenvolvimento Profissional de Professores: O desafio da Aprendizagem permanente.** Porto: Porto Editora, 2001.

FIorentini, Dário; NACARATO, Adair Mendes. **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática**: investigando e teorizando a partir da prática São Paulo: Musa Editora; Campinas, SP: GEPFPM-PRAPEM-FE/UNICAMP, 2005.

SANTOS, Luciano Melo; COUTO, Maria Elizabete Souza. Desenvolvimento Profissional de Professores que Ensinam Matemática: A Visão da Gestão Escolar. Colloquium Humanarum. **Presidente Prudente**, 2020. ISSN: 1809-8207, 17, 280–297.

PONTE, João Pedro da. **Formação do professor de Matemática**: perspectivas atuais. In: Ponte JP (Org.). Práticas profissionais dos professores de Matemática. Lisboa, 2014.

PONTE, João Pedro da. O desenvolvimento profissional do professor de Matemática. **Educação e Matemática**, n.31, p. 9-12 e 20, 1994.

SANTOS, Náldia Paula Costa Dos. **Processo de Desenvolvimento Profissional de Professores de Matemática para a Aprendizagem da Docência e suas Contribuições à Prática Educativa**. Teresina, 2020. 205 p. TESE (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

ZANON, Thiarla Xavier Dal-Cin. **Formação Continuada de Professores que Ensinam Matemática**: O Que Pensam e Sentem sobre Ensino, Aprendizagem e Avaliação. Espírito Santo, 2011. 300 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

Capítulo 18
ÉTICA, GESTÃO E LIDERANÇA NA PERSPECTIVA DE
MÁRIO SÉRGIO CORTELLA: UMA VISÃO
CONTEMPORÂNEA

Valéria Amorim Torres
Sileide Mendes da Silva



ÉTICA, GESTÃO E LIDERANÇA NA PERSPECTIVA DE MÁRIO SÉRGIO CORTELLA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

Valéria Amorim Torres

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser, Remanso Bahia. E-mail:
valeriaamorimtorrespedagogia@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação Em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail:
sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

RESUMO: O referido projeto suscita análises baseadas no livro “Qual é a tua obra?” do estupendo professor e filósofo Mário Sérgio Cortella que é uma referência na área da Educação e comunicação. Com o intuito de sugerir provocações filosóficas sobre a tríade de pensamento proposta pelo autor: gestão, liderança e ética, essa pesquisa se posiciona de forma objetiva, focando em fundamentos imprescindíveis relacionados à postura de um líder, além de uma gestão eficaz e eticamente correta. O objetivo principal é levantar informações que esclareçam como o líder deve se posicionar frente aos desafios e sua equipe, sendo integrada a proposta de despertar união no trabalho em equipe. Válido também, destacar um tema que é discutido em Filosofia, a ética. Sugere pensar nos princípios e nos valores que regem o comportamento humano. Assim, o referido projeto é um subsídio que busca evidenciar a gestão de uma perspectiva inspiradora e os frutos da mesma partindo da ideia do todo.

Palavras-chave: Gestão. Ética. Liderança. Inovação. Habilidades.

INTRODUÇÃO

Fundamentando o valor dessa pesquisa nas análises do estupendo professor e filósofo Mário Sérgio Cortella, foi possível reafirmar conceitos voltados à realidade educacional que conversam diretamente com o processo de gestão, liderança e ética, sendo que os mesmos formam uma tríade de equilíbrio das relações sociais.

Cortella faz provocações filosóficas relacionadas à vida pessoal, ao mundo de trabalho e às relações de poder partindo de abordagens conceituais simples. Todas as informações utilizadas para a produção teórica desse projeto foram embasadas e aperfeiçoadas na perspectiva de um de seus livros que retratam esses termos de forma magnífica, “Qual é a tua obra?”. É uma reflexão válida, principalmente diante da nova era digital que exige antes de tudo a capacidade de pertencimento e autogestão, e só assim será possível deixar um legado e uma história em qualquer contexto que se esteja inserido.

A indagação inicial sugere pensar o conceito da ética, da gestão e da liderança no panorama que engloba vários questionamentos que conversam com o campo filosófico, se constituindo da seguinte maneira: No campo do mundo corporativo, quais competências formam um líder de excelência, cujo principal foco é elevar sua equipe e se enxergar na obra?

A ideia é transmitir a noção de que cada indivíduo é dono do seu próprio tempo, da sua história e do legado que pretende construir, partindo de princípios básicos para uma boa relação em sociedade, pois segundo ele a Obra de um sujeito é construída em parceria com as relações que são construídas ao longo da vida, seja na família, no trabalho ou com as pessoas. E para tanto, é importante ressignificar as razões e buscar sentido constantemente como forma de aproximar a espiritualidade ao mundo de trabalho.

Portanto, o objetivo geral é salientar indagações propositivas relacionadas ao mundo do trabalho, especificamente no que diz respeito a postura de um líder de sucesso, suscitando o levantamento de qualidades que são imprescindíveis na postura de um gestor quando o intuito é elevar a equipe. Do mesmo modo que considera apresentar colocações relacionadas à noção do mundo de trabalho em uma abordagem que transpassa do modismo automático e deve seguir o princípio da espiritualidade e pertencimento, e por fim é proposto novas abordagens, apresentando o conceito da ética em um panorama que se configura interligado com os conceitos de gestão e liderança.

O referido trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica que se teve como principal instrumento de busca de informações e estudo conceitos filosóficos apresentados no livro “Qual a tua obra?” do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella que é uma referência quando o assunto é Educação.

A IDEIA DE TRABALHO

Traduzindo o significado de trabalho, em latim o mesmo é conhecido como “tripalium” que quer dizer instrumento de tortura, ou seja, por muito tempo a noção de trabalho esteve vinculada a algo que requer um sacrifício, como um fardo. Na Grécia Antiga, por exemplo, o trabalho era menosprezado pelos próprios cidadãos. Platão afirmava que as práticas das diversas profissões eram extremamente desgastantes. No cristianismo também é possível identificar essa ideia, sendo o mesmo associado à uma prática de punição para o pecado.

É notório que essa noção do trabalho como um ato de tortura perdurou por muito tempo, e sua consolidação como uma tarefa de valorização e construção de identidade foi alcançada na época do Renascimento. A partir dessa época, a concepção de trabalho ganha um novo significado “As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências”. (ALBORNOZ,1994). Fica evidente que a ideia de trabalho transcende a velha concepção de escravidão para uma ocupação que beneficia o homem e que agrega valor à sua vida.

Retornando ao significado da palavra “trabalho” que objetiva punir o homem, Cortella sugere substituir essa concepção que segundo ele é vulgar pela ideia de obra. Nesse ponto, ele menciona os antigos gregos que chamavam de poesis “Minha obra”. É a ideia de algo que é construído com amor, que é executado com orgulho e aquele que o faz se enxerga na própria obra, ou seja, é uma criação própria que beneficia tanto de forma individual como coletivamente.

A noção de trabalho, portanto, precisa ser entendida como algo pertencente à realidade para não tornar o sujeito alienado, pois quando o conceito de alienação alcança o sujeito é devastador porque isso condiz com a noção de não pertencimento. E quando eu não me pertencço, eu não tenho reconhecimento (CORTELLA, 2017).

Hoje é notório que a vida moderna exige muito das pessoas e sempre prevalece aquela famosa ideia “Não estou me encontrando naquilo que faço” e isso acontece quando o trabalho se torna algo fora do contexto e da ideia que Cortella enfatiza, o pertencimento. Por isso, há a necessidade de reconhecer as razões do trabalho e se enxergar na obra.

E trazendo essa noção de pertencimento à obra ao mundo de trabalho da liderança, especificamente no contexto de líder, é importante ressaltar que liderança é uma virtude, portanto uma das principais atribuições de um bom líder é agregar valor à obra coletiva e inspirar a equipe. O ser humano não nasce líder, mas se torna líder nos relacionamentos de vida com os outros (CORTELLA, 2017). E essa competência exige necessariamente pertencimento, humildade (Saber que não é o único que sabe) e satisfação (Satisfazer a obra e aqueles que estão envolvidos).

LIDERANÇA

É relevante iniciar esse tópico trazendo um posicionamento que diz respeito à arte de liderar, pois já dizia Cortella “Liderança é uma virtude, e não um dom.”, ou seja, pode ser adquirida por qualquer pessoa. Desse modo, é preciso disciplinar os princípios e atribuir sentido ao que está sendo executado. Isso pode ser feito com questionamentos simples: Qual razão social está ligada em trabalhar nessa área? Qual o papel de uma pessoa enquanto gestor e ser humano? A obra está sendo coletiva? Esses e outros questionamentos são necessários, principalmente se a intenção de fato for ressignificar a obra e os efeitos da mesma.

É importante reconhecer que o papel de um líder é muito mais amplo e abrangente do que a concepção que muitos têm no mundo da liderança, porque perpassa e compreende uma dimensão que realiza a si e ao entorno. Uma das atribuições de um líder é trazer reflexões do contexto de trabalho e esclarecer de modo coletivo as demais instâncias do mundo de trabalho, levando em consideração que ele não é o único a saber. Isso é muito necessário

O ato de liderança depende da circunstância, do momento e do desafio porque uma pessoa não consegue ser líder em todas as ocasiões, e esse é mais um pilar da arte de liderar: Reconhecer que não sabe tudo. Um líder precisa obter a capacidade de progredir com êxito sua equipe diante dos fatos e dos momentos. Cortella atribui que não existe líder nato, isto é, não se pode acreditar na ideia que uma pessoa já nasceu com todas as atribuições necessárias para liderar, porque é algo que é construído diariamente. “Você não nasce líder, você se torna líder no processo de vida com os outros” (CORTELLA, 2017).

Desenvolver essa virtude requer construir um forte elo e se desprender das armadilhas que segundo ele representam um alto risco para a liderança, são elas (CORTELLA, 2017).

1. A armadilha do mesmo: que seria fazer tudo sempre da mesma forma. Uma pessoa que vive no passado e não é capaz de romper seus próprios limites e contornos para ir em busca de novas aptidões. Essa pessoa, portanto, se torna automática, repetitiva e ultrapassada. Há uma grande diferença entre algo que remete ao passado e que merece ser registrado e guardado e aquilo que não agrega e que merece ser descartado e esquecido. É nessa perspectiva que um excelente líder deve planejar e executar sua prática, possuindo a clareza de se desprender do arcaico e se fortalecer na nova era de informações.

2. Síndrome do General Sedwick: Essa outra armadilha que Cortella mencionou, representa uma história que aconteceu durante uma guerra civil norte-americana, de modo resumido, esse general morreu vítima de um tiro no olho esquerdo no momento que observava os soldados inimigos numa distância considerável. Essa história reflete algo que acontece muito nos dias atuais, isso pode ser associado ao conceito de liderança no sentido de reafirmar o que já foi mencionado anteriormente: Nem sempre chefe é líder. Liderança é a arte de inspirar. Chefia está relacionado com uma atribuição hierárquica.

3. Um líder de valor não pode em nenhuma das hipóteses afirmar que é invulnerável, porque essa afirmação causa conforto e conformidade. Lembrando que zona de conforto é acomodação. Acomodar é perecer, por isso o ato de liderar está intrinsicamente ligado à humildade. Uma pessoa humilde reconhece que há outras formas de pensar e respeita. O contrário de uma pessoa arrogante que descarta os demais modos de ver o mundo. Em outras palavras, é o que acaba gerando a satisfação que conseqüentemente desencadeia a acomodação.

Há muitos líderes que infelizmente estão presos ao arcaico e essas duas armadilhas citadas são exemplos claros disso. Um indivíduo preso ao tradicional e ao arcaico não consegue enxergar o outro porque sua arrogância e certeza absoluta não o deixa perceber que há outros saberes e formas de pensar, e por isso o mesmo executa sempre suas tarefas de forma monótona. Já dizia Guimarães Rosa, o animal satisfeito dorme.

Por isso, é importante buscar constantemente satisfazer a obra coletiva e não parar no meio do caminho, não acomodar. A satisfação paralisa, adormece, entorpece (CORTELLA, 2017).

É preciso ter cuidado com pessoas acomodadas e que não tem dúvidas, porque aquele que é isento de dúvidas não avança. Excelência não é um lugar que você chega. Excelência é um horizonte. (CORTELLA, 2017).

Ou seja, quando uma pessoa considera que chegou à excelência, nesse dia ela acomoda. É preciso ter cuidado com as certezas, principalmente da invulnerabilidade. Nesse ponto Vygotsky (2008), expressa isso muito bem através da seguinte citação: “Na ausência do outro, o homem não se constrói homem”. Isso sugere olhar para o outro como alguém que vai contribuir para a aquisição de novos saberes e conhecimentos.

COMPETÊNCIAS IMPRESCINDÍVEIS NO UNIVERSO DA LIDERANÇA

Na teoria, um bom líder é aquele que antes de tudo representa a inspiração para sua equipe e se integra às suas atribuições fazendo com que o trabalho se encaminhe com êxito, e de fato a equipe tenha propósito e satisfação com seus afazeres. Mas para tal, é necessário perceber se essas atribuições são reais na prática, e para isso acontecer, alguns atributos são essenciais na personalidade daquele que está trilhando o percurso da liderança. Cortella (2017), destaca esses segmentos da seguinte maneira:

1. Abrir a mente: Isso quer dizer, se encontrar em uma busca incessante por conhecimento. Reconhecer que não é dotado de todos os saberes e que não domina todos os conhecimentos. Esse é o primeiro passo. É notório que a era digital acelerou o processo da vida em sociedade, e hoje, em função dessa variedade de informações que são disseminadas cada vez mais rápido, as pessoas vivem no monótono.

Então, a primeira competência daquele que se diz líder é abrir a mente, se atentar às informações e à evolução da sociedade. Já dizia o chinês Charlie Chan (2021) “Mente humana é como paraquedas, funciona melhor aberta”.

2. Elevação de sua equipe: Essa competência é estupenda porque aqueles que estão sendo comandados e orientados precisam crescer em equipe, portanto é papel de um líder elevar sua equipe. O crescimento precisa acontecer em conjunto. O líder cresce, mas a equipe precisa crescer junto, caso contrário, não se trataria de uma relação de elevação, mas de subordinação no sentido de hierarquia.

Para especificar melhor, tem uma frase que define o seguinte pensamento: “Quem não nasceu para servir, não serve para viver”.

Essa indagação leva à uma reflexão no sentido de reconhecer que aquele que busca somente benefício próprio ao invés de se doar ao outro, ao todo é um posicionamento que exige ser descartado. E a noção de poder deve ser analisada dessa forma e seguida sempre na perspectiva do todo.

3. Recrear o espírito: Uma equipe elevada resplandece harmonia e é sinônimo de força e união. Um ambiente de trabalho precisa representar essas características.

4. Inovar a obra: Refere-se à capacidade de inovação propondo a ideia de estar aberto a desafios e novas alternativas, o que remete também a noção de se desprender da mesmice, buscar inovações e novos métodos a fim de incorporar novas abordagens no manuseio de trabalho da equipe.

5. Empreender o futuro: Essa ideia remete a pensar que o ser humano não nasce pronto e que não é dotado de todas as habilidades possíveis. Como Cortella define que o homem nasce não pronto e vai se fazendo ao longo da vida mediante a busca, a pesquisa, o pensamento crítico e a capacidade de compreensão.

ÉTICA

Para iniciar, é importante destacar o conceito de ética, e o seu significado está atrelado a três perguntas básicas: Quero? Posso? Devo? Esses três questionamentos representam o norte da concepção de ética na contemporaneidade.

A palavra ética deriva do grego *ethos*, e significa “hábito”, “comportamento” ou “modo de ser”. Partindo dessa análise, fica evidente que são os princípios básicos de um cidadão. A ética é o conjunto de valores e princípios que são usados e referem-se à conduta de um cidadão em sociedade, isto é, quais são os princípios que o fazem agir de determinada maneira. Moral é a prática desses princípios (CORTELLA, 2017).

A ética exige que haja a união com o todo, é como afirma Platão no livro sétimo da obra “República” que as pessoas analisam as aparências daquilo que é honesto, descente e sincero. Ele faz uma referência com o que os gregos chamavam de hipócritas, sendo aqueles que não se revelavam. Essa é uma das armas mais poderosas do ser humano, permanecer no oculto. É preciso sair da sombra e essa noção de revelar é uma questão necessária no campo da ética. O ser humano é o único animal racional capaz de questionar suas ações, e quando isso acontece trata-se da experiência viva com a ética, é um processo

que perpassa com o questionamento quando utilizado para se referir aos princípios e aos valores que dizem sobre a conduta social.

Cortella (2017), também menciona que a ética só existe porque os homens e mulheres vivem em sociedade e sendo assim, precisam se conectar e estabelecer relações: “Se eu fosse sozinho, não existiria a questão da ética. Afinal, a ética é a regulação da conduta da vida coletiva”.

O ser humano costuma agir por instinto e a ética serve para atribuir um caminho daquilo que é feito, e por isso responde às três perguntas mencionadas anteriormente: Quero? Posso? Devo? Essas perguntas representam um norte, por exemplo, há momentos que você pode até estar disposto e querer algo, entretanto você tem consciência que não deve, ou ainda, que você deve fazer algo, mas não pode. É notório, que essas perguntas estão entrelaçadas e andam juntas, e quando há um conflito entre ambas, surge o que Cortella caracteriza como dilema. O dilema refere-se a ideia de querer os dois, isto é, os dois podem ser escolhidos, mas somente um é considerado correto do ponto de vista ético.

A integridade é um dos fundamentos mais relevantes, na verdade, pode ser considerada como um princípio daquele que pretende não apequenar a vida, porque a integridade transcende a honestidade e a sinceridade, e quem é dotado desses atributos possui clareza de seus valores e princípios, assim é mais fácil lidar com os dilemas.

LEMBRA-TE QUE ÉS MORTAL

Considerando uma das principais atribuições de poder, que por sua vez é servir, pois um poder que se serve ao invés de servir, é um poder que não serve (CORTELLA, 2017). É preciso romper pensamentos que são enraizados na nossa sociedade e se fundamentaram na concepção daquele que vale mais e daquele que vale menos, isto é, apequenar o outro por causa da cor da pele, do dinheiro que tem, do cargo que ocupa, das suas origens.

Essa postura revela diretamente o reflexo da ética, e alguns questionamentos respondem essa conduta: O que representa o ser humano? O que o faz achar melhor que o outro? O que o faz questionar “Sabe com quem está falando?”. Esse último questionamento provoca uma reflexão filosófica muito profunda e abrangente, é genial um comentário de Cortella (2017) no qual revela a insignificância do ser humano em relação à grandeza do universo:

Você é um entre 6,4 bilhões de indivíduos, pertencente a uma única espécie, entre outras três milhões de espécies classificadas, que vive num planetinha, que gira em torno de uma estrelinha, que é uma entre 100 bilhões de estrelas que compõem uma galáxia, que é uma entre outras 200 bilhões de galáxias num dos universos possíveis e que vai desaparecer. É por isso que todas as vezes na vida que alguém me pergunta: 'Você sabe com quem está falando?', eu respondo: 'Você tem tempo?'

Essa reflexão exuberava a noção de apequenar a vida. Quem é o ser humano para achar que é o topo e os outros são menos? O ser humano é frágil. Fernando Pessoa (2020), disse uma vez que o “homem é um cadáver adiado”, isso é uma verdade a ser considerada e que reforça mais ainda que a vida é muito curta para ser desperdiçada com atitudes banais. Aparício Torelli (2017), recebeu destaque quando disse “A única coisa que você leva da vida é a vida que você leva”. Essa reflexão cerne a um questionamento: Que vida você leva? Quando há essa busca por sentido e perguntas dessa grandeza, há um outro questionamento que caminha nessa mesma direção e que merece ser discutido “Qual é a tua obra?”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a noção de trabalho atrelada ao princípio de sacrifício precisa urgentemente ser substituída por um novo diferencial, conceito esse que ao invés de representar um fardo, agregue na vida profissional e também pessoal, despertando um novo olhar e a capacidade de se enxergar na obra, como propõe Cortella.

Para isso, conceitos como a espiritualidade precisam fazer parte do mundo corporativo e principalmente na personalidade de um líder, este que deve possuir a capacidade de se reconhecer na obra e edificá-la constantemente. No referido trabalho foi possível detalhar algumas dessas atribuições e considerar que um líder é inspirador quando consegue ser de fato um referencial e levantar sua equipe, atrelar união, produtividade e parceria. Só assim novos caminhos serão trilhados.

Considerando todas as reflexões salientadas pelo estimado professor e filósofo Mário Sérgio Cortella, conclui-se que a vida não deve ser compreendida apenas como uma existência onde as pessoas vivem à mercê do sistema capitalista e de forma maciça. É necessária uma vida com propósito e que não se resume ao modo de alienação automatizado, como é salientado pelo professor “passar pela vida somente”. Todos as

abordagens expressas propõem relacionar temas como a espiritualidade, a capacidade de cuidar de si próprio e do outro como alternativa de elevar a vida, ao invés de diminuí-la. Evidenciando o conceito de poder, cujo principal atribuição é servir, principalmente quando associado à ética.

Por fim, mediante o desenrolar teórico desse trabalho, é necessário inicialmente considerar que a lição que deve ser transmitida e internalizada é a seguinte: Na abordagem relacionada à obra, é imprescindível buscar satisfazê-la e se enxergar nela, considerando virtudes essenciais que partem dos valores que fundamentam os princípios éticos e influenciam a conduta. Ter a capacidade de estar apto a aprender sempre, ser humilde e resiliente, considerar a própria grandeza como ser humano ser desprezar a do outro, saber que não sabe todas as coisas, e principalmente para um líder, ser capaz de inspirar e elevar sua equipe. Assim sendo, a pergunta que merece ser feita no final da aquisição de todas essas habilidades, “Qual a minha obra?”.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mario Sergio. **Por que fazemos o que fazemos?** São Paulo: Planeta, 2016.

Fernando Pessoa. 2020. **O homem é um cadáver adiado.** Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/o-homem-e-um-cadaver-adiado-fernando-pessoa-e-o-rh>> Acesso em: 20 out. 2022.

CORTELLA, Mario Sergio. **Viver em paz para morrer em paz: se você não existisse, que falta faria?** – 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?:** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 25. ed. revista e atualizada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Capítulo 19
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS NOS ANOS INICIAIS
Samuel dos Santos Nascimento
Sileide Mendes da Silva



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS NOS ANOS INICIAIS

Samuel dos Santos Nascimento

Estudante do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (Remanso Bahia), Funcionário Público. E-mail: samuel.rso.ba@gmail.com.

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPi) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo buscar meios que possam contribuir para a construção da leitura e escrita, pois é considerável que o docente desenvolva o uso da leitura e da escrita, empregando variados portadores de textos, que possuam diversos gêneros textuais, como leitura de jornais, revistas, anúncios, realizações de cartas, bilhetes, para que assim a criança seja capaz de exercer ação ao mundo letrado, prontamente no começo de seu trajeto escolar. É uma situação essencial, que o educador aproveite as práticas de leitura e escrita no convívio escolar, o convívio com diferentes portadores de textos. O conhecimento dos textos pelos discentes irá estimular a reproduzirem a prática de aprofundar no mundo letrado com mais propensão. Assim, os discentes estarão sendo preparados para vivenciarem o mundo que os envolvem, compreendendo a forma correta de envolver o código e transmitir sobre ele. Ao utilizar o tema referente com práticas de leitura e escrita no cotidiano escolar, é possível notar a carência em desenvolver atividades pedagógicas para crianças que estão incluídas nos anos iniciais.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Família. LDB.

INTRODUÇÃO

Ao interpelar situações relativas ao desenvolvimento de alfabetização e letramento, interpreta-se que são andamentos indissociáveis que devem andar juntos, sabendo que alfabetizado é aquele discente que sabe o código escrito, possui conhecimento da leitura.

Dessa forma, o letramento determina a realização educativa de fazer progredir a aplicações de uso sociais de leitura e escrita em ambientes reais de uso, inicia-se uma metodologia ampla que forma o indivíduo hábil de manusear a escrita de forma definida em inúmeras circunstâncias sociais.

A edificação da linguagem escrita na criança realiza parte de seu procedimento completo, se dá como uma função contínua de realização cognitiva por meio de introdução no universo da escrita pelos convívios sociais e orais, considerando a aceção que a escrita tem na sociedade.

A família também conseguirá cooperar com as rotinas de leitura e de escrita, estimulado o afeiçoamento das crianças em seu ambiente familiar, para quando forem introduzidos na escola, possam discorrer o trabalho com mais habilidade, ganhando logo no início da aprendizagem, o prazer pela leitura e pela escrita.

Justifica-se a expressividade desse artigo em consequência da veracidade vivenciada pelos alfabetizadores, pela comunidade e pelas políticas públicas, tal condição posiciona o educador frente da indispensabilidade de retratar sobre os procedimentos pedagógicos que são impulsionados nas práticas que conduzam a aprendizagem da leitura e da escrita.

Fundamentando-se nesse conhecimento, é primordial refletir o papel da escola como local onde as práticas de letramento se organizam e se determinam, através dos usos sociais, trazendo em valorização que a vivência e a colaboração em atos de letramento podem despertar as habilidades de aprendizagem, mas principalmente nas turmas, do 1º ano 3º ano dos Anos Iniciais.

Com base nas colocações acima, surgiu o problema: Qual a melhor maneira para se alfabetizar e letrar uma criança?

Desenvolvendo esses dois processos no meio escolar de maneira incorporada para que os alunos possam efetivamente colocar em prática, não somente a leitura e a escrita, como também, todas as outras capacidades que esses procedimentos possam lhes ofertar.

Precisa-se alfabetizar na perspectiva interdisciplinar considerando as práticas pedagógicas uma didática avançada e dinâmica, compreendendo a subjetividade e a individualidade do alfabetizando. Além de buscar o máximo explorar o conhecimento de leitura e escrita que o discente traz do seu meio social, assim com propostas inovadoras, bem como um educador com práticas pedagógicas diferenciadas oferecendo estímulos.

Neste sentido, um ambiente alfabetizador com um cantinho da leitura, fichas e cartazes, pode auxiliar muito.

O trabalho traz como objetivo geral: Compreender o processo que envolve o ensino de leitura e escrita numa perspectiva de alfabetização e letramento no que diz respeito as principais leis da educação na aquisição da língua escrita em uma visão de alfabetizar letrando analisando alternativas didáticas para o desenvolvimento da ação pedagógica no processo de alfabetização e letramento.

Como objetivos específicos: Identificar a importância das variedades de textos aplicada no ambiente escolar para o desenvolvimento da alfabetização e letramento; relatar sobre o desenvolvimento da alfabetização e letramento que as crianças aprendem a ler e escrever pelas experiências que favorecemos a elas, e amplia as habilidades introduzidas na cultura e na interação social e descrever como a BNCC e as DCNs definem sobre alfabetização e letramento.

O início do estudo foi executado com a formação teórica sobre o tema priorizando-se por uma pesquisa bibliográfica cujos autores selecionados foram relevantes para a busca dos conhecimentos.

Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais

Na atualidade, estamos passando por momentos que nossa sociedade está vivenciando que as crianças chegam a ser introduzidas na Unidade Escolar com diferenciadas naturezas de filosofias em vínculo à cultura letrada. É considerável que o docente desenvolva o uso da leitura e da escrita, empregando variados portadores de textos, que possuam diversos gêneros textuais, através de leitura de jornais, revistas, anúncios, realizações de cartas, bilhetes, para que assim a criança seja capaz de exercer ação ao mundo letrado, prontamente no começo de seu trajeto escolar (KLEIMAN, 1995).

Criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá, repito, algo escrito, um quadro, uma paisagem, a sons, imagens, coisas, ideias, situações reais ou imaginárias (MARTINS, 1984, p. 34).

É uma situação de essencial resplendor que o educador aproveite as práticas de leitura e escrita no convívio escolar, o convívio com diferentes portadores de textos. O conhecimento dos textos pelos discentes irá estimular a reproduzirem a prática de

aprofundar no mundo letrado com mais propensão. Assim, os discentes estarão sendo preparados para vivenciarem o mundo que os envolvem, compreendendo a forma correta de envolver o código e transmitir sobre ele.

Ao empregar o tema referente com práticas de leitura e escrita no cotidiano escolar, é possível notar a carência de se ter uma base de leitura.

Para que o desenvolvimento de cada situação aconteça de maneira saudável e produtiva, é imprescindível que o processo de transição, de um campo para o outro, seja organizado de maneira a atender as necessidades e fornecer segurança física e psicossocial à pessoa que está vivendo essa transição (DRC, p.24, 2019).

Mas, é essencial atentar-se para que de nenhuma forma se ajuste em progressão automática, vetando que os alunos tenham seus caminhos escolares lentos ou descontinuados ou que sejam impulsionados para os anos de escolarização subsequente sem fortalecer os saberes fundamentais de leitura, escrita compreensão e produção textual. O relacionamento com o convívio social no desenvolvimento da alfabetização e linguagem beneficia a aprendizagem, assim fazendo que os discentes se tornem atores sociais que se relacionam com os signos e símbolos preparados socialmente.

Perante o exposto, pode-se entender que no Ensino Fundamental de Nove Anos, a ação pedagógica exige ser atribuída a novas dimensões no que importa o modo de avaliar a aprendizagem do discente, de forma que a criança de seis anos de idade está partindo para o crescimento de um conjunto de conhecimentos e habilidades, considerados cruciais para o procedimento de alfabetização e letramento.

[...] habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 2001, p. 92)

A linguagem e a alfabetização desenvolvem-se concomitantemente e influenciam-se mutuamente. O que as crianças aprendem ao ouvir e falar contribui para sua capacidade de ler e escrever e vice-versa.

Alfabetizar, nessa perspectiva, consiste na função social dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que corresponde à segunda etapa da Educação Básica, pois de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os três primeiros anos do Ensino Fundamental

abrangem crianças de 6 (seis) e 8 (oito) de idade e instituem um bloco destinado à alfabetização.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), determina que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever

Os três anos iniciais do ensino fundamental de nove anos constituem o ciclo da alfabetização e letramento e não devem ser passíveis de interrupção. É o que recomendam as novas diretrizes curriculares nacionais (DCNs, 2013).

É observado que existe uma diferença de um ano no que se trata de alfabetização, a BNCC traz que a alfabetização de uma criança deve ocorrer nos dois primeiros anos do ensino fundamental, já as Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs informam que a alfabetização deve ser desenvolvida nos três primeiros anos do ensino fundamental, será que isso tem ocorrido de acordo com a lei, todas as crianças têm alcançado a alfabetização durante o período que a lei determina?

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996).

É a família que oferece os aportes afetivos e, sobretudo, meios, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu meio familiar que são absorvidos os valores éticos e humanitários e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É, também, em seu interior, que se desenvolve as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1988).

Dever da família e do estado, podemos observar que o primeiro nome citado na lei vem o da família, sendo a base principal para o desenvolvimento da alfabetização e letramento do educando, não podemos apenas através da escola transformar um cidadão, esse trabalho de alfabetização e letramento ele vai muito além de simplesmente de inseri-lo na escola e colocar toda responsabilidade na escola. Seus gostos, costume e personalidade começam a se desenvolver no seu ambiente familiar, quando os pais tiverem conhecimento dos seus deveres na formação de seus filhos podemos começar a mudar a situação crítica que encontramos nos dias atuais, quando falamos de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental.

Alfabetização e letramento são linguagens diferentes, no entanto, interdependentes e indissociáveis que devem se concretizar até o 2^a ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais segundo a (LDB 1996). Assim fazendo com que a discente conclua essa etapa e seja capaz, não apenas de codificar e decodificar letras, palavras e textos, mas fazer interpretações das circunstâncias e contextos diversos.

A alfabetização é necessária para se inserir na sociedade letrada, por isso, deve ser trabalhar de forma a alcançar o máximo desta aprendizagem, desenvolvendo práticas/experiências de leitura e escrita em situações matéricas e significativas. Isso nos permite afirmar que ser alfabetizado deve ser capaz de usar a leitura e a escrita como um mecanismo de tornar-se consciente da realidade e transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial compreender o desempenho de progressão do discente, de ensino e de aprendizagem de alfabetização e letramento e suas consequências no desafio da concentração e a avaliação do fazer cotidiano, como investigação de entender na fundição determinada entre a teoria e a prática. Os impedimentos encarados nesta dinâmica é procurar fortalecer e construir diferentes estratégias pedagógicas que ofereçam o desenvolvimento do sistema de Alfabetização e Letramento, proporcionando a aprendizagem considerável dos discentes.

Este estudo se traduz no reconhecimento da efetividade do prosseguimento de estratégias de ações apropriadas para assegurar o conhecimento da leitura e da escrita e para a estabilização do sistema de Escrita Alfabética e o êxito na alfabetização. Faz-se necessário a modificação da escola em local alfabetizador, influente em estímulos que instiguem atos de leitura e escrita, disponha entender o desenvolvimento da língua escrita, permitindo adequadamente seu uso social, e ofertem elementos que estimulem o discente a pensar.

No que se relaciona às práticas para adequação do conjunto de escrita alfabética, percebeu-se a influência de atividades estruturantes e alimentadoras, aprimoradas formas através de gêneros textuais diferentes, particularmente, receitas, contos, trava-línguas, cantigas, adivinhas entre outros.

Na referente convicção do ensinamento e aprendizagem do docente e o nível de compreensão profissional de que propõem sobre o processo de alfabetização, faz-se

essencial que para além da associação teoria e prática, a formação continuada, fomente a conhecimento do desenvolvimento de ensino e aprendizagem, de maneira que o docente possa projetar as aulas previamente, e possa interpor nas circunstâncias de aprendizagens a partir das carências evidenciadas, sinta-se parte complementares do sistema de alfabetização; aumente o leque de rendimentos de ensino e de aprendizagem; redimensione o exercer pedagógico; analise e aja sobre a autenticidade de forma que as aprendizagens se estabeleçam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular- BNCC**. Brasília, DF, 2017.

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR: Concepções, Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos iniciais e finais- Prefeitura de Lucas do Rio Verde, Secretaria Municipal de educação. Mato Grosso, 2019.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984

SOARES, Magda. A escolarização da leitura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M. BRANDÃO, H. M. B. MACHADO, M. Z. V. (org) **A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2. Ed. 2001. Pt. 1: cap. 1 17-48.

Capítulo 20
LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS
Zayne Nunes da Silva Lima de Almeida
Sileide Mendes da Silva



LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Zayne Nunes da Silva Lima de Almeida

Professora intérprete de LIBRAS no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia.

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail:

professorazaynenunes@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Professora e coordenadora pedagógica

no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia, Orcid. [https://orcid.org/0000-0002-](https://orcid.org/0000-0002-5833-2695)

5833-2695, Mestranda do Curso de Mestrado (Pós-Graduação em Formação de Professores

e Práticas Interdisciplinares) (PPGFPP) - Universidade de Pernambuco (upe), E-mail:

sileide.mendes@upe.br, sileidemendes.uneb@gmail.com

Resumo: Esse trabalho teve o intuito apresentar de forma resumida o contexto sócio-histórico dos surdos, analisando a contribuição da legislação na vida educacional dos surdos, refletindo de forma crítica se realmente o que está previsto na lei é colocado em prática nos dias atuais, se de fato os surdos têm recebido acessibilidade de qualidade nos ambientes sociais. Nesse processo, importantes agentes estão envolvidos sendo eles: O Estado, a família, a escola e a comunidade, pois segundo a Constituição Federal (1988) a educação e deve não somente do estado, mas também da família. Cabe a família, fiscalizar, investigar, analisar, estimular e ajudar os surdos a avançar no campo pedagógico. Na pesquisa foi possível perceber que são inúmeras as leis que amparam a pessoa com deficiências, e que os surdos nesse contexto tiveram importantes conquistas. Porém, observa-se que muitas dessas leis só estão no papel, pois não são colocadas em prática, e a fiscalização não é eficiente e muitas vezes inexistente para que de fato faça essas leis acontecerem. O estudo se embasou na história dos surdos pesquisadas por renomados escritores como SEGALA, STROBEL e GOES, assim como na legislação brasileira, artigos científicos, livros e textos oficiais do governo. Contudo, muito percalços foram encontrados nos textos analisados, em relação as singularidades dos surdos, e dos ambientes de aplicação, o que leva a ineficiência de muitas leis.

Palavras-chaves: Surdos. Legislação. História. Libras. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

Os surdos no Brasil passaram por diferentes períodos e diferentes processos sócio-históricos. Passou pelo período em que as pessoas com deficiência em alguns países eram exterminadas. Depois o período da exclusão ficando a par da sociedade, sem direitos. Já

no período da segregação não eram exterminados, mas continuavam separados da sociedade. No período da integração, os surdos ainda não tinham muitos direitos, e eles eram obrigados a se adequar a sociedade. Atualmente com a inclusão, observa-se que os surdos possuem vários direitos, e que a cada dia conquista mais oportunidades e valorização na sociedade.

Para a família do surdo, o diagnóstico da surdez traz uma carga de medo e estigmas, que na maioria das vezes não sabem como vão lidar com o filho surdo, não conhecem o potencial da pessoa com surdez, assim como não conhecem as inúmeras possibilidades dos surdos. Que os mesmos podem ter uma vida com autonomia, e construir uma vida estudantil, profissional e social, como qualquer pessoa sem limitação física. Desse modo, a família inicia a busca por informações e orientações de profissionais, principalmente da área da saúde, pois é onde recebem o diagnóstico da surdez.

Observa-se ainda um embate entre os profissionais da área saúde e da área educação onde a saúde orienta tratamentos para as possibilidades de fala, como: Implante coclear, aparelho auditivo, treino orofacial, leitura labial e outros treinos com fonoaudiólogos. Enquanto que os profissionais da educação buscam a correção dos problemas na comunicação, mas em uma perspectiva mais cultural, onde um indivíduo vai desenvolver uma identidade, fazer parte de um grupo, comunicar-se de forma eficiente através das línguas de sinais.

Em se tratando da educação de surdos, são recorrentes as indagações sobre as várias estratégias pedagógicas que foram desenvolvidas ao longo dos anos por surdos, educadores e pesquisadores, que estudaram qual melhor estratégia favorece a aprendizagem do sujeito surdo. Há tempo que se entende que a surdez não se apresenta da mesma forma em todos os surdos, sendo assim, as estratégias de ensino não poderiam ser de igual modo para todos os alunos surdos, pois suas necessidades específicas são diferentes.

É notória a preocupação atual quanto a pessoa com deficiência na escola, tanto por parte dos governantes, quanto pelos profissionais da educação. As políticas públicas têm se ampliado para atender a esse público, da mesma forma que a busca por formação pedagógica da área da educação especial tem aumentado gradativamente, os profissionais da educação estão cada dia mais interessados em oferta um ensino de qualidade para as pessoas com deficiência, se preparando com antecedência para receber os alunos com deficiência e transtornos em sala.

Contudo, apesar dos avanços na educação de surdos no Brasil, observa-se que ainda há muitas dúvidas por parte dos profissionais quanto ao método de educação mais eficiente para cada tipo de surdez e qual a idade mais adequada para introduzir Libras para a criança na escola, qual profissional vai acompanhar a criança no primeiro momento, quais acompanhamentos pedagógicos a criança com surdez deve receber, como a família da criança deve proceder para que a criança tenha um bom desenvolvimento na escola. São muitas as incertezas se tratando da surdez, mas analisando o surdo em sociedade, suas conquistas, percebe-se que também são inúmeras as possibilidades.

Objetivo geral

Analisar a legislação que assegura a educação dos surdos e seus direitos.

Objetivos específicos

Conhecer a legislação que trata dos direitos dos surdos;

Refletir a importância das políticas públicas para garantia da acessibilidade dos surdos.

Metodologia

O estudo realizado consiste em uma pesquisa bibliográfica, de caráter analítico qualitativo. Utilizou-se como referências pesquisas, estudos, trabalhos acadêmicos e livros, de autores renomados que abordam a temática. Apoiando-se ainda na legislação brasileira, que embasa com clareza os direitos sociais dos surdos, assim como documentos oficiais publicados pelo MEC.

No primeiro momento buscou-se compreender o que é uma pesquisa, que conforme Gil (2006), o estudo de determinado objeto, tem como objetivo o conhecimento e produção de dados que embase o conhecimento produzido. Para Gil (2002), a problemática da pesquisa para sua eficiência nos resultados, deve ser apresentada de forma clara, para a possível elucidação do problema.

FORMAÇÃO EXIGIDA POR LEI PARA DOCENTES E INSTRUTORES DE LIBRAS

Segundo o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu art. 4º, a formação de professores de Libras do fundamental I e II, no ensino médio e nos cursos superiores, deve ser através de graduação e licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua, e prioritariamente os surdos, pois são os nativos da língua. Já na educação infantil e possível anos iniciais do ensino fundamental, os profissionais podem ter formação em pedagogia, em que a língua de instrução é Libras, viabilizando o bilinguismo.

Observa-se que o decreto deixa bem claro que a preferência para docência de Libras, é dos surdos, porém as instituições de ensino preferem a contratação de um ouvinte, pois um surdo na equipe acarreta gastos e trabalhos extras, tendo que contratar um intérprete de Libras, assim como ofertar formação em Libras para os demais profissionais para que o surdo não fique excluído na equipe.

No decreto acima citado, a formação para instrutor de Libras pode ser em organizações da sociedade civil, contanto que tenha representatividade da comunidade surda, e que a certificação tenha convalidação em instituições de ensino superior ou instituições que tenham credenciamento com as secretarias de educação.

O decreto nº 5.626 / 2005 abre um parêntese com estimativas de 10 anos após a publicação, onde na ausência de profissionais e surdos para a docência devidamente titulado, as aulas podem ser ministradas por profissionais com os seguintes perfis:

- I - Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Acesso das pessoas surdas à educação no Brasil

Segundo Aranha (2004), a escola para ser inclusiva é necessária a participação consciente e responsável de todos os agentes do cenário educacional, seja corpo docente, gestão, família, auxiliares da limpeza e organização da escola, e a comunidade no geral. Compreende-se assim que a educação inclusiva é feita por muitas mãos.

No Brasil, ainda no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, garante ao surdo acesso à educação em todas as etapas, níveis e modalidades da educação, que se configura desde a educação infantil ao superior. Desde a educação infantil o surdo tem direito de receber instrução em sua língua materna Libras, e conseqüentemente o ensino na L2 que no Brasil é a língua portuguesa.

Ainda no decreto nº 5.626, no art. 14, prevê que as instituições federais de ensino garantam obrigatoriamente as pessoas com surdez acesso a informações e comunicação nos processos seletivos, nas atividades e até mesmo nos conteúdos curriculares em todos os níveis, etapas e modalidades. Assim como ensino de Libras, tradução e interpretação para o português, e o ensino na língua portuguesa.

Em conformidade com a lei também está assegurado o direito a professor de Libras, instrutor de Libras, tradutor e intérprete de Libras, professor de português e professor regente com conhecimentos na área da surdez e Libras.

Na constituição Federal de 1988, consta no art. 205 que “A educação é dever do Estado e da família”, nesse quesito o governo divide a responsabilidade da educação com a família da criança, pois se a família não tiver interesse em acompanhar, estimular, ensinar e orientar a criança quanto a educação, só a oferta de educação não será suficiente para um ensino de qualidade, faz-se necessário a parceria entre família, escola e Estado.

A constituição Federal de 1988, no art. 208, garante os direitos a educação para os educandos portadores de necessidade especiais (Pessoas com deficiência). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, reforça esse direito no capítulo V, no art. 58. Promovendo a acesso a educação em classes, escolas ou até mesmo serviços especializados, no ensino regular. Garantindo ainda a oferta do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Além do acesso também é garantida a permanência, se valendo de adaptações e adequações prevista na lei 9394/96 no art. 59:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Para os surdos não basta o acesso à escola, faz-se necessário a garantia da permanência de forma efetiva e de qualidade. Rompendo as barreiras na comunicação, valendo-se de atitudes que inclua os surdos no contexto escolar, e que a sua língua seja valorizada nesse ambiente, com professores qualificados para atendê-lo.

Foi sancionada em 05 de março de 2004 a lei de nº 10.845, instituindo o programa de complementação ao AEE para pessoas portadoras de deficiência. O intuito era garantir o Atendimento Educacional Especializado, para que gradativamente esses alunos se desenvolvesse e participasse ativamente da sala de aula regular. O diferencial no AEE de surdez, é que ele acontece em três momentos AEE de Libras, AEE em Libras e AEE de português na modalidade escrita.

A legislação garante que o surdo tenha acesso a uma educação de qualidade, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), essa lei foi muito importante pois elucida com clareza os tipos de deficiência, os direitos da pessoa com deficiência, os tipos de acessibilidade necessária a cada deficiência, e como todos os segmentos e espaço devem atender a pessoa com deficiência.

Um ponto importante da Lei nº 13.146 está no art. 3, inciso 4, que prevê as barreiras que impedem a participação da pessoa com deficiência em sociedade. Uma dessas barreiras é a atitudinal, quando voltamos para a surdez a atitude é muito importante, pois os surdos necessitam de adaptações no ambiente escolar, os professores precisam ter um olhar sensível as necessidades dos alunos.

Já no art. 5 da mesma lei diz que a pessoa com deficiência está protegida de toda forma de negligência, tortura, discriminação, crueldade, exploração, opressão, violência e tratamento desumano ou degradante, pois tais práticas fere a integridade da pessoa com deficiência.

Na lei acima citada, também assegura que a comunicação dos surdos seja por Libras. No art. 27 que dispõem sobre a educação, prever em seu inciso IV a oferta de

educação bilíngue para surdos, garantindo Libras como primeira Língua e português como segunda língua na modalidade escrita, podendo ser em escolas, classes ou escolas inclusivas.

No art. 34 da lei acima analisada, garante o direito de a pessoa com deficiência trabalhar, além proteger contra qualquer discriminação que possa ocorrer no local de trabalho em decorrência da deficiência. Em complementação no art. 35 diz que é primordial as políticas públicas de trabalho e emprego, para a promoção e garantia de condições de acesso e permanência do deficiente no campo de trabalho.

Na lei acima em pesquisa, tem um capítulo específico para acessibilidade e acesso à informação e a comunicação, o art. 63 descreve:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Infelizmente são poucos sites que obedecem a ela lei, geralmente o surdo fica sem acesso a informação, ou recebe auxílio de um intérprete particular, pois os sites não têm essa preocupação e compromisso com esse público.

No art. 67 da mesma lei acima analisada, diz que, nos serviços de radiodifusão de sons e imagens a lei prever que os recursos de acessibilidade sejam: Janela com Intérprete de Libras, Sub titulação por meio da legenda oculta, e audiodescrição. São poucas as tvs que seguem essa lei, e quando tem colocam em alguns programas e anúncios específicos.

A inclusão prevista na legislação seja na educação, tecnologia, e na sociedade no geral, só vai ser possível quando o governo por vai incisivo na cobrança por sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou problematizar questões relacionadas a surdez, levando em conta aspectos sócio-históricos, culturais e da educação dos surdos. Buscando a valorização e reconhecimento das línguas de sinais e seus usuários.

Assim, conforme o que foi exposto no artigo, podemos perceber que ao longo dos anos a comunidade surda através de suas reivindicações e lutas, tem alcançado importantes conquistas, para que os mesmos tenham uma vida com mais autonomia,

direitos e respeito na sociedade ouvintista, pois durante muito tempo o surdo foi negligenciado pela sociedade, passando pelo período de exclusão, segregação, interação, até chegar os dias atuais com a inclusão. Porém, observa-se que a dita inclusão ainda não oferece suporte suficiente para os surdos, pois muitas vezes não é feita de forma correta, o que causa prejuízos da vida dos surdos.

Compreende-se que na educação de surdos existe algumas variáveis para que a comunicação e o ensino sejam significativos, que são algumas delas: Uso da língua de sinais, uso e aprendizagem da segunda língua, interlocutores fluentes na língua, métodos de educação adequado ao nível do aluno, relação de identidade entre o sujeito e língua, participação do aluno nos serviços de ensino ofertado, e etc.

Dos achados da pesquisa fica a reflexão de por qual motivo após anos de lutas e conquistas, os surdos ainda são negligenciados em diversos aspectos. Qual a razão da resistência em ampliar a legislação? Por que a difusão da língua de sinais ainda é tão precária? Por qual motivo Libras ainda é utilizada como último recurso para os surdos, após todos os métodos orais falharem, sendo que o surdo tem direito a receber ensino de Libras desde a educação infantil, suporte no AEE, além de um profissional tradutor intérprete de Libras, ou instrutor de libras para auxilia-los.

Sabe-se que grande parte da responsabilidade é por parte da família, mas a família ao receber o diagnóstico que a criança tem surdez, tem que lidar com os pré-construídos culturais em relação a surdez. Com pensamentos estigmatizados de que seus filhos não vão saber se comunicar, não terão capacidade cognitiva para aprender, não poderão ter boas profissões, não constituirão família e etc. Além de terem que tomar a decisão de qual a forma de comunicação que seus filhos vão seguir, se é a oralista, comunicação por língua de sinais, ou o bilinguismo.

É importante que as orientações sejam passadas por profissionais qualificados na área da surdez, para conscientizar os pais das possibilidades e direitos de seus filhos. Dentre as escolhas por parte da família ainda tem a decisão se o filho vai ser matriculado na escola regular, ou na escola especial, ou na escola bilíngue, com professores e colegas surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.** Dispõe sobre a denominação do instituto nacional de surdos-mudos, que passou a denominar-se instituto nacional de educação de surdos. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.845, de 5 de março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm >. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008.** Dispõe sobre o dia dos surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11796.htm Acesso em 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras - Libras e dá outras providências. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras - Libras e dá outras providências. Acesso em 15 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Adriana Prado Santana; GOES, Ricardo Schers de. **Língua brasileira de sinais-Libras.** UNIASSELVI, 2016.

SEGALA, Sueli Ramalho; KOJIMA, Catarina Kiguti. **A imagem do pensamento - Libras.** São Paulo: Escala Educacional, 2012.

STROBEL, Karin L. Surdos: **Vestígios Culturais não Registrados na História.** 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

AUTORES



Adriano Evangelista Araújo

Professor da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (Remanso Bahia). Gerente Comercial das Lojas Americanas – Remanso Bahia. Especialização em MBA Gestão empresarial e Inovação. E-mail: adrianoaraujo328@gmail.com

Anderson Nonato dos Santos

Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-BA. E-mail: andersonnonato62@gmail.com

Andrea Paula da Silva Lima

Docente Auxiliar no curso de Bacharelado em Medicina, UPE Serra Talhada. Coordenadora Geral Pedagógica da Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada (FACISST). Mestranda - Programa de Pós-Graduação Stricto sensu Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPP), UPE Petrolina. E-mail: andreia.paula@upe.br

Egli da Silva Santos Brito

Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso - Bahia, e-mail: egli_brit0@outlook.com; Instagram: @prof_eglibrito

Eugene Oliveira de Luna Santos

Acadêmica da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Agente de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Remanso Bahia. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica – Faculdade Prima. E-mail: eugene.luna@hotmail.com

Francisco Avelicio Leal Junior

Marceneiro, acadêmico do Curso de Pedagogia Pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, E-mail: franciscoaveliciojunior@gmail.com

Hudmilla de Sousa Aragão

Docente na Faculdade Alfredo Nasser de Remanso. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares na Universidade de Pernambuco (UPE) – Campus Petrolina. E-mail: hudmilla.aragao@upe.br

Ilana Alves Barbosa

Graduanda de Pedagogia, 8º período pela Faculdade Alfredo Nasser- UNIFAN, Remanso-Ba. E-mail: ilanaalvesb68@gmail.com

Iracema Campos Cusati

Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPPI), Universidade de Pernambuco (UPE), E-mail: iracema.cusati@upe.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4812-8412>

Julia de Carvalho Brito

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso Bahia. E-mail: julia.c.brito@gmail.com

Laísa Brito da Silva Santos

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso Bahia. E-mail: britolaisa48@gmail.com

Larissa Rodrigues Souza

Estudante do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso-Bahia, e-mail: laricoordenadora@gmail.com

Leonardo Rodrigues dos Santos

Professor da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Pós-graduado em Contabilidade Pública e Auditoria e Docência do Ensino Superior. cursando Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail: leonardolucas24@yahoo.com

Marcus Vinicius de Souza Campos

Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-BA.
E-mail: mcmcvivi12@gmail.com

Naianne Lopes de Souza

Secretária Escolar no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE Remanso Bahia. Estudante de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso-Bahia.
E-mail: nayane-lopees@hotmail.com

Paulina dos Passos Jordão Santana

Coordenadora do Centro de Atendimento Educacional Especializado CAEE. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: paulinapassosjordao@gmail.com

Regiqueli Fonseca Torres

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN, Remanso – Bahia. E-mail: fonsecatorresregiqueli@gmail.com.

Samuel dos Santos Nascimento

Estudante do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (Remanso Bahia), Funcionário Público. E-mail: samuel.rso.ba@gmail.com

Sileide Mendes da Silva

Professora da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Professora e coordenadora pedagógica no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2695>. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sileide.mendes@upe.br; sileidemendes.uneb@gmail.com

Valéria Amorim Torres

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser, Remanso Bahia. E-mail: valeriaamorimtorrespedagogia@gmail.com

Vanuzia Souza de Jesus

Estudante do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser e auxiliar de secretaria no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso/Bahia; E-mail vanuziasouzadejesus@hotmail.com

Zayne Nunes da Silva Lima de Almeida

Professora intérprete de LIBRAS no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: professorazaynenunes@gmail.com



Editora
MultiAtual

ISBN 978-658997684-4



9 786589 976844

